

Operação

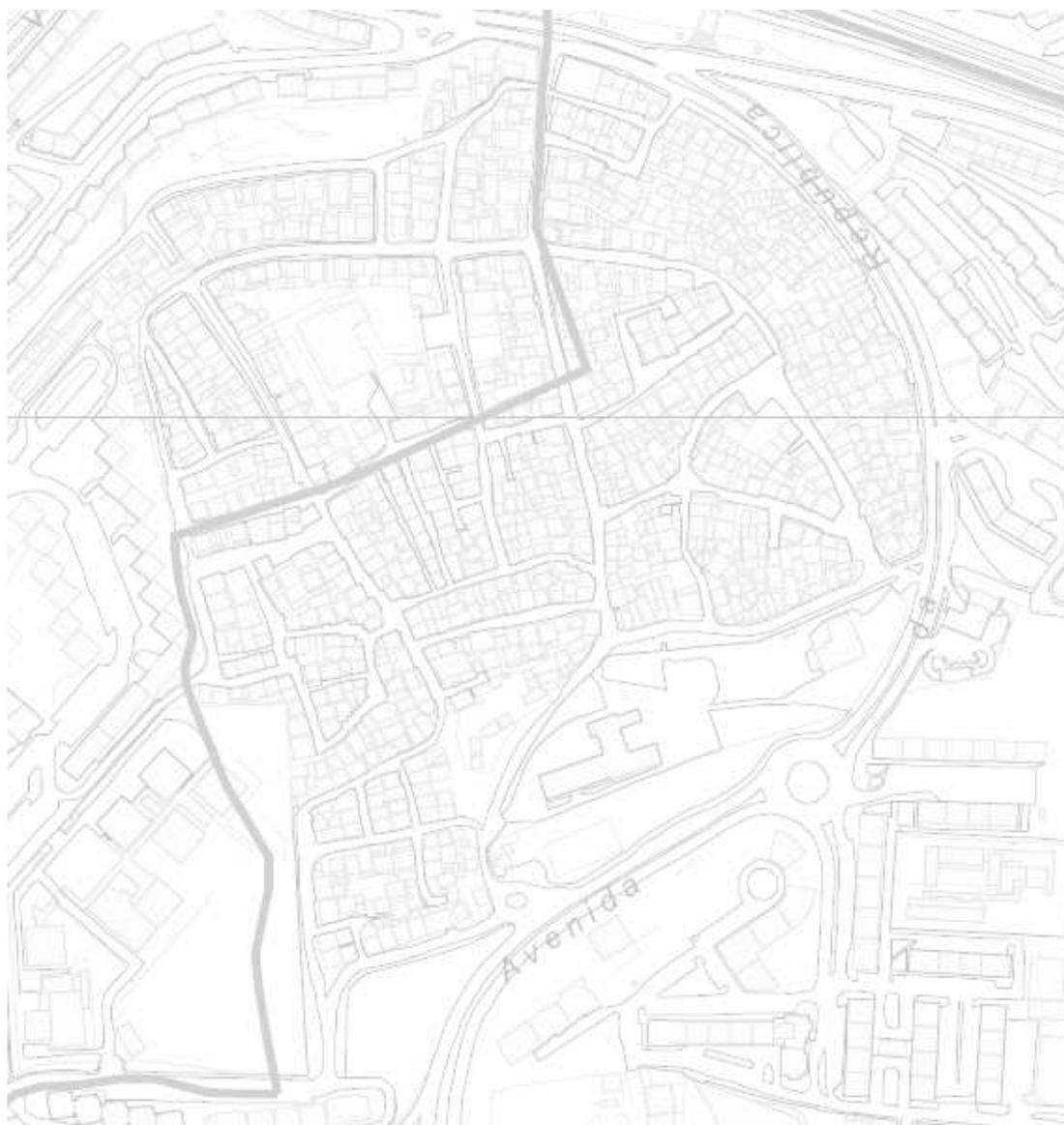
Cova da Moura

VOLUME I – DIAGNÓSTICO
Iniciativa Bairros Críticos

Lisboa – Julho de 2006



VOLUME I - DIAGNÓSTICO



RCM 143/2005 - INH - JULHO DE 2006

EQUIPA

COORDENAÇÃO GERAL

- Jorge Malheiros, Geógrafo
- Lia Vasconcelos, Sistemas Sociais
- Francisco Silva Alves, Engenheiro Civil

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

- Patrícia Figueiredo, Urbanista
- Ana Mascarenhas, Jurista

PAINEL DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS

Quadro Jurídico Urbano

- Manuel Malheiros, Jurista
- Miguel Patrício, Jurista

Análise Social

- Ana Paula Beja Horta, Socióloga

Economia Local

- Guilherme Pereira, Economista

Urbanismo

- Eduardo Campelo, Arquitecto
- Pedro Cunha

APOIO TÉCNICO

- Ursula Caser, Mediadora Ambiental
- Ana Ribeiro, Engenheira do Ambiente

PAINEL DE PERITOS

- Nuno Teotónio Pereira, Arquitecto
- Lucinda Fonseca, Geógrafa

COLABORADORES

- Alunos do Mestrado de Estudos Urbanos (FL-UL)
- Alunos finalistas de Engenharia do Ambiente (FCT-ULN)

GLOSSÁRIO - SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ACIME** - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- APAV** - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- ATL** - Atelier de Tempos Livres
- ASSACM** - Associação Solidariedade Social Alto da Cova da Moura
- ACMJ** - Associação Cultural Moinho da Juventude
- CDSS** - Centro Distrital de Segurança Social
- CCDR LVT** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- CLAS** - Conselho Local de Acção Social
- CMA** - Câmara Municipal da Amadora
- CB** - Comissão de Bairro
- DREL** - Direcção Regional de Educação de Lisboa
- EB1** - Escola Básica do 1.º Ciclo
- EB2** - Escola Básica do 2.º Ciclo
- GAT** - Grupo de Apoio Técnico
- GPL** - Grupo de Parceiros Locais
- GTIM** - Grupo de Trabalho Interministerial
- INH** - Instituto Nacional da Habitação
- INATEL** - Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres
- IPJ** - Instituto Português da Juventude
- IPPAR** - Instituto Português do Património Arquitectónico
- ISPA** - Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- JI** - Jardim de Infância
- MAI** - Ministério da Administração Interna
- MC** - Ministério da Cultura
- MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros
- PAC** - Periféricos da Administração Central
- PAII** - Programa de Apoio à Integração de Idosos
- PDM** - Plano Director Municipal
- PI** - Parceiros Individuais
- PL** - Parceiros Locais
- PORLVT** - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo
- PSP** - Polícia de Segurança Pública
- RSI** - Rendimento Social de Inserção
- SEF** - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras



SEH - Secretaria de Estado da Habitação

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Activa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DA COVA DA MOURA	9
1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	9
2. DIMENSÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA	11
2.1. Crítica das Fontes	11
2.2. Dinâmicas Demográficas, Imigração e Composição Étnica	12
2.3. Estruturas Demográficas e Familiares	14
2.4. Habilitações Literárias e Educação	16
2.5. Sociabilidades e Quadro Relacional	24
2.5.1 Morfologia Urbana e Redes de Sociabilidade	25
2.5.2 Pertença Étnica e Localismo	27
2.5.3 Redes Sociais Translocais e Instituições Supralocais	29
2.5.4 Problemáticas dos jovens e níveis de interacção	31
2.6 Segurança e Insegurança	33
2.7 Saúde e Riscos	36
2.7.1 Saúde	36
2.7.2 Toxicodependência	42
3. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E ACESSIBILIDADES	46
3.1 Enquadramento Urbano. Um Bairro no Contexto da Cidade	46
3.1.1. Evolução da Ocupação Urbana	48
3.1.2. Morfologia Urbana	50
3.1.3. Uma Leitura Visual do Bairro e Sistemas de Vistas	55
3.1.4. Parâmetros Urbanísticos	60
3.1.5. Reflexões Finais	66
3.2. Acessibilidades e Transportes	73
3.3. Mercado Residencial e Opções dos Moradores	78
3.3.1 O edificado no Bairro da Cova da Moura – evolução e características	78
3.3.2 - Aproximação Local ao Mercado Imobiliário e ao Mercado de Arrendamento	83
3.3.3 Os moradores e as suas opções em matéria residencial: notas sobre os dados recolhidos pelo inquérito conduzido pela comissão de bairro	86
4. EMPREGO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS	87
4.1 Condição Perante o Trabalho e Estrutura do Emprego	87
4.2 Actividades Económicas do Bairro	89

4.3 A Oferta de Comércio e Serviços na Envolvente do Bairro.....	104
4.4 Equipamentos	108
5. TECIDO ASSOCIATIVO E OFERTA CULTURAL.....	109
6. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA: SÍNTESE E ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	121
6.1 Questão da Jurisdição Administrativa	121
6.2 Questão Habitacional.....	128
6.3 Questão do Investimento em Melhoramentos.....	128
6.4 Questão da Imagem Externa: a imprensa escrita e os vizinhos	129
6.4.1 A imagem transmitida pela imprensa.....	129
6.4.2 As representações dos moradores da envolvente.....	136
7. SWOT FINAL (NEGOCIADO E VALIDADO).....	139
8. REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE INTERVENÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA EXECUTADA NOUTROS PAÍSES	144
9. QUESTÕES DOMINANTES E PILARES DO PLANO DE ACÇÃO	153
9.1 Síntese de Questões-chave.....	153
9.2 Problemáticas mais Gerais em que se Inserem os Designados “Bairros Críticos”	159
BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA	162
ANEXOS.....	163

INTRODUÇÃO

O presente relatório traduz os resultados finais da elaboração do diagnóstico participado da Cova da Moura. Considerando que a robustez técnica da caracterização e o seu reconhecimento por parte dos actores locais são condições fundamentais para que aquele funcione como um elemento capaz de sustentar uma estratégia de intervenção sólida e eficaz, entende-se que o presente documento possui os conteúdos básicos, tanto em termos de sustentação técnica, como ao nível da negociação dos conteúdos do diagnóstico e da sua hierarquização.

O relatório presente contém informação quantitativa e qualitativa relativa aos diversos domínios. Inclui uma sistematização dos dados recolhidos, contributos dos parceiros e um conjunto de documentos chave validados nas reuniões do Grupo de Parceiros Locais (GPL) que confrontou a opinião dos membros deste (que funcionaram como peritos do próprio Bairro – moradores ou pessoas com actividade neste), no contexto de um processo de interacção fortemente participado e negociado, com a leitura técnica da equipa. Efectuaram-se também dois workshops abertos a toda a população, com o duplo objectivo de dar a conhecer o processo de trabalho e de recolher opiniões directas dos moradores. Foi ainda conduzido um workshop destinado a proporcionar o envolvimento directo dos jovens para recolher informação de um grupo que teve um envolvimento limitado nas outras acções participativas.

Este relatório inclui documentos trabalhados com os parceiros e validados em sede de GPL, com destaque para a Matriz SWOT, que comporta uma hierarquização da relevância dos diversos pontos fortes e fracos. O próprio texto pré-final do Diagnóstico foi circulado entre os membros do GPL, tendo sido recolhidas sugestões que foram, sempre que pertinentes, incorporadas na versão final do texto que agora se apresenta.

Não obstante o presente documento de diagnóstico aparecer dotado de um conteúdo bastante completo e sustentado que incorpora opiniões individuais de instituições e moradores e foi validado em sessões negociadas, em sede de GPL, alguma da informação utilizada foi cedida muito tardiamente, pelo que o tratamento efectuado não se encontra, nalguns casos, tão aprofundado como desejaríamos. Não obstante esta situação, cremos que o diagnóstico fornece um retrato sintético, mas bastante completo dos défices e das mais-valias do Bairro, sustentando o quadro de Problemáticas-chave incluído no volume II (Plano de Acção e Modelo de Gestão), do qual emanam os Eixos Estratégicos que suportam toda o Plano de Acção

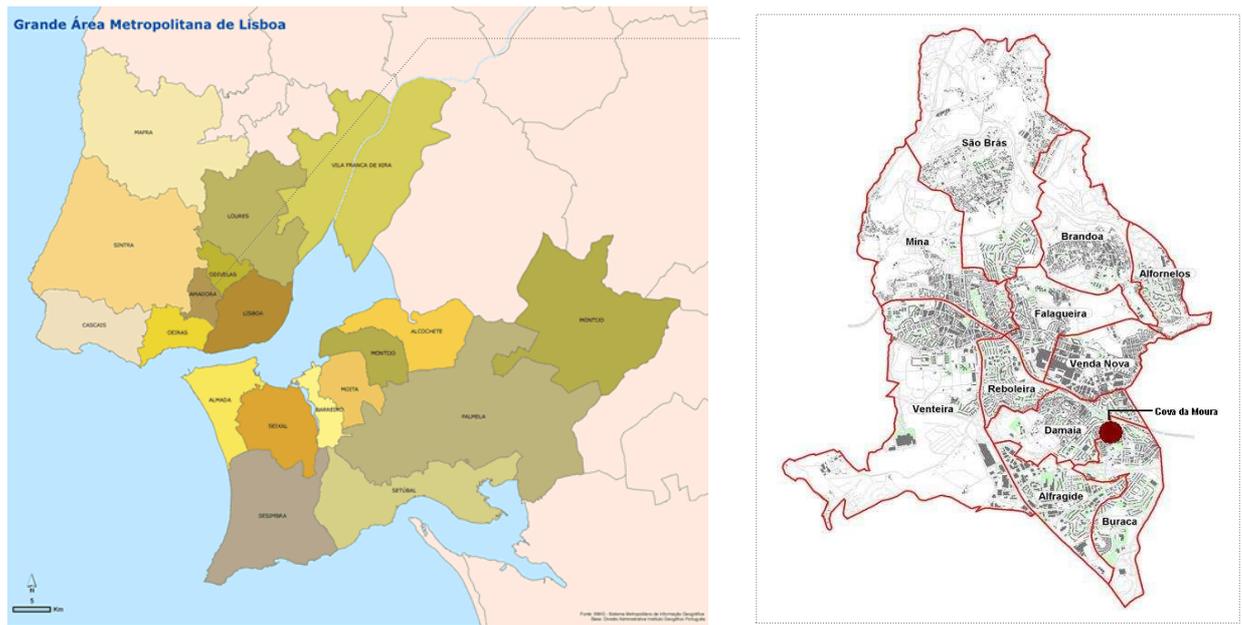
CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DA COVA DA MOURA

1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O bairro do Alto da Cova da Moura situa-se na área oriental do concelho da Amadora, muito próximo de Benfica (Lisboa), sendo administrativamente partilhado pelas freguesias da Damaia e da Buraca, embora a maioria do território se localize nesta última. É limitado a Oeste por um conjunto de edifícios de vários pisos de promoção privada, dos quais se encontra parcialmente separado por uma vedação. A Sul, a Leste e a Norte é delimitado por rodovias que circundam o Bairro, a que se associa, no último caso, a linha de caminho-de-ferro de Sintra e, no primeiro, o início do IC19.

Pode dizer-se que o bairro deve a sua origem ao 25 de Abril de 1974, com a vinda dos retornados das ex-colónias portuguesas, que ali encontraram um espaço de acolhimento, embora haja testemunho da existência de algumas edificações anteriores, construídas por população oriunda de outras zonas do país, bem como de apoio à actividade agrícola. Na segunda metade da década de 70 e no início dos anos 80, num contexto pós-descolonização associado ao efeito de chamada das redes sociais dos imigrantes, intensifica-se a ocupação destes terrenos, por parte de famílias oriundas principalmente de Cabo Verde, com habitações precárias que ao longo dos anos vão sendo melhoradas. Até então, o bairro – ou melhor, a antiga Quinta do Outeiro - não era mais do que uma terra de cultivo de trigo, que mais tarde foi sendo transformada em pequenas hortas, com algumas construções que serviam de habitação aos trabalhadores ou de apoio à actividade agrícola, e onde existia, na extremidade sul, uma vacaria e na extremidade norte uma pedreira, junto da qual habitava a família Moura. Tudo leva a crer que o nome de Alto da Cova da Moura tem origem na ligação entre o morro (alto), o buraco que existia na pedreira (cova) situada no NE do Bairro e a família Moura.

O bairro situa-se num terreno com um declive elevado e abrange uma área de cerca de 16,5 ha, apresentando um tecido urbano de notória flexibilidade, que resulta da progressiva instalação dos seus habitantes e da sucessiva consolidação das estruturas urbanas, nomeadamente ao nível da instalação das infra-estruturas de saneamento básico, arruamentos asphaltados, recolha de resíduos sólidos e iluminação de ruas, mas também de equipamentos colectivos. Embora alguns considerem a topografia um ponto fraco, de facto representa também uma mais valia uma vez que a qualidade das vistas assume um papel preponderante no bairro, valorizando-o.



Fonte: Junta Metropolitana de Lisboa e Câmara Municipal da Amadora



Figura 1 – Fotografia aérea da Cova da Moura. 2003

Fonte: Câmara Municipal da Amadora DAU-SIG

2. DIMENSÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

2.1. Crítica das Fontes

A informação que permite traçar o retrato sócio-demográfico da população do Bairro provém de duas fontes principais: i) o Recenseamento Geral da População de 2001 (INE), cuja agregação da informação correspondente às sub-secções que incorporam a área da Cova da Moura permite obter dados para o conjunto do Bairro e ii) o Levantamento exaustivo (casa a casa) efectuado pela equipa da empresa Vasco da Cunha, no âmbito do Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura, encomendado pela Câmara Municipal da Amadora (2000-2002). Estas duas fontes de informação, embora baseadas em processos de recolha muito próximos no tempo (Abril de 2001, no caso dos Censos, e Setembro-Outubro de 2000, relativamente ao Levantamento Vasco Cunha (VC-CMA), apresentam resultados muito diferentes, sendo o número de edifícios (711 nos Censos e 838 no Levantamento VC-CMA) e de residentes (3253 nos Censos de 2001 e 5057 no Levantamento VC-CMA), substancialmente mais elevado no segundo caso. Esta diferença, que em nosso entender radica, por um lado no facto de uma pequena parcela a Oeste do bairro ficar fora das sub-secções consideradas (integra uma sub-secção que abrange, sobretudo, áreas exteriores à Cova da Moura) e, por outro, na maior meticulosidade do trabalho efectuado no âmbito do levantamento VC-CMA, porque dirigido especificamente ao Bairro, com a preocupação de identificar todos os edifícios em todos os quarteirões e becos e, também, todos os residentes, regulares e irregulares, proprietários e arrendatários, formais e informais, leva-nos a tomar como referência básica esta última fonte de informação. Contudo, há situações, em que a necessidade de comparar estruturas (e.g. composição etária e por sexos do concelho, das freguesias e do Bairro...) nos levou a utilizar a informação censitária, não exactamente em termos absolutos, mas como uma boa referência dos valores relativos.

A este problema resultante da disparidade das fontes, junta-se um outro que remete para a sua desactualização relativa, uma vez que passaram cinco/seis anos desde o momento das duas recolhas mencionadas. Relativamente a isto, pensamos que o quadro estrutural não sofreu alterações significativas, embora a rotação da população do Bairro seja relevante, designadamente devido à sua função de lugar de transição de imigrantes. A obtenção tardia da informação – ainda incompleta - do Levantamento exaustivo que está a ser desenvolvido pela Comissão de Bairro¹, permitiu acrescentar

¹ Embora fosse interessante e pertinente ter aplicado um processo de levantamento exaustivo do Bairro no quadro das actividades desta equipa técnica, tal processo revelou-se completamente inviável. Em primeiro lugar, não fazia sentido aplicar dois levantamentos à mesma população, em simultâneo. Em segundo lugar, os recursos temporais e financeiros disponibilizados pelo INH para o Projecto, bem como o enquadramento metodológico adoptado, inviabilizam a aplicação de um levantamento/recenseamento da Cova da Moura, em virtude da complexidade de tal operação, tanto em termos de recolha de informação, como em termos do tratamento desta.

alguns elementos aos dados provenientes dos Censos e do levantamento VC-CMA. Contudo, esta não é ainda suficientemente esclarecedora e completa, de forma a traduzir uma caracterização demográfica e sócio-económica actualizada. Atendendo a esta situação, utilizámos como referência os dados das duas fontes citadas, incorporando na sua análise todos os elementos de natureza quantitativa, designadamente os elementos recolhidos no Levantamento mais recente efectuado pela Comissão de Bairro, e qualitativa que fomos recolhendo noutras fontes, ao longo do processo de trabalho.

2.2. Dinâmicas Demográficas, Imigração e Composição Étnica

Como aconteceu com outros bairros das periferias sul e norte da Área Metropolitana de Lisboa, o Alto da Cova da Moura cresceu à custa de população portuguesa retornada e de naturais das ex-colónias africanas, com destaque para Cabo Verde, embora existam igualmente imigrantes de Angola, Moçambique, Guiné e S. Tomé e Príncipe. Nos últimos anos, deve ainda acrescentar-se a presença, embora em número pouco significativo, de brasileiros e mais recentemente de trabalhadores da Europa de Leste, embora estes últimos, devido à sua mobilidade geográfica, permaneçam pouco tempo na Cova da Moura e recorram ao alojamento nas diversas “casas de hóspedes informais” e quartos arrendados que são oferecidos no Bairro.

Contando com cerca de 1000 habitantes em 1981, as estimativas apontam para uma população entre as 3500 e as 4000 pessoas em 1991, **valor que ultrapassou ligeiramente as 5000, em 2000 (5057 residentes, segundo o Levantamento VC-CMA)**. Não obstante a juventude da população e as taxas de fecundidade relativamente elevadas que o Bairro aparentemente apresenta, a observação da evolução das famílias no terreno, a existência de algumas casas desocupadas e a rotação da população imigrante (note-se que 25% dos inquiridos em 2000 haviam chegado nos 5 anos anteriores – Quadro 2, sendo este valor confirmado por recolhas pontuais de informação efectuadas no âmbito deste estudo) permitem sustentar a hipótese de que **a actual população residente se situará próximo dos 5500 residentes**, incluindo-se aqui construtores-residentes e famílias, bem como todos os tipos de arrendatários.

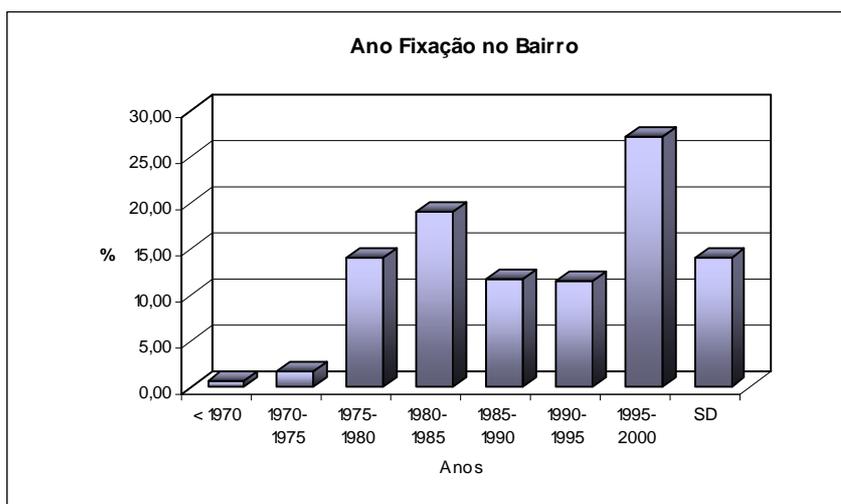


Figura 2 – Ano de fixação no bairro

Fonte: Estudo de Caracterização/ Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura. Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA

A população do bairro é, em grande maioria, constituída por indivíduos de etnia africana e pelos seus descendentes, com destaque para os cabo-verdianos, muitos deles já nascidos em Portugal. Por esta razão, **mais de 40% dos indivíduos tem naturalidade portuguesa (Figura 3), embora seja relevante o facto de quase 2/3 dos residentes ser oriundo de um país estrangeiro.**

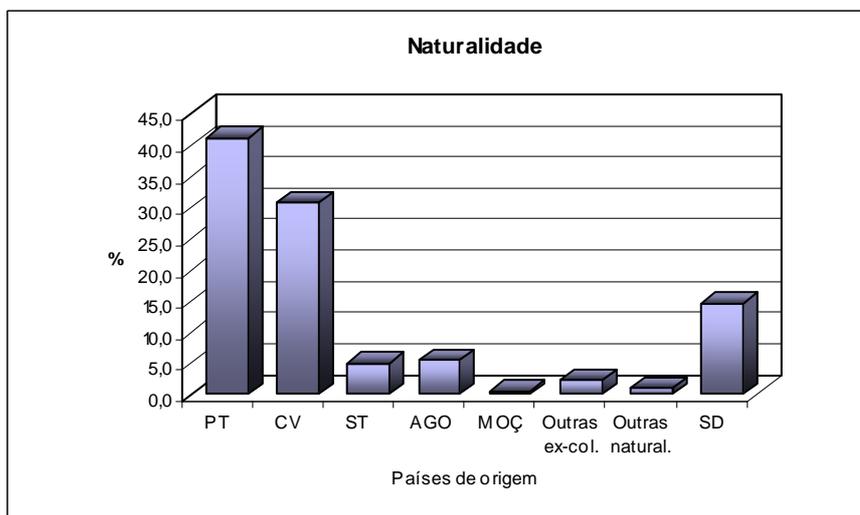


Figura 3 - Naturalidade

Fonte: Estudo de Caracterização/ Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura. Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA

Desde o início dos anos 90, tendem a detectar-se duas tendências contraditórias: por um lado, cresce a proporção de nascidos em Portugal, o que evidencia a expansão da denominada segunda geração (descendentes de imigrantes); por outro, ocorre um aumento da população estrangeira, o que é uma

consequência da aplicação da Lei da Nacionalidade que vigorou até à promulgação, já este ano, do novo quadro legal neste domínio² e, também, do funcionamento do Bairro como espaço de acolhimento e transição de imigrantes. Refira-se que, comparando as entradas no Bairro de maiores de quinze anos ocorridas entre 1980-1985 e 1995-2000³, se torna evidente o reforço da proporção de estrangeiros (quase 90% no último período, 2/3 dos quais provenientes de Cabo Verde, embora as chegadas de Guineenses e São Tomenses também tenham aumentado).

De acordo com o Levantamento VC-CMA, a distribuição dos indivíduos segundo a **naturalidade** assume uma expressão espacial, sendo visível ao nível do quarteirão, o que demonstra uma estratégia de proximidade em relação às pessoas da mesma origem, baseada nas redes familiares e de amizade, na cultura e na língua, como factores de aglutinação. Assim, é fácil constatar uma predominância de indivíduos de naturalidade portuguesa na área norte do bairro, espaço de ocupação inicial - na Rua da Palmeira e junto à Avenida da República -, a população angolana e são tomense concentra-se ao longo de dois eixos - Rua do Moinho, Ruas da Palmeira e Alecrim - e os cabo-verdianos apresentam uma distribuição mais uniforme pelo bairro, com uma forte concentração na área central (última fase de ocupação).

2.3. Estruturas Demográficas e Familiares

Embora se verifique uma tendência para o crescimento do número de idosos na Cova da Moura (os maiores de 64 anos atingiam cerca de 7% dos residentes, em 2001), acompanhada de uma aparente redução das taxas de fecundidade, o Bairro mantém estruturas demográficas originais no contexto das freguesias que integra, e mesmo do próprio município da Amadora.

Efectivamente, trata-se de um Bairro muito mais jovem do que a envolvente, com cerca de 22% da população com menos de 14 anos (no concelho, não atingem 15%) e quase 45% com menos de 24 anos (Quadro 1). Adicionalmente, apresenta um *sex-ratio* muito equilibrado, ao contrário do que acontece no concelho da Amadora e nas freguesias da envolvente (Quadro 2). Para além do efeito indirecto da juventude da população sobre a redução da proporção de mulheres, é significativo que a população adulta em idade activa (25-64 anos) da Cova da Moura apresente uma situação de sobre-masculinização, que não se verifica em mais nenhum caso. Isto vem confirmar o papel do Bairro enquanto espaço de acolhimento e instalação de imigrantes, no quadro de um processo em que há mais

² Até à revisão de 2006, a Lei da Nacionalidade assentava no princípio dos *jus sanguinis*, decorrendo daqui que a maioria dos filhos de estrangeiros não comunitários tinham de ser registados como cidadãos estrangeiros.

³ Vasco da Cunha/CMA (2001) – *Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura*, p.15.

primo-imigrantes homens do que mulheres, muitos dos quais permanecem sempre sozinhos no Bairro, procedendo à reunificação familiar noutros locais ou regressando posteriormente ao país de origem.

Quadro 1 - Classes etárias, segundo o sexo - 2001

	Concelho da Amadora		Buraca		Damaia		Cova da Moura	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-4	4385	4277	471	493	385	390	115	143
5-9	4367	4115	442	408	385	383	103	114
10-14	4621	4465	479	463	425	408	126	120
15-24	12717	12474	1336	1280	1369	1355	360	371
25-64	48194	51646	4334	4478	5562	6120	817	763
» 64	10110	14501	713	1164	1577	2231	105	116
TOTAL	84394	91478	7775	8286	9703	10887	1626	1627
Sex-ratio	92,3		93,8		89,1		99,9	

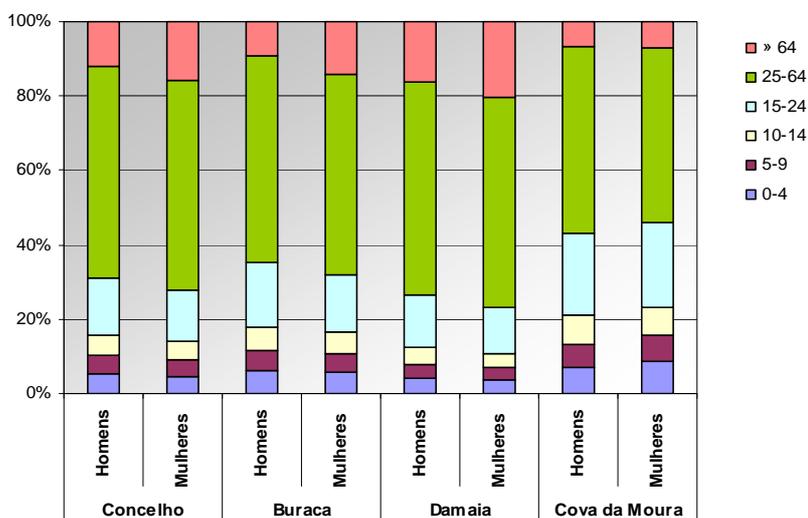
Fonte: INE, Censos 2001.

Quadro 2 - Classes etárias (%) - 2001

	Concelho da Amadora		Buraca		Damaia		Cova da Moura	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
0-4	8662	4,9	964	6,0	775	3,8	258	7,9
5-9	8482	4,8	850	5,3	768	3,7	217	6,7
10-14	9086	5,2	942	5,9	833	4,0	246	7,6
15-24	25191	14,3	2616	16,3	2724	13,2	731	22,5
25-64	99840	56,8	8812	54,9	11682	56,7	1580	48,6
» 64	24611	14,0	1877	11,7	3808	18,5	221	6,8
TOTAL	175872	100,0	16061	100,0	20590	100,0	3253	100,0
Índ. Envelhecimento	93,8		68,1		160,3		30,7	

Fonte: INE, Censos 2001.

Estrutura Etária - Censos 2001



Relativamente à **organização familiar**, predomina a estrutura de família nuclear, embora se registe a existência de famílias mono-parentais, observando-se também um forte sentido de organização familiar, com tendência para a diminuição do número de membros do agregado. Segundo o estudo atrás citado, dos 1573 agregados inquiridos, 18% correspondiam a famílias de 3 indivíduos (tipologia mais frequente) e cerca de 16% a agregados de 4 pessoas. Os agregados de maior dimensão, ou seja, com mais de 6 indivíduos, representavam 14,62%, valor superior aos das unidades constituídas por apenas uma pessoa (cerca de 9%).

Detectam-se, portanto, tipologias familiares diversificadas, embora a dimensão média da família na Cova da Moura (3,4 pessoas) seja bastante superior à dimensão média das famílias do concelho da Amadora e das freguesias da Buraca e da Damaia (entre 2,5 e 2,8 indivíduos).

2.4 Habilitações Literárias e Educação

As **habilitações literárias** são em geral baixas, particularmente nos indivíduos originários dos países africanos, não indo além do 3º ciclo do Ensino Básico. Apesar do nível de escolaridade média ter crescido em relação aos primeiros habitantes, a baixa escolaridade demonstra que poucos são os jovens que prosseguem os estudos, verificando-se um elevado nível de abandono e insucesso escolar. Tal facto deve-se aos défices de capital escolar dos pais e, também, às dificuldades económicas existentes que levam os jovens a procurar o mercado de trabalho antecipadamente, o que acaba por se traduzir em ocupações no sector da construção civil e obras públicas, para os homens, e serviços domésticos (ou comércio) para as mulheres, tal como acontece com os seus progenitores⁴. Este factor contribui para uma taxa de actividade manifestamente elevada, justificada também pela forte procura de mão-de-obra flexível, pouco qualificada e de fracas remunerações nestes sectores. No entanto, registam-se alguns casos de aumento dos níveis de instrução, com destaque para a população feminina jovem, ocorrendo vários casos de conclusão de estudos de ensino superior.

⁴ De acordo com algumas fontes, cerca de ¾ dos activos do Bairros tem actividade nos sectores dos serviços pessoais e domésticos e na construção civil.

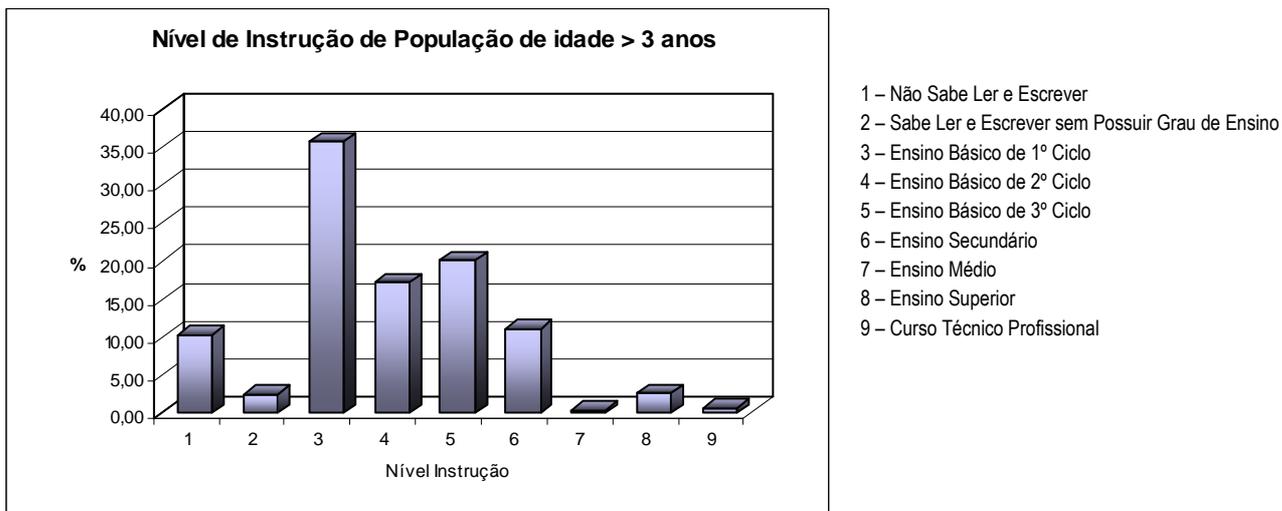


Figura 4 – Nível de instrução da população de idade superior a 3 anos

Fonte: Estudo de Caracterização/ Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura. Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA

A escola EB1/JI da Cova da Moura está localizada dentro do próprio bairro e serve uma população escolar de 255 alunos, num total de 14 turmas. A grande maioria destes alunos é residente no próprio bairro, tendo a quase totalidade (241) origem nos PALOP'S, havendo ainda 12 residentes fora do concelho, nove dos quais provenientes do município de Sintra.

Caracterização da População Escolar da Escola EB1/JI Cova da Moura:

Quadro 3 - Nº Alunos

Anos	Turmas	Nº alunos
Pré-Escolar	2	40
1º ano	2	42
2º ano	3	76
3º ano	3	51
4º ano	4	46
Total	14	255

Quadro 4 - Nacionalidade dos alunos

Anos	PALOPS	Outras
Pré-Escolar	40	
1º ano	39	1
2º ano	71	-
3º ano	48	-
4º ano	43	1
Total	241	2

Quadro 5 - Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Pré-Escolar	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
5	2	10	10	6	33

Quadro 6 - Insucesso Escolar 04/05

Anos	Retenção	Abandono	Alunos com idade >= 11 anos
1º ano	-	2	-
2º ano	27	1	1
3º ano	3	-	7
4º ano	2	1	8
Total	32	4	16

Ação Social Escolar 05/06 (apoios)

Quadro 7 - Tabela de Escalões

EB1		JI		Total	
A	B	A	B	A	B
185	11	32	0	217	11

Subs. Alimentação	Subs. Livros/Material Escolar
Escalão A – até 115€	Subsidiado até 125€
Escalão B – 115€ a 150€	Não subsidiado > 125€
Escalão C - > 150€	

Conforme se pode observar no gráfico seguinte, comparativamente com as restantes escolas EB1/JI do concelho, esta escola é onde se verifica um maior número de alunos com ascendentes dos PALOP, tanto em termos relativos como em termos absolutos.

Caracterização população escolar - escolas EB1/JI das freguesias da Amadora

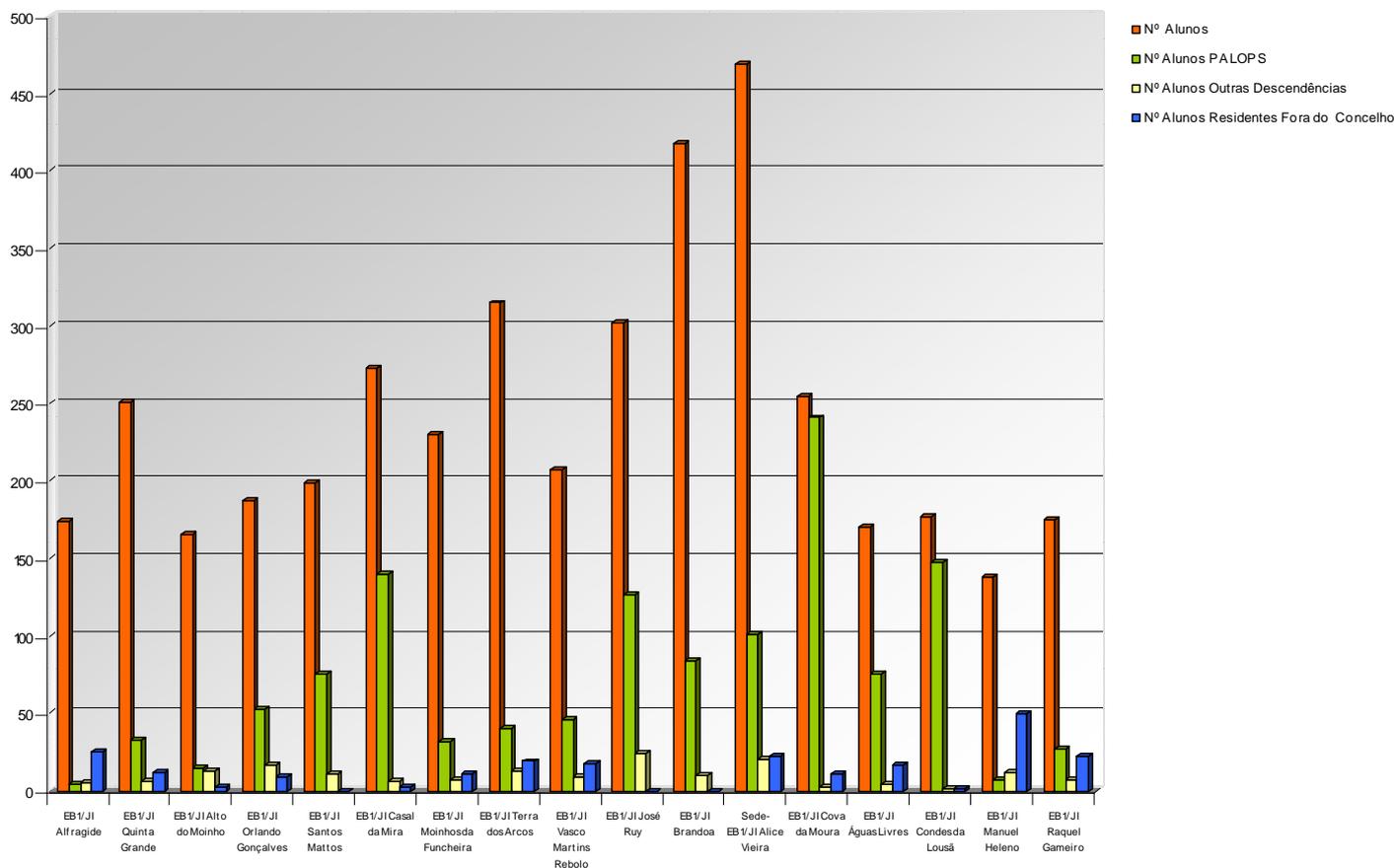


Figura 5 – Caracterização da população escolar nas escolas EB1/JI no concelho da Amadora

Fonte: CMA - Departamento Educação e Cultura/Divisão Sócio Educativa

Relativamente ao insucesso (quadros 6 e 11), a Escola EB1 da Cova da Moura aparece no segundo patamar negativo no conjunto dos estabelecimentos do concelho que inclui também as escolas do Casal da Mira e dos Condes da Lousã (apenas as Escolas EB1 José Ruy e do Alto dos Moinhos registam taxas mais negativas). Refira-se que estes valores elevados se prolongam desde os anos lectivos anteriores de 2002/2003 e 2003/2004 (ver gráfico).

Relativamente ao abandono, embora os níveis não sejam muito elevados, a EB1/JI da Cova da Moura possui igualmente um registo pouco favorável, uma vez que a taxa de abandono é também das mais elevadas das escolas do município (apenas a observada pela EB1 de Alfragide é mais elevada).

Estabelecimento de Educação e Ensino	Retenção (2004/2005)	Total Alunos	Taxa de Retenção Escolar (%)
EB1/JI Alfragide	3	174	1,7
EB1/JI Quinta Grande	2	251	0,8
EB1/JI Alto do Moinho	28	166	16,9
EB1/JI Orlando Gonçalves	9	187	4,8
EB1/JI Casal da Mira	32	273	11,7
EB1/JI Moinhos da Funcheira	17	230	7,4
EB1/JI Terra dos Arcos	6	315	1,9
EB1/JI Vasco Martins Rebolo	16	207	7,7
EB1/JI José Ruy	44	302	14,6
Sede-EB1/JI Alice Vieira	36	469	7,7
EB1/JI Cova da Moura	32	255	12,5
EB1/JI Águas Livres	14	170	8,2
EB1/JI Condes da Lousã	19	177	10,7
EB1/JI Manuel Heleno	6	138	4,3
EB1/JI Raquel Gameiro	5	175	2,9

Quadro 8 – Análise comparativa da retenção nas escolas EB1/JI no concelho da Amadora

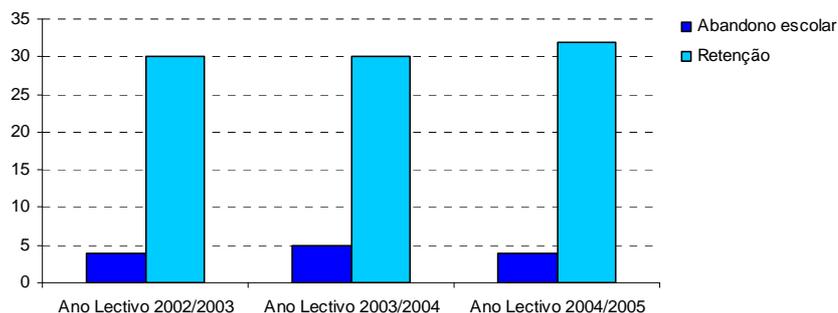
Fonte: CMA - Departamento Educação e Cultura/Divisão Sócio Educativa

Estabelecimento de Educação e Ensino	Abandono (2004/2005)	Total Alunos	Taxa de Abandono Escolar (%)
EB1/JI Alfragide	7	174	4,0
EB1/JI Quinta Grande	0	251	0,0
EB1/JI Alto do Moinho	2	166	1,2
EB1/JI Orlando Gonçalves	0	187	0,0
EB1/JI Casal da Mira	1	273	0,4
EB1/JI Terra dos Arcos	5	315	1,6
EB1/JI Vasco Martins Rebolo	1	207	0,5
EB1/JI José Ruy	3	302	1,0
Sede-EB1/JI Alice Vieira	2	469	0,4
EB1/JI Cova da Moura	4	255	1,6
EB1/JI Águas Livres	1	170	0,6

Quadro 9 – Análise comparativa do abandono escolar nas escolas EB1/JI no concelho da Amadora

Fonte: CMA - Departamento Educação e Cultura/Divisão Sócio Educativa

Evolução do insucesso/abandono escolar - escola EB1/JI da Cova da Moura



Anos Lectivos	Nº Turmas	Nº Salas	Nº Alunos	Nº Alunos descendentes de cidadãos dos PALOPS	Nº Alunos Outras Descendências	Nº Alunos Residentes Fora do Concelho	Nº Professores	Nº AAE	Outros Técnicos
2003/2004	14	-	240	103	5	22	18	5	-
2004/2005	14	10	247	219	14	12	19	6	1
2005/2006	14	10	255	241	2	11	19	6	3

Quadro 10 - Síntese da informação referente à Escola EB1/JI da Cova da Moura

Fonte: CMA - Departamento Educação e Cultura/Divisão Sócio Educativa

Anos Lectivos	Insucesso Escolar - Retenção (nº alunos)	Insucesso Escolar - Abandono (nº alunos)
2002/2003	30	4
2003/2004	30	5
2004/2005	32	4

Quadro 11 - Informação referente ao insucesso escolar na EB1/JI da Cova da Moura

Fonte: CMA - Departamento Educação e Cultura/Divisão Sócio Educativa

Estas taxas de abandono e insucesso escolar são facilmente explicadas pelas dificuldades de aprendizagem bem como pela ausência de acompanhamento por parte dos pais, especialmente por parte da figura paterna. O quadro que se segue, foi elaborado com base num inquérito realizado pelas professoras da Escola EB1/JI aos seus alunos relativamente ao acompanhamento das crianças ao pequeno almoço, considerado como momento simbólico de encontro entre os membros da família no início do dia. Os dados permitem-nos verificar que em 32,9% dos casos é a mãe que prepara o pequeno almoço dos filhos e em segundo lugar (19,3%) as próprias crianças. A preparação do pequeno almoço por parte do pai aparece com valores significativamente baixos (2,4%), sendo ainda de salientar que muitos destes alunos tomam o pequeno almoço no ATL (12,6%), 10,1% tomam pequeno almoço apenas

às vezes e 9,7% não toma, facto que se reflecte na ausência de concentração nas aulas e posterior insucesso escolar.

Em síntese, para uma parcela significativa destes alunos com idades, na sua maioria, inferiores a 10 anos, o pequeno-almoço é descurado, quer do ponto de vista efectivo (cerca de 20% não toma de todo ou só toma “às vezes”), quer do ponto de vista do acompanhamento (outro quinto das crianças é responsável pela preparação do seu próprio pequeno-almoço, o que deixa transparecer, não uma carência alimentar, mas um défice de acompanhamento). Não fosse a compensação correspondente aos pequenos-almoços fornecidos no ATL e teríamos uma situação, na Escola EB1 da Cova da Moura, de quase metade dos alunos terem pequenos-almoços sem acompanhamento e, em muitos casos, deficientes ou ausentes.

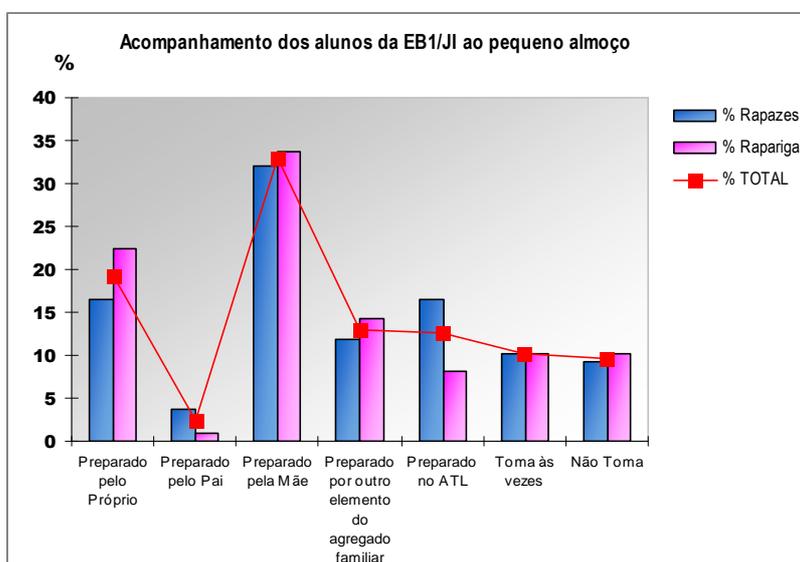
Esta situação fornece, desde logo, uma primeira pista para as dificuldades de acompanhamento parental e de capacidade para acompanhamento dos trabalhos escolares por parte de uma parte dos alunos (não é fácil estar atento e concentrado na aula sem ter comido o pequeno-almoço).

Acompanhamento dos alunos ao pequeno almoço

	Rapazes	%	Raparigas	%	TOTAL	%
Preparado pelo Próprio	18	16,5	22	22,4	40	19,3
Preparado pelo Pai	4	3,7	1	1,0	5	2,4
Preparado pela Mãe	35	32,1	33	33,7	68	32,9
Preparado por outro elemento do agregado familiar	13	11,9	14	14,3	27	13,0
Preparado no ATL	18	16,5	8	8,2	26	12,6
Toma às vezes	11	10,1	10	10,2	21	10,1
Não Toma	10	9,2	10	10,2	20	9,7
TOTAL	109	100	98	100	207	100

Quadro 12 – Acompanhamento dos alunos da Escola EB1/JI ao pequeno almoço.

Fonte: Escola EB1/JI da Cova da Moura



A escola secundária D. João V é uma das escolas secundárias na envolvente que recebe alunos da Cova da Moura. A filosofia da escola centra-se numa metodologia de ensino integrada, exigindo da parte dos alunos aplicação nos estudos de forma idêntica, ie., igual entre todos os alunos. Segundo um dos membros da direcção da escola, os alunos Portugueses, Europeus de Leste, Brasileiros, Africanos e de outras origens são tratados da mesma maneira, considerando-se ser este método mais justo para todos.

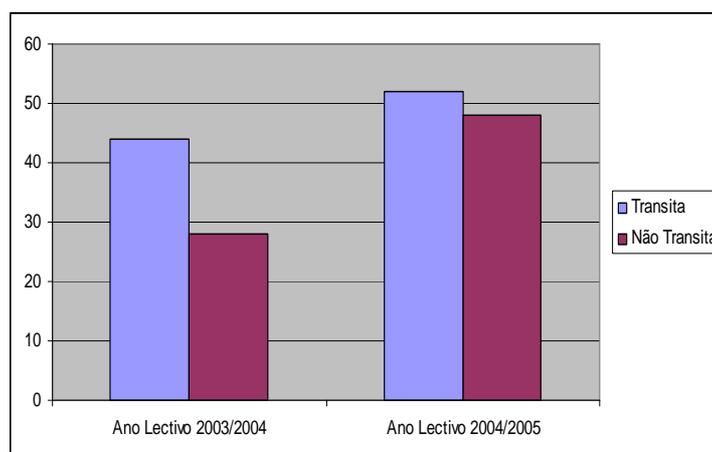
Nota-se, neste sistema, que os alunos vindos dos países do Leste Europeu são mais organizados e muito rapidamente assimilam a língua portuguesa, superando dificuldades na aprendizagem devido ao rigor e aos hábitos de trabalho cultivados nas escolas dos países de origem. Por outro lado, observa-se que os alunos com menor índice de sucesso escolar são aqueles que não têm disciplina e, em alguns casos, não sabem estudar sozinhos ou possuem responsabilidades domésticas (cuidar de irmãos mais novos, trabalhar para ajudar no sustento de casa, etc.) que limitam o tempo de estudo em casa.

Número de alunos	2003/2004		2004/2005	
	Transita	Não transita	Transita	Não transita
104	44	28	52	48

Quadro 13 - Aproveitamento Escolar dos alunos residentes na Cova da Moura que frequentam o ensino básico na Escola Secundária D. João V

Fonte: Dados disponibilizados pela Escola Secundária D. João V

Evolução do aproveitamento escolar - Escola Secundária D. João V (alunos do ensino básico residentes na Cova da Moura)



Relativamente ao aproveitamento escolar dos alunos da Cova da Moura que frequentam o ensino básico (3º ciclo) nesta escola, parecem acentuar-se as dificuldades, quando comparadas com a situação geral da Escola e, também, com as registadas ao nível do 1º ciclo, já de si pouco favoráveis. Efectivamente,

no ano lectivo de 2004/2005, as taxas de insucesso aproximam-se dos 50%, tendo-se agravado relativamente ao ano lectivo anterior (eram cerca de 40%) (ver Quadro 13). Quando comparamos estas taxas com o valor global de reprovações da Escola (18% em 2003/2004, de acordo com informação disponibilizada no próprio *site*) e com a taxa de retenção registada na EB1 do Bairro da Cova da Moura (12,5% em 2004/2005), facilmente nos apercebemos da maior relevância dos problemas de insucesso no Bairro e, também, do acentuar destes à medida que os alunos avançam para níveis de ensino mais elevados.

No caso dos alunos da Cova da Moura, o insucesso parece estar relacionado, na maioria dos casos, com os défices de capital cultural dos pais, que, necessariamente, se reflectem em limitações ao nível do acompanhamento escolar dos filhos. Eventualmente, uma menor utilização da língua portuguesa em casa e nalguns outros círculos de familiares e amigos onde o crioulo funciona como veículo de comunicação, pode acentuar os défices no processo de aquisição de conhecimentos.

Para ajudar a combater estas limitações, a direcção da escola aponta a existência de Mediadores como uma ajuda de grande valia na relação com as famílias.

A escola D. João V, que está em actividade há 23 anos e possui 1092 alunos (dos ensinos básico e secundário), 63 salas, além de salas específicas como biblioteca, sala de estudos, gabinete médico e outros, bem como pavilhão gimnodesportivo (desde há três anos), já foi parceira da Associação Cultural Moinho da Juventude, num processo de equivalência de cursos. Também já trabalhou como parceira da Junta de Freguesia da Buraca num programa de cursos de educação e formação para alunos repetentes. Actualmente, a escola conta com 4 turmas de cursos de Educação e Formação que ajudam a combater o insucesso escolar, havendo inclusivamente protocolos com empresas que oferecem postos de trabalho para os recém formados. Entretanto, vão faltando mais equipamentos informáticos, bem como os supracitados Mediadores.

A Escola EB2,3 Pedro D'Orey da Cunha tem cerca de 500 alunos, sendo que aproximadamente 70% são de origem cabo-verdiana (segundo informação de um funcionário da escola) e grande parte destes moram na Cova da Moura. Para o Presidente do Conselho Executivo da escola, é preciso cativar as famílias para a escola, pois, para grande parte dos cabo-verdianos, a escola é local de entrega dos filhos, de substituição da família.

Não foi possível realizar uma análise do sucesso e insucesso escolar da Escola EB2,3 Pedro D'Orey da Cunha, uma vez que não foram facultadas as informações necessárias por parte da escola. De resto, noutros estudos sobre a problemática educacional do concelho, esta Escola caracteriza-se por dificultar, sistematicamente, o acesso à informação relativa ao aproveitamento dos alunos, tanto ao nível da sua distribuição por bairros, como por grupos étnicos. É significativo que nos quadros de informação disponibilizados pela Câmara Municipal da Amadora seja a única escola que não fornece qualquer dado.

2.5 Sociabilidades e Quadro Relacional

Em termos de sociabilidades, a população do bairro é portadora de uma dinâmica muito própria, caracterizada pela grande intensidade e multiplicidade de relações inter-pessoais, o que aponta para a existência de um elevado capital social interno (laços do tipo *bonding*, isto é, internos à própria comunidade local). Existe um forte sentimento de proximidade, quase familiar, nos diversos quarteirões que compõem o bairro, com laços de solidariedade, coesão e forte ligação às tradições (*Kola San Djon* e outras), que respondem a um sentimento de estigmatização e discriminação, como se se tratassem de estratégias de sobrevivência e auto-defesa. Esta relação de entre-ajuda é particularmente importante na mobilização de apoios para acompanhamento de crianças da 1ª infância (podem ficar com vizinhos) e, também, para o processo de procura de emprego, uma vez que são em grande parte os amigos ou familiares que auxiliam nesta demanda.

Mas no bairro existem também conflitualidades e tensões associadas a situações de desigualdade de oportunidades. A grande massa de população imigrante que reside no bairro procura encontrar no país de acolhimento uma estrutura económica que lhe permita um meio de subsistência. O seu baixo estatuto sócio-económico de trabalhadores indiferenciados, num mercado de trabalho marcado por comportamentos discriminatórios, caracterizado pela precariedade dos horários longos, da inexistência de contratos de trabalho, da ausência de direitos sociais no caso dos imigrantes irregulares fortalece sentimentos de distanciamento ou insatisfação relativamente às populações envolventes. Estas desigualdades sócio-económicas, de que as diferenças culturais são supletivas, acabam por dificultar em grande medida os processos de integração e, por consequência, a coesão social.

Ao aprofundarmos a análise da natureza das relações sociais existentes no bairro, recorreremos à noção de quadros de interacção que pretende identificar os aspectos de natureza morfológica, relacional e simbólica que estruturam as redes sociais e os processos de interacção no bairro. Enquanto quadro de interacção, o bairro não se apresenta como um tecido social uniforme e homogéneo. Pelo contrário, a

diversidade e a complexidade de redes sociais que se estabelecem ao nível do local são entendidas a partir de características morfológicas, de lógicas de interacção e das condições contextuais que se actualizam nos processos relacionais, sejam estes de carácter organizacional, grupal ou individual. Nesta linha, iremos focalizar a análise em quatro grandes eixos que se afiguram como principais elementos estruturadores das práticas relacionais existentes no bairro, ou seja, a malha urbana e as sociabilidades; a pertença étnica e a pertença local, as redes sociais com o exterior (redes translocais e a presença no bairro de instituições supralocais) e a interacção entre os jovens e os “outros”.

2.5.1 Morfologia Urbana e Redes de Sociabilidade

Um dos principais factores que configura o quadro relacional do bairro inscreve-se na relação entre a malha urbana e os processos de sociabilidade. A intersecção entre estas duas dimensões é complexa e comporta lógicas específicas, que se reportam fundamentalmente a formas muito diferenciadas de apropriação e de construção social do espaço.

Como veremos no capítulo seguinte, a matriz espacial do bairro revela-se densa, desprovida de um centro claro e relativamente fragmentada. É um lugar onde dificilmente se encontra um ponto de partida, um centro, a partir do qual possamos ler e mapear uma cartografia ziguezagueante de múltiplos espaços e sociabilidades. A sul, o traçado tortuoso de ruas estreitas, de becos, de casas, barracas e anexos encavalitados, forma uma malha labiríntica apertada. Aqui se amontoa a população maioritariamente de origem africana. A norte predomina um padrão ortogonal de ocupação espacial, de ruas pavimentadas e de casas cercadas por pequenos jardins, onde residem os nacionais retornados de África, os migrantes internos, uma pequena burguesia africana e os imigrantes recém-chegados que buscam no bairro um lugar para habitar.

Num sentido lato, tanto a norte como a sul os processos de interacção são dominados por laços de vizinhança, parentesco e conterraneidade. Ainda assim, a tendência para a concentração espacial de populações da mesma origem étnica em determinadas áreas do bairro favorece o desenvolvimento de modos e estilos de sociabilidade específicos assim como a criação de círculos de interacção pautados por determinados padrões de conduta e de formas culturais bem diferenciadas, que caracterizam o bairro. Por exemplo, na área sul do bairro, e ao contrário do que acontece a norte, a sobreocupação, a exiguidade e a precariedade das casas assim como a manutenção de práticas culturais específicas potenciaram a transferência de actividades domésticas para o espaço público, favorecendo, igualmente,

uma maior apropriação das ruas, largos e becos como espaço de intenso convívio e de interconhecimento.

Este quadro urbano que se revela polarizado entre duas grandes áreas, com uma organização sócio-espacial bem diferenciada, tende, igualmente, a favorecer a existência de assimetrias relacionais e identitárias. Ao longo dos anos, os relatórios oficiais elaborados sobre a Cova da Moura veicularam a representação do bairro em termos dicotómicos, por um lado o “bairro europeu” descrito como bem organizado, obedecendo a uma lógica de urbanização formal e, como tal, passível de ser reabilitado. A este opõe-se o “bairro africano” retratado como um espaço degradado, sobreocupado e associado a traços culturais especificamente africanos. Ao privilegiar as formas culturais como factores determinantes da organização sócio-espacial destas populações, os discursos oficiais tenderam a relegar para segundo plano o modo como os quadros estruturais da sociedade dominante – económicos, sociais e políticos – moldaram a produção de espaços socialmente marginalizados.

Estas representações e a ausência de uma política urbana coerente para o bairro têm sido focos de tensão que se inscrevem no quadro relacional do bairro. Numa fase inicial de fixação, o poder discricionário exercido por certas personagens influentes no bairro na localização, distribuição e medição dos lotes a serem ocupados constituiu-se, desde logo, como uma fonte de contestação e de conflito entre diversos grupos de residentes. O capital social e económico de certos residentes influentes possibilitou-lhes um acesso privilegiado a importantes redes sociais no exterior do bairro quer na esfera do poder local quer a nível do quadro partidário da sociedade portuguesa. Assim, relações de interdependência, clientelismos, cumplicidades e rivalidades permeiam a malha social do bairro, criando nós relacionais de dominação e de subordinação que se vão desenvolvendo em torno de determinados indivíduos e grupos. Por outro lado, o poder local, ainda que sempre de forma ambígua, estabeleceu no local uma rede de interlocutores que foram funcionando como agentes de regulação social do bairro e promovendo relações de dependência entre os residentes e o Estado, acentuando assimetrias sociais entre os primeiros.

Por último, é de notar que o bairro constitui um lócus de identificação e de pertença para os seus residentes, independentemente da sua origem étnica. Para aqueles que foram residentes nas ex-colónias portuguesas o bairro simboliza “a terra prometida” que lhes oferecia uma oportunidade de recomeçarem as suas vidas após o processo de descolonização. Para os imigrantes, um local onde era possível viver no contexto da sociedade que lhes coarctava a cidadania. Neste sentido, e apesar das assimetrias sociais que atrás referimos, os residentes tendem a mobilizar-se em torno de um conjunto de

reivindicações que têm sido articuladas em termos do direito à legalização e à reabilitação do bairro, à necessidade de uma política de segurança e à construção de uma imagem positiva da Cova da Moura.

Em síntese, verifica-se que o quadro interaccional é accionado por processos densos de vizinhança, de parentesco e de conterraneidade que se actualizam e se adensam em determinados nichos espaciais. Adicionalmente, a organização sócio-espacial do bairro é reveladora de uma teia social e cultural muito diversificada onde se inscrevem relações assimétricas de poder, decorrentes de interacções locais e de prolongamentos de outras dinâmicas supralocais que ganham expressão no quadro interaccional do bairro. Por último, e independentemente da origem étnica, os residentes criaram laços de pertença ao bairro, estabelecendo processos de interacção que possibilitam acções de reivindicação conjuntas e que têm na sua génese a luta pelo direito ao local e a uma vida digna, promovendo a (re)qualificação e combatendo a estigmatização. Face a esta estigmatização, os habitantes demonstram uma necessidade constante de sublinhar os aspectos positivos do Bairro, percebendo-se também uma vontade expressa de maior interacção e aproximação entre os moradores e a comunidade envolvente.

2.5.2 Pertença Étnica e Localismo

Até que ponto a etnicidade ou a pertença local são factores determinantes das relações sociais que se estabelecem entre as diversas e culturalmente diferenciadas populações que residem no bairro? O estudo das relações intergrupais no bairro aponta para a existência de dinâmicas sociais em que tanto a pertença étnica como a pertença local emergem como factores determinantes das práticas sociais que configuram o quadro relacional. Como veremos a seguir, em certos contextos, a etnicidade ganha saliência enquanto, noutros, o localismo (sentimentos de pertença colectiva ao local) emerge como o principal factor estruturante das relações sociais e, noutros contextos ainda, ambas as dimensões são igualmente importantes.

Ao nível do movimento associativo local, na década de 1990 a adesão a organizações era relativamente aberta. Em princípio, qualquer residente podia tornar-se membro das três associações locais a funcionar no bairro. Contudo, práticas de exclusão de moradores africanos de determinada organização, mais especificamente dos seus órgãos de direcção foram denunciadas e severamente criticadas pela população local. Neste caso, a origem étnica assumiu um carácter determinante no acesso à participação associativa. A imposição de marcadores de categorização identitária como o fenótipo ou traços culturais teve como principais consequências a exclusão de residentes africanos de um conjunto

de recursos associativos, contribuindo para a estigmatização e discriminação destas populações, e, em última análise, potenciando situações de tensão e de conflitualidade entre os residentes do bairro.

Contudo, estes processos de exclusão não são, de modo algum, práticas dominantes das dinâmicas associativas existentes no bairro. De resto, actualmente, os tempos são bastante diferentes e a discriminação étnica explícita no acesso a qualquer organização parece estar completamente ultrapassada. Efectivamente, o que importa notar é a existência de formas associativas locais fortemente polarizadas por determinadas organizações, que tendem a ter clientela específicas, nas quais a origem étnica e a posição social se interceptam.

De qualquer forma, prevalece uma imagem marcada por sentimentos de pertença colectiva ao bairro relativamente intensos e evidentes entre a maioria da população residente. Densas redes de vizinhança, de parentesco e de conterraneidade assim como uma intensa vida associativa e a existência de sobreposições entre círculos residenciais, profissionais e de lazer tendem a contribuir para uma forte identificação com o local.

Ao analisarmos a esfera ocupacional, torna-se evidente que as actividades económicas são sustentadas por redes étnicas e familiares e pela pertença local. Informação sobre oportunidades de emprego dentro e fora do bairro é, frequentemente, obtida através de laços familiares, étnicos e de vizinhança. De facto, a economia semi-formal e informal emergente no bairro tem acentuado o uso de múltiplas estratégias de contratação, onde tanto a etnicidade como o localismo são accionados e mobilizados. A angariação de mão-de-obra local por parte de dezenas de subempreiteiros a residir e a operarem na Cova da Moura tende a tornar as fronteiras étnicas mais flexíveis e a fortalecer os laços de vizinhança. Por outras palavras, o acesso a oportunidades de emprego não depende unicamente da origem étnica dos trabalhadores (por exemplo, cabo-verdianos, guineenses, senegaleses ou russos), mas na maioria dos casos do seu estatuto de residente no bairro. Neste sentido, ser residente do bairro permite o acesso a outros recursos valiosos nomeadamente ao trabalho.

Por outro lado, a existência de um comércio local formal, semi-formal e informal muito activo e, como tal, de um número muito significativo de residentes que estão economicamente dependentes das oportunidades de trabalho geradas no bairro para a sua própria sobrevivência tem importantes consequências na estruturação e na regulação das relações sociais em múltiplos domínios. Para além do intenso comércio formal existente, um número considerável de residentes tende a envolver-se em actividades comerciais informais para complementar o rendimento familiar. Vendedoras de rua e

pequenos negócios de importação e exportação proliferam no Bairro tornando evidente que a subsistência destes grupos se encontra fortemente ligada àquele. A participação das mulheres nestas actividades é significativa e tende a potenciar relações de vizinhança, de entreajuda, de solidariedade e de coesão social num bairro etnicamente heterogéneo.

Dada a existência de uma economia semi-formal e informal e uma forte dependência dos moradores nas actividades económicas criadas no bairro, viver num “circuito fechado” étnico reduziria substancialmente as oportunidades de vida dos moradores. Deste modo, as pertenças étnicas e locais são optimizadas e as fronteiras são estrategicamente manipuladas de forma a maximizar os recursos económicos.

Em suma, não obstante as assimetrias económicas, sociais e culturais existentes no bairro e a situação de ilegalidade deste, a existência de uma forte economia semi-formal e informal e a densidade e multiplicidade de interdependências e cumplicidades desenvolvidas localmente são factores importantes na estruturação de práticas sociais que revelam fronteiras permeáveis e com baixos níveis de conflito inter-étnico.

2.5.3 Redes Sociais Translocais e Instituições Supralocais

A partir de meados da década de noventa de 1900, as representações mediáticas sobre o bairro do Alto da Cova da Moura tenderam a reforçar imagens estereotipadas sobre o bairro como um “gueto” ou como “uma zona degradada com sérios problemas sociais” A construção social bairro como gueto que se estabelece em oposição à sociedade maioritária permeou, igualmente, os discursos oficiais dominantes sobre a Cova da Moura.

Mais recentemente, se o aumento de criminalidade e de actividades ilícitas (por exemplo, o tráfico de droga) tem contribuído para um clima de insegurança que é vivenciado e denunciado pelos residentes do bairro, os órgãos de comunicação social ao ampliar esta realidade têm vindo a reforçar e a legitimar a imagem do bairro como um “território de alto risco”, como um “gueto negro” no qual o crime, a “raça” e a realidade imigratória se entrecruzam numa semântica e numa imagética de exclusão.

Ao analisarmos as dinâmicas sociais locais confrontamo-nos com um conjunto de práticas que desafiam esta representação do bairro como um espaço fechado ao exterior, dominado por uma cultura de marginalidade e de violência. Estas práticas inscrevem-se em duas vertentes principais: 1. dinâmicas translocais que são protagonizadas tanto ao nível individual/familiar como ao nível das organizações locais; 2. a presença no local de instituições oficiais que influenciam a estruturação social do bairro.

Relativamente à primeira vertente, é importante salientar que, no que respeita às relações sociais do indivíduo ou do agregado familiar, as redes de sociabilidade prolongam-se em múltiplos quadros de interacção translocal e transnacional. Para a maioria dos moradores, a sua teia de redes sociais espalha-se para além das fronteiras do bairro, desdobrando-se em redes de sociabilidade com familiares, amigos e conterrâneos a viverem noutras localidades e noutros países. É, igualmente, importante referir que as redes profissionais e sociais não se circunscrevem somente ao perímetro do bairro. A maioria dos residentes trabalha noutros locais no concelho da Amadora ou noutros concelhos mais ou menos distantes e mesmo alguns têm contratos de trabalho temporário no estrangeiro. Acresce-se, ainda, a grande mobilidade geográfica de um número significativo de residentes que decidiram sair do bairro, mas que continuam a manter a sua casa na Cova da Moura, protagonizando deslocações muito frequentes ao bairro e, como tal, a manutenção de múltiplas redes de interacção.

Esta teia de interacções translocais accionadas por redes familiares e/ou de conterraneidade reveste-se ainda de outras dimensões que se prendem com a existência de redes escolares, sindicais, religiosas ou partidárias.

Uma outra vertente do quadro de interacções translocais refere-se às dinâmicas associativas desenvolvidas no bairro, as quais têm sido protagonizadas pelas associações locais, com destaque para a Associação Cultural Moinho da Juventude. A participação em redes nacionais e internacionais e em projectos transnacionais foram cruciais não só para expandir o alcance e a diversidade das actividades da associação, mas também forneceram novas abordagens de intervenção social.

A colaboração em projectos europeus e a adopção de metodologias específicas de acção social tem sido uma constante das práticas da associação. Projectos comunitários desenvolvidos noutras cidades e bairros Europeus (ex. Alemanha, Holanda e Bélgica) têm sido apropriados, retrabalhados e implementados pela associação. Estas experiências forneceram novos quadros de actuação bem como novas formas de organização colectiva e de intervenção comunitária. Acrescenta-se que tais estratégias potenciaram a reconfiguração de identidades colectivas locais numa lógica translocal de identidade e de pertença. A partilha de experiências e o intercâmbio entre parceiros assim como a adopção de métodos de trabalho e acções de intervenção comunitária a nível internacional foram instrumentais para o estabelecimento de novas formas de reivindicação, agora num quadro mais alargado de modelos de integração e de activismo social.

Por último, a presença de algumas instituições oficiais no bairro (e.g. o Gabinete Técnico da Câmara da Amadora; Paróquia da Buraca) tem sido uma constante ao longo dos tempos. A intervenção destas

instituições constitui um prolongamento no local de organismos translocais que intervêm directamente e influenciam o quadro de interacções local. Os modelos organizativos e os serviços prestados por estas instituições criam novas práticas e novas redes de sociabilidade, activando esferas de influência em torno de si próprias. No caso específico do Gabinete Técnico da Câmara da Amadora, o qual tem funcionado no bairro, desde a década de oitenta do século XX, ainda que de forma descontinuada, a sua instalação prendeu-se essencialmente com a necessidade de estancar a construção desenfreada no bairro, pretendendo funcionar, igualmente, como “gatekeeper” entre o bairro e os serviços municipais. A intervenção do gabinete técnico camarário teve um impacto directo nas redes de sociabilidade estabelecidas. Esta influência fez-se sentir em diversos aspectos que se prendem com a introdução de novas lógicas de interacção, padronização de regras de conduta; delimitação do exercício do poder no bairro, sem deixar de gerar, igualmente, tensões e assimetrias num tecido social fortemente polarizado por interesses contraditórios, protagonizados por residentes, líderes comunitários e o poder local.

Tal como no quadro de interacção translocal, a presença de instituições supralocais no bairro inscreve-se, pois, em novas teias de relações sociais, as quais desafiam a noção do bairro como um espaço fechado sobre si próprio, sem qualquer ligação ao exterior.

2.5.4 Problemáticas dos jovens e níveis de interacção

As situações de desigualdade são particularmente difíceis para os jovens adolescentes, que se encontram perante condições de maior vulnerabilidade e cujas dificuldades começam desde cedo, na escola, primeiro cenário revelador das conflitualidades. Existem diversos factores desfavoráveis para uma adolescência harmoniosa e que explicam os elevados índices de insucesso e abandono escolar, como as insuficiências económicas que limitam muitas vezes os meios necessários para estas crianças se adequarem às exigências escolares, os défices de capital cultural das famílias ou, eventualmente, o carácter desestruturado de algumas destas, e ainda, a existência de linguagens e culturas distintas, o que obriga a constantes pressões para a interiorização dos códigos culturais da sociedade de acolhimento. O Bairro da Cova da Moura é um espaço marcado pela diversidade cultural, onde para além da condição desprivilegiada em termos socioeconómicos que muitos enfrentam, há ainda um conjunto de comportamentos e valores contrastantes, em que a cultura da sociedade receptora pode interferir na identidade do indivíduo, fazendo-o sentir-se “um estranho”, dificultando a sua adaptação.

Actualmente, este problema coloca-se em particular nas camadas mais jovens, filhos e netos de imigrantes, já nascidos em Portugal que acumulam as dificuldades vividas pelos seus progenitores com

os seus próprios problemas. Estes traduzem-se num rebuscar de origens que não conhecem e ao mesmo tempo numa procura de satisfação da necessidade de pertencer a uma comunidade, com a qual muitos não se identificam. Esta ausência de identificação com os grupos (a maioria e, também, as pessoas da sociedade dos pais), que é supletiva das carências económicas e sociais, pode acentuar um sentimento de marginalização social e de distanciamento que se poderá traduzir em práticas sociais desviantes.

A sociedade de consumo, por um lado, e o alargamento das desigualdades, que impõem padrões de estética e de integração no mundo do consumismo, por outro, tendencialmente afastam aqueles que não se enquadram nestes padrões. A rua, que cada vez mais substitui as funções de sociabilização que cabem à escola, passa a ser um local de encontro dos jovens. Esta geração, muitas vezes com défices de controlo por parte dos pais, dotada de sentimentos de desconfiança e de desafio para com a sociedade, encontra aqui um espaço de vivência e socialização, com valores e regras muito próprios. O desejo de pertencer a um grupo advém da necessidade de confiar naqueles que admiram ou com quem mais se identificam, o que os torna muitas vezes mais propensos a condutas de risco. Este risco corresponde a uma forma de libertação, de procura de sentido de existência e de luta contra uma imagem pessoal desvalorizada, em que a influência dos amigos poderá facilmente conduzir a pequenos furtos ou até ao tráfico de droga. Esta economia paralela, associada à delinquência e marginalidade, encontra facilidade em estabelecer-se no seio de uma comunidade fragilizada onde as relações sociais se degradam da mesma forma que o espaço físico. A utilização da habitação e dos espaços públicos para transacção e consumo de substâncias ilícitas, a destruição da iluminação pública e o vandalismo de que são vítima os espaços e equipamentos públicos são reflexos desta degradação. No bairro da Cova da Moura o tráfico de estupefacientes tem vindo a ganhar terreno, especialmente nos últimos anos, com o desaparecimento de outros bairros, nomeadamente o Casal Ventoso, com o envolvimento dos jovens, um alvo fácil para as malhas do tráfico, que facilmente se deixam enveredar por esta forma aparentemente fácil de ganhar dinheiro. Tudo isto se passa diante dos olhos dos moradores, que na sua maioria optam por não denunciar tais actividades por possuírem ligações afectivas ou familiares com os elementos envolvidos ou por medo de represálias.

Embora o consumo de droga não seja muito evidente, o problema do tráfico vai deteriorando cada vez mais a imagem do bairro, aumentando a desqualificação do meio e agravando as situações de violência e desconforto, acrescidos pela presença de consumidores exteriores ao bairro. A existência de tráfico de estupefacientes, violência e conflitos, aliados a uma degradação do espaço tornaram o bairro num lugar percebido como impenetrável, a evitar pelas populações vizinhas e até pela sociedade no geral. Este estigma do lugar é reforçado ainda pelos meios de comunicação social, que apenas difundem imagens

negativas do local, imagens que se manifestam, em termos pessoais, numa espécie de revolta e inquietação já que está clara a rejeição de que se é alvo por parte da sociedade envolvente.

2.6 Segurança e Insegurança

A problemática da (in)segurança na Cova da Moura tem sido amplamente difundida pelos órgãos de comunicação nacional que, frequentemente de forma sensacionalista e exagerada, relatam apenas os acontecimentos negativos do Bairro, contribuindo fortemente para a construção de uma imagem negativa e profundamente estigmatizada. Contudo, a insegurança cidadã na Cova da Moura não é uma criação dos jornais e das televisões, uma vez que, tanto nas reuniões do GPL como no *workshop* aberto à população, este aspecto se revelou uma preocupação primária dos residentes e de diversas instituições.

Perante este quadro, marcado, por um lado por um processo que exagera os factos negativos e que contribui, de forma intencional ou supletiva, para destacar a Cova da Moura como uma *no go area* da AML e, por outro, pela incidência de algumas actividades ilícitas que geram insegurança na população, importa perceber qual a real dimensão da criminalidade na Cova da Moura e quais os seus contornos efectivos.

Uma observação dos dados globais relativos à criminalidade declarada aponta para uma incidência da delinquência pouco superior à registada no conjunto da AML (Quadro 14). Assim sendo, a questão central não parece residir tanto na intensidade da criminalidade, mas sim nalguns tipos de delinquência que parecem assumir uma expressão mais relevante na Cova da Moura, como de resto afirmou o subintendente Manuel Pereira, do Comando da PSP da Amadora, durante a entrevista que realizámos com ele.

Quadro 14 - Criminalidade declarada comparada - Cova da Moura, concelho da Amadora e AML-Norte (2003/2004*)

	AML-Norte		C. Amadora		Cova da Moura	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Crimes contra as pessoas	19650	18,9	1779	22,3	80	25,2
Crimes contra o património	68672	66,2	5134	64,4	158	49,7
Crimes previstos em legislação avulsa(**)	7115	6,9	671	8,4	72	22,6
Outros crimes	8360	8,1	384	4,8	8	2,5
Total	103797	100,0	7968	100,0	318	100,0
Taxa de criminalidade global (%)	---	5,2	---	4,5	---	5,8
Taxa criminalidade (contra as pessoas) (%)	---	1,0	---	1,0	---	1,5
Taxa de criminalidade (crimes previstos em legislação avulsa)	---	0,4	---	0,4	---	1,3

(*) Os dados referentes à AML-Norte e ao concelho da Amadora correspondem a 2003.

Os dados da Cova da Moura referem-se a 2004.

(**) Inclui Tráfico de estupefacientes, condução ilegal e cheques sem cobertura.

Taxa de criminalidade = N.º crimes denunciados no ano / Pop. Residente no ano X 100

Fontes: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.

Polícia de Segurança Pública da Amadora.

Ao observarmos os quadros 14 e 15, podemos identificar os dois tipos de problemática que maior instabilidade causam no Bairro da Cova Moura:

- i) os crimes contra as pessoas (designadamente as ofensas à integridade física), que assumimos estarem associados à forma mais violenta de crime contra a propriedade (o roubo), que não só tem forte intensidade, como experimentou um acréscimo nos últimos dois anos;
- ii) o tráfico de droga, que atinge níveis de incidência relativa bastante superiores ao registados no concelho da Amadora e no conjunto da AML.

Embora estes dois tipos de criminalidade possam estar associados, as informações recolhidas junto da população e do subintendente Manuel Pereira parecem apontar para dois fenómenos distintos. No primeiro caso, estamos perante pequenos grupos de jovens (15 – 25 anos) do sexo masculino, muito marcados por culturas de virilidade e de rua, que assumem o desafio e a pequena criminalidade, muito incómoda para a comunidade, como práticas comuns. Embora não pareça estarmos perante fenómenos do tipo *gang*, dada a abertura destes grupos e a própria espontaneidade dos actos ilícitos (*“o líder ou outro membro provoca e inicia a actividade num qualquer momento e todos os outros se envolvem”* – Entrevista com o subintendente Pereira), a frequência diária causa forte instabilidade no Bairro e na envolvente. Os anseios de satisfação de determinados padrões de consumo, a expressão da revolta destes jovens a própria reprodução intra-grupo de uma cultura de desafio e de violência conduzem a esta criminalidade, por vezes facilitada pelo fácil acesso a armas. Ainda que, em termos gerais, se trate de actos de reduzida gravidade, a persistência nas actividades delinquentes em fases mais avançadas da adolescência e no início da própria vida adulta, podem conduzir a criminalidade mais violenta e perigosa. Note-se que documentos produzidos pela PSP acerca da criminalidade violenta na AML nos anos de 2003-2005, mostram um acréscimo desta, associado a um incremento dos actos perpetrados por grupos. A Amadora emerge como um concelho problemático neste domínio, aparecendo a Cova da Moura como uma das áreas críticas da AML, embora sejam identificados outros bairros e locais considerados mais complexos em termos de criminalidade violenta.

Quadro 15 - Tipologia da Criminalidade na Cova da Moura – 2004 e 2005

	2004		2005		Var. absoluta
	Abs.	%	Abs.	%	
Ofensas à integridade física simples	49	15,4	29	10,2	-20
Ofensas à integridade física graves	14	4,4	10	3,5	-4
Ameaças	12	3,8	8	2,8	-4
Difamação e injúria	5	1,6	2	0,7	-3
Roubo (incluindo esticção)	40	12,6	57	20,1	17
Furto de veículo	39	12,3	26	9,2	-13
Furto do interior de veículo	29	9,1	14	4,9	-15
Furto de residência	12	3,8	12	4,2	0
Furto estabelecimento comercial	9	2,8	7	2,5	-2
Outros furtos	9	2,8	7	2,5	-2
Danos à propriedade	20	6,3	21	7,4	1
Tráfico de substâncias	40	12,6	47	16,5	7
Detenção de arma proibida	4	1,3	6	2,1	2
Condução ilegal	32	10,1	25	8,8	-7
Outros crimes	4	1,3	13	4,6	9
TOTAL	318	100,0	284	100,0	-34

Fonte: Polícia de Segurança Pública da Amadora

Relativamente ao tráfico de droga, a Cova da Moura parece funcionar como um ponto de armazenagem e distribuição, sendo aparentemente reduzido o consumo efectuado pelos próprios residentes. O tráfico parece ter aumentado nos últimos anos, como atestam os próprios dados estatísticos (Quadro 15), existindo um conjunto de pessoas envolvidas no processo (diversos são recém-chegados e imigrantes, por vezes irregulares, induzidos por expectativas criadas pelos organizadores do “negócio”) e, também, alguns “pontos quentes” de transacção. Em síntese, a Cova da Moura aparece no mapa de tráfico de droga como um lugar de circulação e abastecimento, não se posicionando como o nódulo central do sistema.

As actividades criminais, bastante visíveis no Bairro (sobretudo o tráfico), assumem maior expressão na Rua Principal, Rua do Moinho, Rua do Vale, Rua da Palmeira, Rua do Outeiro, Rua 8 de Dezembro, Rua Santa Filomena, Rua da Ladeira e nalguns becos recônditos dos quarteirões mais fechados (figura 6)⁵.

Face a esta problemática, a PSP tem tentado implementar processos que visam aumentar a segurança dos cidadãos e combater a criminalidade. Entre estas, destacam-se os processos de policiamento de proximidade (dois agentes com presença permanente no bairro que fazem o acompanhamento constante da população e que interagem com esta, com destaque para as crianças e os jovens), bem como o patrulhamento convencional, por vezes reforçado (carro patrulha, presença regular de equipas de intervenção rápida, equipas de investigação criminal). Aparentemente, a criminalidade parece ter

⁵ Esta informação tem como base dados qualitativos da PSP e a nossa própria observação de terreno.

diminuído de 2004 para 2005 (ver quadro 15), mas a prevalência do tráfico de droga e o problema dos roubos e dos crimes contra as pessoas implicam um reequacionar das estratégias no domínio da segurança. E esta é tão importante para os cidadãos, como a percepção que estes têm dela.

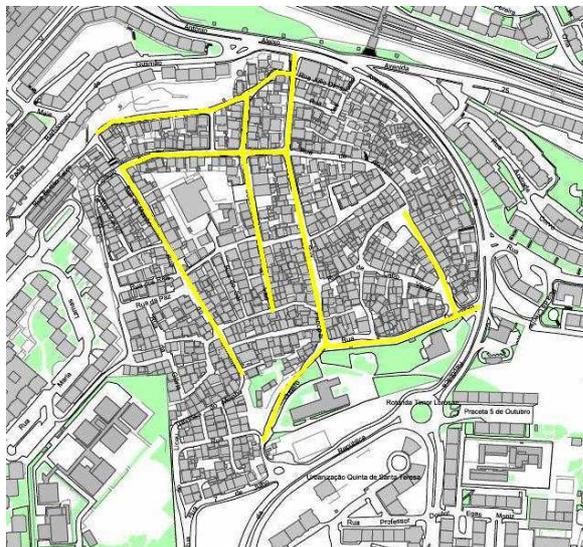


Figura 6 – Ruas de criminalidade mais intensa no bairro da Cova da Moura

2.7 Saúde e Riscos

2.7.1 Saúde

A questão da saúde é essencial para o desenvolvimento de qualquer comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações, ao nível físico, psíquico e social. Esta vertente torna-se ainda mais crucial em comunidades onde a condição socio-económica é baixa, associada a uma vertente educacional fragilizada, e em especial quando se cruzam com problemáticas associadas à toxicodependência, como acontece na Cova da Moura.

Assim, procurou-se perceber de que forma tais fragilidades se reflectem na saúde dos habitantes do bairro, tentando obter respostas junto das entidades ligadas à área da saúde que intervêm na zona geográfica onde se insere a Cova da Moura.

De acordo com as informações recolhidas no Centro de Saúde da Reboleira, há um conjunto de doenças que afectam particularmente a população do bairro, são elas o HIV/SIDA, a Hepatite B e C, a Tuberculose Pulmonar, o Alcoolismo e as doenças do foro psíquico.

1. HIV/SIDA e Hepatite B e C

Segundo os entrevistados, o aumento do número de casos de HIV/Sida e Hepatite B e C acompanha o incremento a nível nacional, uma vez que se tem verificado um acréscimo do número de casos de população infectada, tratando-se, assim, de um problema que afecta o país em geral e não especificamente a Cova da Moura.

Uma vez que até 2005, não era obrigatório os laboratórios e centros de saúde declararem os doentes infectados com SIDA, fossem doentes ou portadores do vírus HIV (seropositivos, e por isso não apresentam os sintomas da doença), os números actualmente existentes não estão ainda estabilizados. Há 2 anos, Portugal tinha cerca de 18.000 casos, sendo que actualmente o número é de aproximadamente 52.000.

Este tipo de doenças estão associadas ao comportamento e às características sociais e culturais duma comunidade. Neste sentido, os toxicodependentes estão mais propensos a serem contaminados, sendo que em relação à população da Cova da Moura, a preocupação se prende com o número de toxicodependentes que vivem e/ou frequentam o bairro.

Actualmente os laboratórios são obrigados a elaborar um relatório dos casos positivos de testes de SIDA. Dos resultados, observa-se que os testes positivos realizados em território português, em imigrantes vindos de países com elevado índice de infectados, têm resultados diferentes dos testes realizados no país de origem. Dessa observação, os especialistas concluem que a infecção foi feita em território português, o que preocupa particularmente as autoridades de saúde.

A maioria dos casos de Hepatite não são recentes, verificando-se que muitos pacientes contraíram a doença anteriormente. Os índices para os utentes da Cova da Moura estão dentro do patamar nacional.

2. Tuberculose Pulmonar

Os índices de Tuberculose Pulmonar também se aproximam dos níveis nacionais. Entretanto, existe uma preocupação particular por parte dos profissionais da saúde em relação à população da Cova da Moura, uma vez que a doença é de fácil transmissão. A infecção, está portanto, associada à convivência, ao tipo de habitação (ex. questões ligadas à salubridade e condições higieno-sanitárias) e a outras características, como a deficiente recolha de resíduos sólidos urbanos, factores que se encontram presentes na Cova da Moura.

3. Alcoolismo

Outra das grandes preocupações dos profissionais da saúde que recebem utentes da Cova da Moura prende-se com o crescente número de casos relacionados com o alcoolismo. A preocupação reside no facto de o alcoolismo dar origem a outros problemas de ordem social. No caso do alcoolismo masculino, este problema associa-se a casos de violência doméstica, desemprego, e outros. No caso do alcoolismo feminino, que tem aumentado na Cova da Moura, o problema associa-se a maus tratos infantis, abandono das responsabilidades domésticas, e outros. Tanto num como noutro caso, as crianças são sempre potenciais vítimas.

O alcoolismo é aceite entre os homens mas não divulgado no caso das mulheres, o que o torna um facto preocupante, pois tem sido confirmado um aumento nos casos de alcoolismo feminino, embora não haja informação estatística relativa a este fenómeno.

4. Doenças do Foro Psíquico

Os profissionais na área da saúde têm igualmente constatado um aumento ao nível dos problemas psiquiátricos na população do bairro. A justificação dos profissionais prende-se com a dificuldade dos residentes em ultrapassar as decepções que se ligam à imigração, nas expectativas frustradas, nas dificuldades de integração, o que gera problemas de ordem mental. Estes casos são frequentes em comunidades de imigrantes e encontram-se frequentemente associados ao problema do alcoolismo. Considerando o grande número de imigrantes residentes na Cova da Moura, o bairro é uma preocupação, na opinião dos profissionais.

5. Outras doenças

De uma forma geral, a incidência de outras doenças na Cova da Moura está dentro dos índices nacionais, verificando-se, no entanto, muitos casos de reinfecções. A maioria dos problemas de saúde dos residentes da Cova da Moura está associada ao ambiente em que vivem (ex. condições sanitárias, salubridade das habitações), comportamentos de risco e características da população (ex. movimentos migratórios, doenças das viagens⁶).

Em termos de saúde familiar e materna e planeamento familiar, o sistema de saúde tem demonstrado eficácia. As doenças prevenidas por vacinação, não diferem dos níveis nacionais, tendo vindo a diminuir.

⁶ As “doenças das viagens”, estão associadas na maioria das vezes ao turismo sexual mas também a outras doenças como as doenças tropicais.

No entanto, é de referir que até aos 6 anos de idade, as crianças contam com uma forte protecção dos pais, mas depois, emergem diversos casos em que as crianças são deixadas entregues a si próprias. O Centro de Saúde sempre que detecta essa necessidade desloca-se à Cova da Moura para efectuar campanhas de vacinação, tal como aconteceu recentemente com a campanha de vacinação da Meningite C, cuja adesão foi bastante satisfatória.

6. Gravidez adolescente e precoce

A gravidez precoce, embora encarada por alguns como sendo comum na cultura africana, apesar de nem sempre bem aceite pelos progenitores, constitui um problema de saúde, uma vez que é considerada gravidez de risco. O problema é acrescido, quando se trata de uma gravidez não desejada, muitas vezes associada a comportamentos de risco (ex. casos de HIV), como acontece na Cova da Moura. Embora os dados do Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra) não permitam identificar as parturientes da Cova da Moura, uma vez que os dados não são passíveis de desagregação ao nível do bairro, uma análise por freguesias permite conclusões interessantes, mesmo sabendo-se que algumas puérperas do Bairro tenham exposto as suas crianças fora da maternidade do Hospital Amadora-Sintra. Em termos absolutos, o número global de partos de mães residentes no concelho da Amadora ocorridos no Hospital Fernando da Fonseca manteve-se relativamente estável (em torno dos 1200), acontecendo o mesmo com os partos de mães com idades inferiores a 18 anos (próximo dos 65). Curiosamente, o aumento ocorrido nos partos de menores de 16 anos deve-se à freguesia da Buraca, que em 2004 não registou nenhum e em 2005 registou 2. Contudo, a análise dos valores relativos comparados (distribuição percentual dos partos ocorridos em 2004 e 2005 no Hospital Fernando da Fonseca, segundo o grupo etário da mãe e a unidade geográfica) é muito mais esclarecedora. Efectivamente os partos de mães adolescentes com 18 e menos anos residentes na Buraca corresponde a quase 10% do total, quando este valor não chega aos 5% no conjunto do concelho da Amadora e é menos de 3,5% entre as parturientes provenientes de outros locais. Se considerarmos apenas as mães com 15 e menos anos, que representam, felizmente, uma percentagem extremamente reduzida, os valores da Buraca e também da Damaia (respectivamente, 0,76 e 0,91%) são, mesmo assim, muito superiores aos verificados para as puérperas do conjunto da Amadora e residentes noutros municípios (0,5 e 0,33%). Embora não se possa estabelecer que os partos de mães da Buraca e, sobretudo, da Damaia, sejam de residentes na Cova da Moura, o peso que este Bairro tem na primeira freguesia e, também, a juventude da sua população, apontam para uma forte presença de raparigas da Cova da Moura neste conjunto de nascimentos. Tudo aponta, pois, para que a problemática da gravidez adolescente e precoce (envolvendo raparigas menores ou com 18 anos) seja de facto significativa na Cova da Moura, representando isto um acréscimo das gravidezes de risco e, frequentemente, a emergência de outros

problemas sociais (ex: expulsão da jovem mãe da casa dos pais), designadamente pelo facto de, por vezes, os filhos não serem aceites pelos progenitores homens.

N.º Partos Apurados	2004					
	AMADORA				Outros Concelhos	TOTAL
	Buraca	Damaia	Outras Freguesias	TOTAL		
0-12						
13-15		1	4	5	6	11
16-18	9	5	44	58	86	144
19-24	40	31	238	309	560	869
25-34	69	68	532	669	1973	2642
+ 34	15	18	135	168	508	676
TOTAL	133	123	953	1209	3133	4342

Quadros 16 - Distribuição dos Partos ocorridos em 2004, por grupo etário e área de residência

Fonte: Hospital Fernando Fonseca, Amadora

N.º Partos Apurados	2005					
	AMADORA				Outros Concelhos	TOTAL
	Buraca	Damaia	Outras Freguesias	TOTAL		
0-12						
13-15	2	1	4	7	3	10
16-18	15	5	39	59	14	73
19-24	35	24	246	305	297	602
25-34	57	55	515	627	1245	1872
+ 34	21	12	154	187	337	524
TOTAL	130	97	958	1185	1896	3081

Quadros 17 - Distribuição dos Partos ocorridos em 2005, por grupo etário e área de residência

Fonte: Hospital Fernando Fonseca, Amadora

N.º de partos apurados	AMADORA				OUTROS CONCELHOS	TOTAL
	BURACA	DAMAIA	OUTRAS FREGUESIAS	TOTAL		
0-12						
13 - 15	0,76	0,91	0,42	0,50	0,18	0,33
16 - 18	9,13	4,55	4,34	4,89	1,99	3,21
19 - 24	28,52	25,00	25,33	25,65	17,04	20,63
25 - 34	47,91	55,91	54,79	54,14	63,99	59,72
> 34	13,69	13,64	15,12	14,83	16,80	16,11
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 18 - Distribuição dos partos ocorridos no Hospital Amadora-Sintra em 2004/2005, segundo a idade das puérperas (%)

Fonte: Hospital Fernando Fonseca, Amadora

Considerações Finais

De forma geral, a incidência das doenças supracitadas na Cova da Moura não difere muito dos índices observados ao nível nacional, embora a existência de riscos específicos (falta de salubridade de algumas habitações, deficiente recolha de lixo, forte mobilidade geográfica de alguma população) justifiquem um acompanhamento mais cuidado da evolução das condições de saúde desta população. Apenas nos casos de alcoolismo, os profissionais de saúde parecem identificar uma evolução que justifica alguma preocupação. Relativamente aos casos de gravidez precoce, a situação da Cova da Moura parece, efectivamente, ser mais complexa do que a registada no resto do município e da envolvente.

Perante este quadro, a questão da prevenção parece assumir-se como aspecto crucial. Efectivamente, os profissionais de saúde que prestaram muitas das informações que possibilitaram a execução desta parte do diagnóstico, consideram que é necessário um trabalho mais forte na área da prevenção. No entanto, as prioridades do Centro de Saúde nem sempre correspondem às respostas que a população espera, uma vez que existem carências quer no número de profissionais, quer nas actividades no domínio da prevenção, a qual deveria estar adaptada à cultura do bairro.

Para concluir, estes profissionais referem que é necessário formar e informar os moradores dos seus direitos de cidadão. A saúde é um direito de cada cidadão, sendo de sublinhar, que no entender destes profissionais, a população têm feito um grande esforço de integração ao nível da saúde. Por exemplo, a vacinação na Cova da Moura não é diferente da vacinação em Alfragide.

No final da entrevista realizada, os profissionais de saúde lançaram ainda algumas sugestões de projectos que poderiam ser implementados no bairro, tais como a existência de:

- **Promotores de Saúde** – são facilitadores que ajudam a intervir culturalmente no bairro (tem um tronco em comum com os mediadores). Fazem a formação de indivíduos do bairro que funcionam como veículo de transmissão dos seus conhecimentos para a população do bairro;
- **Enfermagem Comunitária** – equipa com competências para acompanhamento de mulheres grávidas, crianças, mães, mulheres com problemas de alcoolismo, trabalhos de formação preventiva. Ajudam a identificar disfunções familiares, que geram problemas sociais.

2.7.2 Toxicodependência

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) da Amadora possui um total de 2510 utentes, contando com 559 utentes activos, no final de 2005. As actividades do centro incluem, entre outras, o acolhimento, as consultas (individuais e de grupo), o atendimento do serviço social, o serviço de terapias medicamentosas, o apoio de enfermagem e o apoio para a saúde, grupos de apoio a famílias, acompanhamento de crianças, filhos de toxicodependentes e sessões de esclarecimento. Intervém através de programas de tratamento de substituição com metadona e buprenorfina e actua, ao nível da redução de danos, na área do rastreio a doenças infecto-contagiosas, vacinação, consulta de infecciologia e terapêutica antiretroviral e tuberculostática. O CAT articula-se com diversas instituições, nomeadamente, com a Câmara Municipal da Amadora, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, algumas instituições particulares de Solidariedade Social (AJPAS, AFID, etc), o Projecto Rotas – Urban II, a Escola das Profissões, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, outros CAT's, centros de saúde e hospitais, farmácias, escolas, etc. Na área da reinserção social articula-se com o Instituto de Reinserção Social e participa em Redes Regionais para o Emprego, Redes Europeias e Programa Vida Emprego.

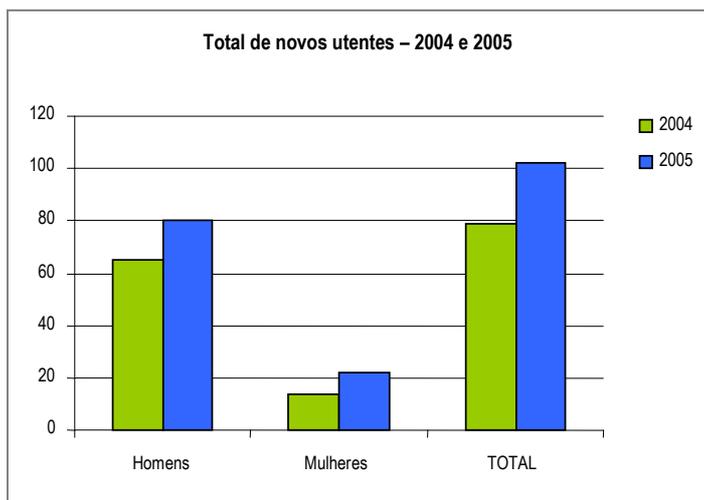
Perfil dos Utentes Activos do CAT Amadora

De acordo com os elementos fornecidos pelo centro, cujos dados reportam a Março de 2006, podemos afirmar que se verificou um ligeiro acréscimo no total de novos utentes, de 2004 para 2005, e também um aumento no consumo de cocaína, a par com o aumento de situações de desemprego (58% em 2004 e 74% em 2005).

	Homens	Mulheres	TOTAL
2004	65	14	79
2005	80	22	102

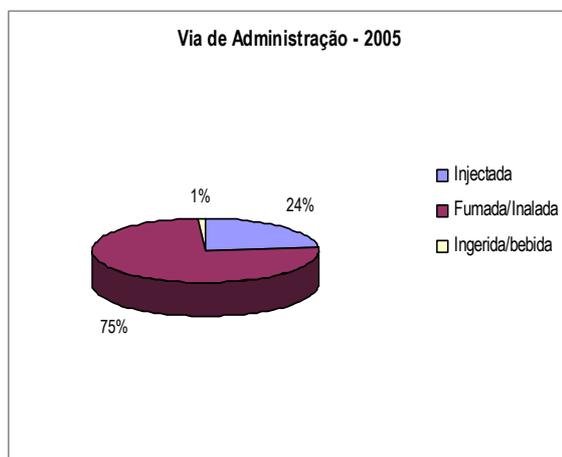
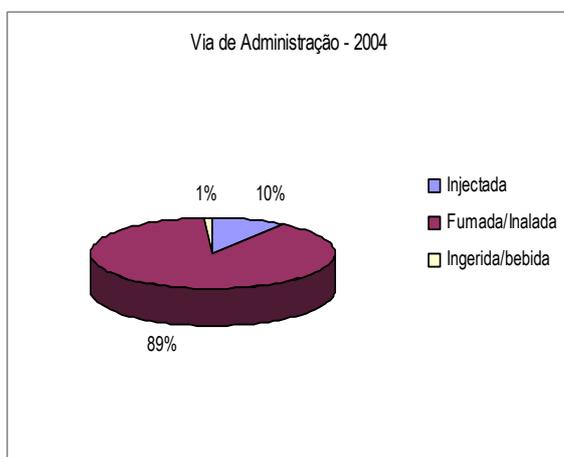
Quadro 19 - Total de novos utentes (2004 e 2005)

Fonte: CAT Amadora, Relatório de Actividades 2005



Os dados revelam-nos que a classe etária onde o consumo é maior situa-se nos 30-34 anos (30%), diminuindo nas classes etárias mais jovens e mais idosas. A grande maioria dos toxicodependentes chegam ao CAT quer através de encaminhamento de instituições ligadas à saúde (23%) quer por iniciativa própria (29%). São na sua maioria indivíduos solteiros (55%) e casados/união de facto (30%), com um nível de escolaridade médio/baixo – mais de 50% entre o 1º e o 2º ciclo (51%), e em situação de desemprego/à procura de emprego (61%). Residem essencialmente com familiares – ascendentes/irmãos (52%), embora em muitos casos este local de residência seja a rua. É ainda de referir que 64% dos utentes já realizaram tratamentos anteriores.

No que respeita ao perfil de consumo, 49% dos utentes são consumidores de heroína e 42% consomem heroína e cocaína, sendo que, na grande maioria dos casos, a via de administração é fumada/inalada, embora o número de casos em que a via de administração é através de injeção esteja a aumentar, facto que preocupa particularmente os técnicos ligados à área da saúde.

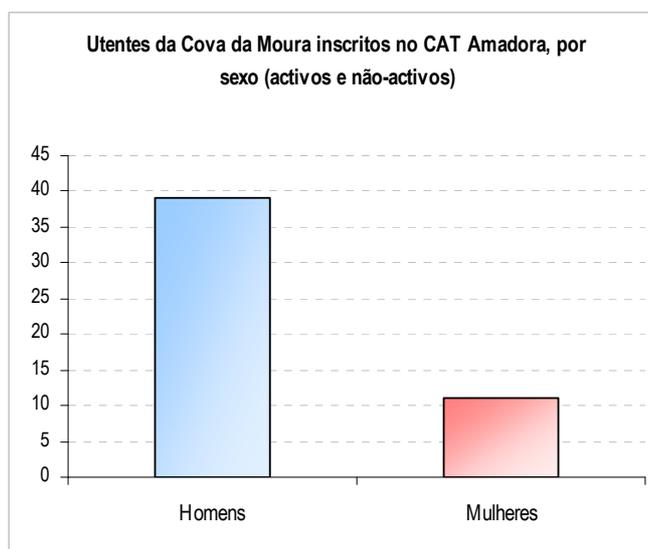


O consumo de substâncias ilícitas não pode ser dissociado das doenças infecciosas, tais como o HIV/SIDA, Hepatite B e C e Tuberculose. Segundo os dados disponibilizados, dos 114 utentes testados, 15.8% dos casos deram positivo nos testes ao HIV e de 103 utentes testados, 6.8% tinham Hepatite B e 52.4% Hepatite C. Estes dados revelam-se preocupantes e confirmam a necessidade de uma política de prevenção e acompanhamento deste grupo de risco de uma forma mais eficaz.

O bairro da Cova da Moura

Relativamente ao bairro da Cova da Moura e de acordo com os dados, actualizados a Junho de 2006, fornecidos pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência/CAT Amadora, existem **51 utentes** inscritos no CAT da Amadora com residência associada ao bairro da Cova da Moura. Destes 51 utentes, **7 estão activos**, ou seja, foram a pelo menos uma consulta no Centro em 2006, e **44 não activos** (1 utente entretanto faleceu).

- idades rondam em média – 36 anos; variando entre os 22 e 50 anos;
- 78% são do sexo masculino e 22% do sexo feminino;
- o ano de acolhimento no CAT variou entre 1991 e 2005, sendo que a maior parte se inscreveu antes de 2000.



Relativamente aos utentes não-activos, a maioria não se dirige ao Centro há mais de 6 anos (27 casos); por outro lado, dos 7 utentes activos, 4 estão a ser acompanhados há mais de 10 anos e 1 há cerca de 9 anos, estando os restantes 2 utentes em acompanhamento há cerca de um ano.

Destes 7 utentes activos, e de acordo com a ficha de utente actualizada, sabe-se ainda que:

- Estado civil: 5 utentes solteiros;
- Escolaridade: 2 utentes com o 1º ciclo; 2 utentes com o 3º ciclo e 1 utente com o 11º/12º ano;
- Situação laboral: 1 utente empregado, 2 em situação de desemprego e 2 utentes com situação desconhecida;
- Coabitação: 2 utentes residem com familiares (ascendentes/irmãos), 2 utentes residem com o companheiro(a) e 1 utente em situação desconhecida;
- Substâncias consumidas:
 - heroína – 2 casos
 - heroína e cocaína – 3 casos
- Via de consumo – injectada (1 caso), fumada/inalada (4 casos);
- Tratamentos anteriores: 4 utentes nunca tinham feito tratamentos anteriores;
- Tratamento actual:
 - Programa de substituição com metadona e apoio psicológico e social – 3 utentes
 - Psicofármacos e apoio psicológico e social – 3 utentes
 - Apoio médico e apoio psicológico e social – 1 utente

Estes números apresentados pelo CAT da Amadora, relativamente ao bairro da Cova da Moura, revelam a necessidade em recorrer a ajuda profissional na área da toxicoddependência. No entanto devemos acrescentar que estes números não revelam o número real de indivíduos toxicoddependentes que residem no bairro, uma vez que nem todos frequentam ou estão sinalizados pelo CAT. Embora se saiba que o que relaciona a Cova da Moura aos estupefacientes seja essencialmente o tráfico e não o consumo de drogas pela população local, é importante apostar quer na vertente da prevenção quer no acompanhamento a toxicoddependentes, residentes ou que frequentam o bairro, reforçando ou adequando as medidas adoptadas.

3. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E ACESSIBILIDADES

3.1 Enquadramento Urbano. Um Bairro no Contexto da Cidade



Figura 7 - Fotografia Aérea da Cova da Moura

Compreende-se com facilidade lendo o território, seja através dos documentos de análise, cartografia ou ortofotomapas, seja por uma análise detalhada dos elementos em presença, que o bairro da Alto da Cova da Moura integra uma unidade territorial mais vasta.

São factor determinante nesta avaliação as pesadas infra-estruturas de circulação e transportes (linha do caminho de ferro de Sintra, IC 19, Nó da Buraca) as quais estabelecem limites extremamente fortes do ponto de vista físico e psicológico, para mais utilizando espaços canais de pronunciados cortes topográficos que neste caso funcionam efectivamente como separação dos tecidos urbanos próximos. Esta unidade territorial, contida no interior do perímetro que aquelas infra-estruturas definem, foi no essencial, a que deu corpo ao programa Urban II Amadora

Apesar de aparentemente esta unidade ter condições físicas para a existência de um tecido de continuidade urbana, na verdade há como que um “corte” não só na leitura espacial que se observa, como sobretudo na experiência de utilização do espaço. Esta realidade decorre em primeiro lugar da forma como este território foi apropriado no âmbito do processo de ocupação e posteriormente, dos problemas acumulados pela não resolução social e urbanística. Como consequência desta situação resultou muito claramente, num primeiro momento o isolamento do bairro e depois todos os problemas que se podem associar a diversos tipos de “guetização”: carências ao nível do espaço urbano, insalubridade, insegurança.

Contudo, esta fractura no tecido urbano se bem que contenha factores negativos idênticos aos que são actualmente patentes na área de intervenção, pode também ser motor para uma riqueza acrescida na utilização da cidade, por força da percepção de uma identidade visual diferenciada, mas sobretudo pela oferta variada e estimulante de percursos, de paisagens, de actividades, de alternativas de vivência sócio-cultural. Neste tipo de avaliação vale sempre a pena lembrar toda a carga positiva que a singularidade dos bairros transporta para o nosso imaginário quando pensamos na cidade tradicional. Quando hoje falamos por exemplo, do Bairro Alto, de Alfama ou da Mouraria, todos eles com um passado de situações físicas e sociais complexas, fazemos uma avaliação maioritariamente positiva. É preciso usar de cautela e salvaguardar as diferenças, mas também importa reconhecer o potencial de transformação ancorado num “património de construção” comum que não pode ser apagado sem que as consequências sejam judiciosamente avaliadas.

As áreas adjacentes ao bairro, tanto a Nascente na freguesia da Buraca como a Poente na freguesia da Damaia, são do ponto de vista da estrutura urbana, desenvolvimentos típicos dos anos 60 e 70, de um standard pouco interessante mas que progressivamente têm vindo a consolidar-se e a qualificar-se. Mais legível a Poente, com espaços mais arborizados, importantes equipamentos como referentes e uma conformação do espaço público (avenidas, largos, rotundas) que cumpre uma melhor urbanidade na satisfação das necessidades do nível quotidiano. Mais confuso na hierarquia da rede viária e na definição do espaço urbano, o lado Nascente tem igualmente vindo a assistir a uma melhoria gradual da qualidade do espaço público. A Intervenção Urban II para além das vertentes imateriais, promoveu igualmente neste território um conjunto de acções de tratamento do espaço público e de construção de equipamentos que potenciam a interacção de utilização e por consequência maior coesão social.

Há pois um contexto na envolvente imediata favorável, que autoriza a pensar com realismo na possibilidade de se estabelecerem relações sociais e funcionais neste mais vasto território e de alguma forma, a construir-se o mosaico multifacetado espacial, social e cultural que é apanágio das cidades cosmopolitas e duráveis. Basta pensarmos que as cidades, na sua génese, foram concebidas para que os homens partilhem o que de mais importante têm em comum e não para que se estabeleçam barreiras ou divisões. De resto, é significativo que um questionário experimental efectuado a 120 residentes na envolvente, evidencie que a maioria destes considere os moradores o aspecto mais positivo do Bairro (a imagem e a estrutura física são percebidas como muito mais negativas) e refira que a reabilitação – e não a demolição associada à renovação – seja a solução mais desejável, pois permite qualificar o Bairro, mantendo nele os residentes que desejaram aí manter a sua casa.

3.1.1. Evolução da Ocupação Urbana

O bairro do Alto da Cova da Moura deve o seu crescimento a uma localização privilegiada, onde se destaca por um lado, o factor de proximidade à capital e as boas acessibilidades criadas pelos grandes eixos viários (IC19, CREL e CRIL) e infra-estruturas ferroviárias e, por outro, ao conhecimento, por via familiar ou de relações de amizade, da existência de um espaço disponível para ocupação, numa época de grande pressão urbanística para a obtenção de local onde habitar. Quando a exploração agrícola na Quinta do Outeiro é abandonada no final da década de 50, surgem as primeiras casas, de construção em madeira, maioritariamente concentradas em dois núcleos: um junto à casa da quinta e constituído sobretudo pelos antigos trabalhadores; o outro no limite Nordeste próxima da antiga pedreira, nessa data já desactivada. Esta ocupação estava ainda associada a uma agricultura de subsistência que era exercida não só pelos habitantes das barracas situadas no terreno, mas igualmente por residentes dos bairros vizinhos onde muita da população tinha recentemente chegado da província. Na segunda metade dos anos 70, chegam os primeiros retornados e nessa altura o bairro sofre uma segunda fase de ocupação de proporções bem diferentes, uma vez que até essa data habitariam na área cerca de 360 pessoas. De facto o bairro começa por ser ocupado junto às principais acessibilidades, onde os novos moradores pagam à “comunidade agrícola” para libertar os terrenos e de imediato delimitam a “sua propriedade”, dando início à construção. Com a constituição da Comissão de Moradores, em 1978, a abertura de ruas obedece a um plano da própria Comissão, que desempenha um papel importante na gestão dos terrenos e no controlo da dinâmica construtiva. Conforme acta de 5 de Março “foi consenso dos membros presentes que se devem delinear as ruas do bairro, a fim de permitir a construção de mais casas, já devidamente alinhadas”. Todos estes trabalhos foram realizados com o consentimento, e eventual colaboração, primeiro da Câmara Municipal de Oeiras, e mais tarde, aquando da constituição do Município da Amadora, da Junta de Freguesia da Buraca e respectivo Município⁷.

Posteriormente, a chegada em grande número de população de origem africana e a rápida passagem de informação sobre o bairro dá origem a uma ocupação intensa e algo desordenada, onde as habitações começam por ser de madeira e mais tarde de alvenaria de tijolo, com cérceas entre os dois e três pisos, que crescem gradualmente de forma a dar resposta à forte procura de habitação no bairro e que rapidamente se traduziu num situação de difícil controlo urbanístico, em muitos casos contrária às mais elementares regras de habitabilidade.

Esta forte procura traduz-se na existência de uma numerosa população a viver em quartos (há vários edifícios que funcionam como “pensões informais” que arrendam quartos a trabalhadores

⁷ A este propósito, ver os elementos contidos em Craveiro, Teresa e outros (1983) – *Cova da Moura*. Câmara Municipal de Amadora, Serviço de Planeamento Urbanístico

imigrantes, sobretudo homens) e em partes de casa arrendados, existindo um mercado de arrendamento informal extremamente activo, que incorpora uma componente especulativa importante, variando os preços praticados entre os 150/200 euros por mês (quarto) e 300 euros mensais (duas assoalhadas)⁸. Se a desregulação destas formas de arrendamento informal traz problemas, sobretudo para os inquilinos, estas também contribuem para complementar o rendimento familiar e garantir uma certa estabilidade económica das famílias dos locatários (em virtude da regularidade mensal dos pagamentos), o que se vai repercutir positivamente do ponto de vista social.

Apesar da melhoria das condições de habitabilidade do edificado, que se traduz, em certa medida, na perda do seu estatuto de inacabado e na realização de infra-estruturas e alguns equipamentos (escola EB1/JI, espaço da Misericórdia com polidesportivo descoberto), não houve ainda uma requalificação urbanística do Bairro nem estão ainda identificadas soluções para a questão fundiária, que permanece em situação de irregularidade jurídica, uma vez que os moradores não são proprietários ou arrendatários dos seus lotes.

Esta ocupação indevida estende-se por seis parcelas, de acordo com os elementos do cadastro disponíveis, públicas (Fazenda Nacional) e privadas, ao longo de uma área de ha.

A regularização desta situação é, no entanto, do interesse de todos os envolvidos, tanto dos residentes, como dos proprietários de terrenos e administração central e local.

N.º Art.	Proprietário	Área da Matriz (ha)	Freguesia
1	Fazenda Nacional	3,0320	Buraca
18	Júlio Botelho Moniz	2,2600	Damaia
19	Francisco Franco Canas	9,4960	Damaia
23	Mariana Gonçalves Gouveia	3,0920	Buraca
24	Fazenda Nacional	2,2400	Buraca
25	Francisco Franco Canas	18,4200	Buraca

Quadro 19 - Cadastro das propriedades onde se localiza a Cova da Moura

Fonte: Estudo de Caracterização/ Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura. Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA

⁸ "Para lá do fio da navalha", notícia publicada a 29 de Maio de 2005, da autoria da jornalista Céu Neves, Diário de Notícias

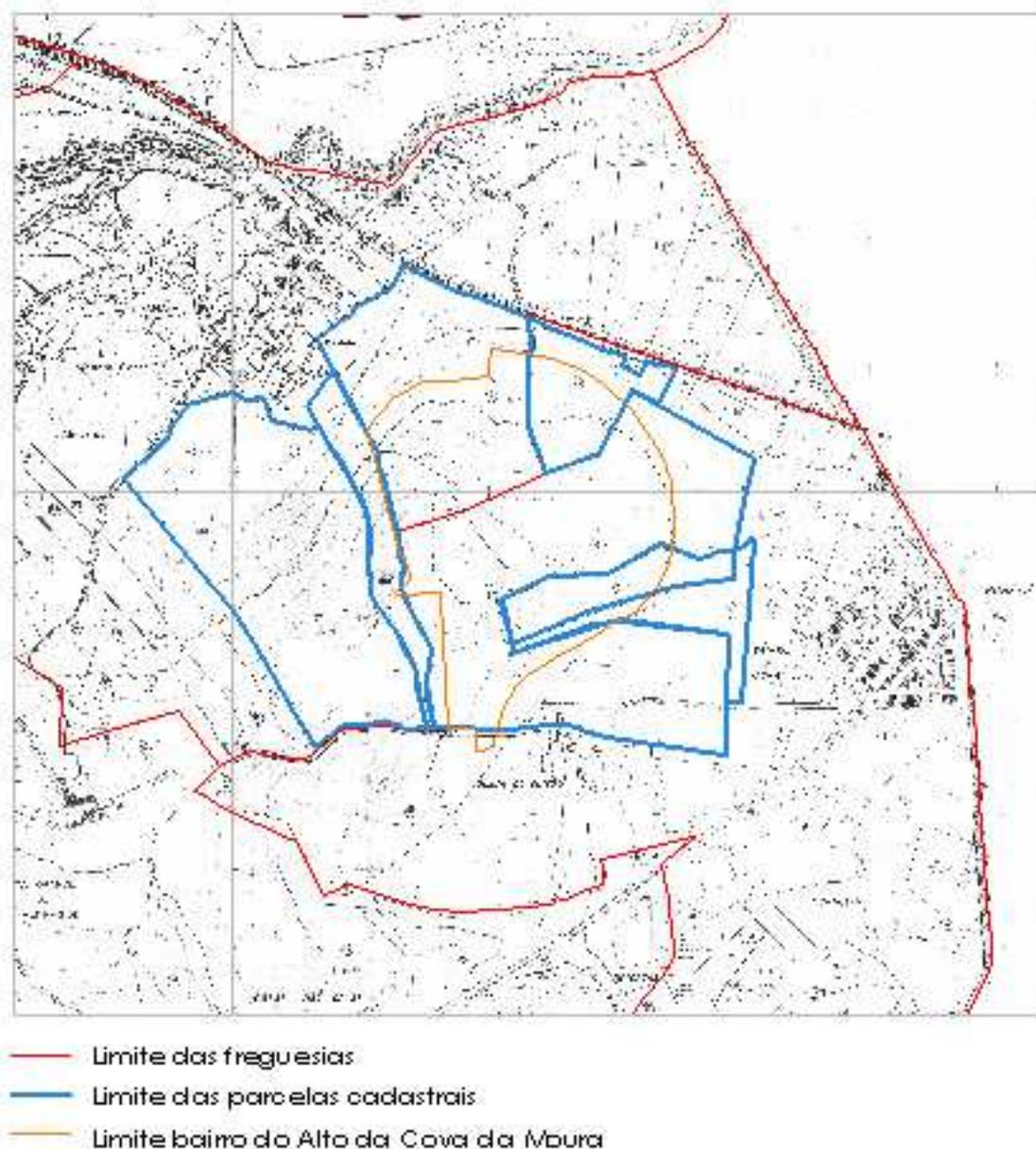


Figura 8

3.1.2. Morfologia Urbana

Leitura Global

A leitura que se faz do tecido urbano permite-nos compreender a forma da sua evolução e encontrar estratégias de intervenção na formalização das soluções de planeamento urbano posteriores.

O tecido do bairro do Alto da Cova da Moura é fortemente marcado pelas características físicas da sua paisagem, nomeadamente a topografia. O declive natural do terreno, define uma colina especialmente acentuada do lado Norte e de menor expressão nos outros sentidos. Do lado Sul termina mesmo num estreito planalto que se estende ao longo do seu limite. Esta condição confere-lhe uma elevada qualidade visual e garante uma posição de fácil referência no contexto urbano em que se insere. Apesar

desta singularidade, a sua inserção urbana é paradoxalmente de periferia ou de área limite, mercê sobretudo do carácter desqualificado da massa edificada e do efeito barreira que a continuidade construída projecta na percepção do conjunto. Se a noção da legibilidade do sítio era provavelmente clara antes da urbanização do terreno (o topónimo Quinta do Outeiro e o moinho existente são disso prova), a transformação operada não lhe retirou essa faculdade.

A relação com a envolvente directa é predominantemente descontínua com as malhas urbanas imediatamente adjacentes, embora só a Poente essa conflitualidade seja patente, quer pela não resolução da relação topográfica (por culpa da implantação dos grandes blocos habitacionais), quer pela existência de obstáculos físicos intransponíveis (o muro da escola). Nos restantes limites são os elementos físicos pré-existentes (o talude a Norte) ou construídos (o grande anel viário de circulação automóvel) que alimentam o efeito de descontinuidade que a “fachada” edificada, diferenciada tipologicamente e desqualificada, mais acentuou. Mas nestes casos está latente a amarração espacial, a condição para haver permeabilidade ao nível dos percursos e no fundo, da contaminação das actividades.

A morfologia do terreno influenciou igualmente de forma evidente o sistema de circulação, nomeadamente na ligação ao exterior. Não obstante, as opções consagradas nem sempre se revelaram as mais adequadas, como por exemplo a tentativa de definir um sistema hierarquizado, de que o topónimo “rua principal” é o mais significativo sinal, o que obrigou uma pendente exagerada das de grande parte das ruas. Refira-se que apesar deste esforço, cuja legibilidade se descortina em grande parte do núcleo, a sobreposição consecutiva das redes e das funções bem como a polivalência que foi sendo injectada no sistema de circulação, determinaram antes um sistema mais ou menos neutro.

Os espaços exteriores de permanência são no essencial, a rua, o que traduz por um lado a condição de escassez de espaço que o bairro patenteia, mas ao mesmo tempo a notável flexibilidade e capacidade de acolhimento de um espaço central da vivência urbana. O ritmo de utilização de algumas das artérias do bairro são um sinal de adaptabilidade adquirida, muito embora se encontrem carências de toda a ordem. A que ressalta mais gritante tem a ver com a persistente ausência de variáveis como o mobiliário urbano, o tratamento paisagístico ou o desenho dos suportes.

Quanto ao espaço preenchido e à sua consequência na definição da morfologia urbana há uma relativa homogeneidade tipológica que espelha de algum modo, os dois momentos distintos da apropriação do solo que tiveram lugar no bairro, no período de mais forte procura ou seja, logo após o 25 de Abril: a primeira ocupação consubstanciou-se na edificação de construções unifamiliares isoladas ou geminadas em lotes de reduzidas dimensões, com um espaço exterior privado mínimo mas ainda assim, muitas vezes reaproveitado para construir anexos; o segundo momento afirmou uma edificação desordenada, desalinhada, que configura um espaço exterior menos legível, onde aumenta o número de becos e

ruelas e diminui os afastamentos entre os edifícios e por conseguinte, onde pioram condições de habitabilidade.

Ao nível do processo de evolução o conhecimento acerca da história do crescimento e sedimentação urbana, um preenchimento sucessivo e por camadas, é evidenciado no presente pela constatação de uma dinâmica e pressão construtiva contínua. Esta tendência abusiva é um dos factores de degradação mais perniciosos, pela utilização desregrada do espaço livre ainda disponível e pela precariedade das construções. Na ausência de intervenção, o grau de aceleração tenderá a disparar.



Unidades Morfológicas

Figura 9

Unidade 1

Esta unidade apresenta características únicas: corresponde ao espaço agregado dos equipamentos no limite do bairro. Está incluída na área de intervenção mais por força da estrutura viária que dividiu o antigo artigo cadastral da Fazenda Pública. Em termos topográficos é o sopé do antigo outeiro com um

declive muito pouco acentuado. Esta inclinação é no entanto indutora de uma relação de continuidade visual com o espaço de jardim existente do outro lado da Av. Da Republica, junto à bomba de gasolina: Com um pouco de imaginação é possível pensar numa relação funcional a estabelecer. No contexto da malha construída a escala que possui, associada à existência dos dois edifícios isolados, de apreciável dimensão, e à grande parte do terreno desocupado, causa um impacte visual. O espaço exterior, na maior parte por tratar, foi apropriado pelos moradores para o cultivo de alguns produtos hortícolas. Esta coabitação com a infra-estrutura viária traduz-se simultaneamente em diversidade e conflitualidade visual. É a área mais arborizada e os alinhamentos arbóreos do seu limite Norte interferem positivamente na ambiente da rua. O seu enorme potencial assenta no facto de ainda existirem dois importantes espaços livres e do próprio espaço ocupado ser susceptível de reestruturação, o que aliado à sua posição estratégica na orla do bairro podem favorecer uma transformação qualificadora nas relações com os territórios vizinhos, na imagem urbana e na própria forma de usar o bairro.

Unidade 2

É talvez a área do bairro mais interiorizada com fracas relações de continuidade com a envolvente mais próxima. Apenas a rua ao longo do muro da Escola D. João V e a rua 7 de Junho que a Sul recebe o trânsito de passagem, permitem esse contacto: A fraca permeabilidade é reforçada pela existência de fortes barreiras físicas; o muro da Escola e a vedação que separa o bairro das traseiras dos edificios da urbanização Poente, cujo terreno intersticial, um dos poucos ainda livres, foi igualmente apropriado para a prática agrícola. A malha urbana é aqui extremamente tortuosa, de difícil leitura e sem uma hierarquia aparente. A sobreocupação dos quarteirões atinge nesta unidade grande dimensão, sendo perceptível que não existem espaços livres. Também o espaço público é exíguo e praticamente não oferece lugares de estadia. Como zona “sobrante” ou de “encosto” do bairro é também onde subsistem mais vias em terra batida e onde, por conseguinte a imagem urbana se encontra mais degradada.

Unidade 3

Área situada a Norte, correspondente à primeira vaga de ocupação explosiva, é a que apresenta maior homogeneidade morfológica e tipológica e, em consequência, uma superior legibilidade. De entre as áreas do bairro é também a que estabelece mais e melhores relações de continuidade com a malha urbana periférica, sendo igualmente a que reflecte para o exterior uma imagem do bairro menos degradada. A hierarquia da rede viária está razoavelmente definida, tanto para os automóveis como para os peões, embora na maioria dos casos haja uma sobreposição funcional, como de resto no restante tecido. Localizam-se aqui dois importantes equipamentos: a Escola Básica e o Clube Desportivo que conferem à zona uma forte dinâmica de utilização do espaço público. Apesar disso, esse mesmo espaço

é mais potencial do que efectivo atendendo à falta de tratamento e de mobiliário urbano. A identidade desta unidade e o forte sentido de lugar é acrescentado pela permanência do moinho pré-existente e de uma estrutura construída do aqueduto situados em pontos estratégicos. Há um espaço de descompressão entre o limite Norte e as traseiras dos edifícios na rua da Ladeira e por onde também se acede por caminho pedonal, com possibilidade de no futuro funcionar como um lugar charneira importante, quer pelo referido desafogo, quer pelas panorâmicas que se desfrutam quer ainda pelas actividades que podem ser implementadas.

Unidade 4

A área desta unidade morfológica terá sido a que albergou maior número de construções precárias, antes ainda do 25 de Abril, junto à antiga pedreira e beneficiando de uma posição privilegiada relativamente às infra-estruturas de circulação e transportes. Esta faceta da primitiva ocupação ainda hoje se faz sentir no miolo da unidade, onde subsistem construções de madeira e minúsculas parcelas destinadas a hortas. Toda a frente virada para a Av. da República é uma fachada construída com uma série de penetrações pouco evidentes mas que asseguram facilmente a ligação ao interior do bairro, o que se traduz numa apreciável permeabilidade. Esta fachada contínua está demasiado próxima do limite do espaço canal, de grande movimentação e cujo perfil transversal pode vir a ser melhorado para dar mais conforto na utilização do espaço público. A malha é praticamente um contínuo construído com cheios e vazios mas sem conformar quarteirões, ou melhor definindo um enorme quarteirão.

Unidade 5

É a unidade de maior centralidade e que estabelece relações funcionais e de continuidade com todas as outras. A sua posição topográfica confere-lhe simultaneamente dominância e uma fácil percepção do exterior. Alguns dos mais notáveis pontos de vista, autênticos miradouros são possíveis nesta área, faculdade que terá sempre que ser valorizada em qualquer tipo de intervenção. A organização do espaço urbano, apoiada numa estrutura de ruas muito adaptadas ao terreno e naquela que é desde sempre a principal rua do bairro, caracteriza-se pela existência de quarteirões de dimensões variadas, muito compactos e quase sempre atravessados por uma rede de ruelas e vielas estreitas, grande parte em terra batida, e que explicam a ocupação opressiva desta área. Em contrapartida é também a área onde existem os espaços públicos mais expressivos (Largo da Bola, aliás o único com esta designação, o que o entroncamento das ruas de S. Domingos com a de Sta. Filomena forma e o alargamento da rua 8 de Dezembro), ainda que informais e nos quais a relação do espaço exterior com o construído adquire um carácter mais adequado. Para além destes espaços também a rua tem nesta unidade maior utilização como lugar de convívio e lazer. Ao nível das volumetrias é onde a heterogeneidade é maior.

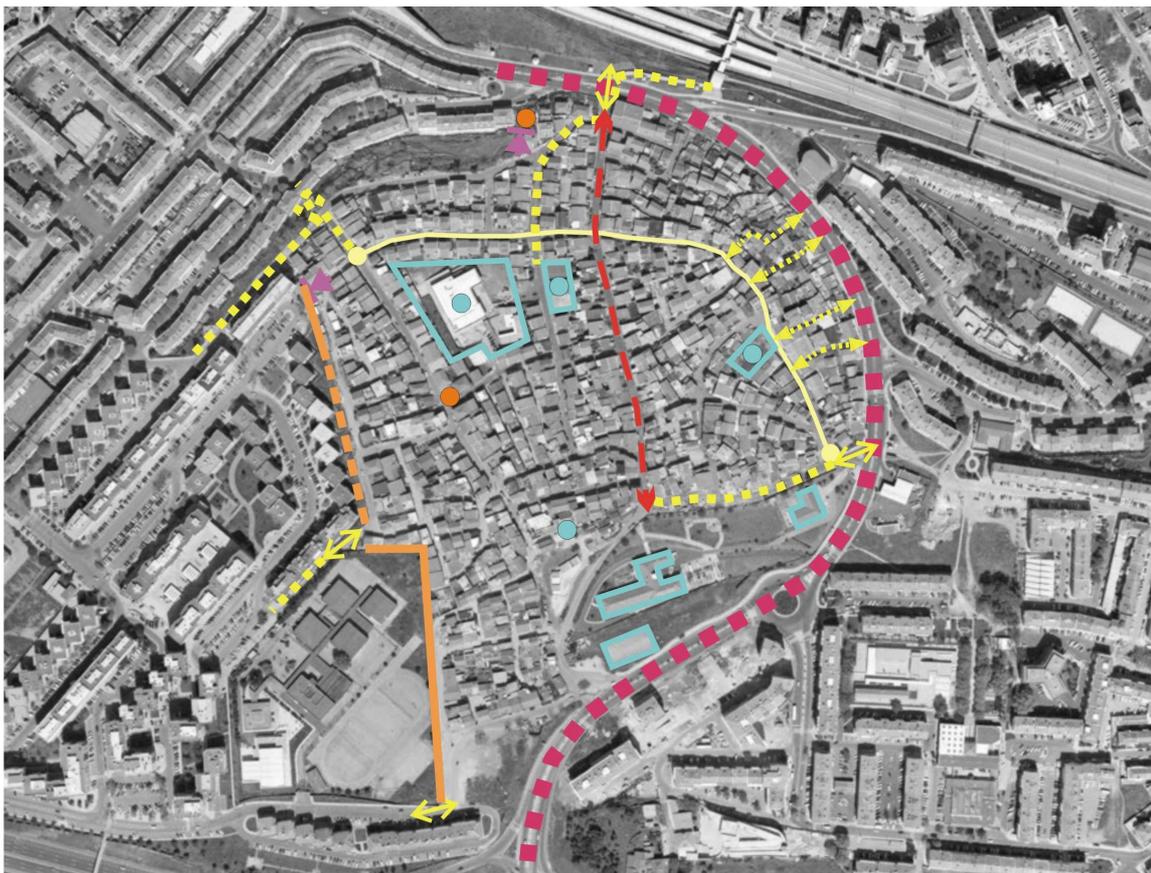
Do ponto de vista do processo de evolução tem tido uma grande dinâmica de transformação, nomeadamente de uma densificação construtiva.

3.1.3. Uma Leitura Visual do Bairro e Sistemas de Vistas

È útil em processos desta natureza, perceber até que ponto existe uma identificação da ideia que fazemos do bairro ao nível da sua representação, como ferramenta de trabalho para a sua transformação. Tratando de forma específica alguns dos elementos particulares que compõem o espaço urbano e que estimulam a sua fruição, poderemos nas etapas propositivas dar maior ou menor relevo à sua reutilização.

Limites

A ideia global do bairro surge-nos clara muito por “culpa” do limite que constitui a Av. da República. É um limite que claramente determina uma “parte de dentro” e uma “parte de fora”: Esta costura muito forte deve ser esbatida no sentido de constituir mais um factor de ligação do que divisão, uma avenida com fachadas e não uma linha de fronteira. Outros limites claros no tecido do bairro são o muro ao longo da Escola D. João V, o qual constitui uma separação eminentemente dura, geradora de menor transparência visual e por consequência, mais pobre e menos seguro. Já o talude na rua do Colégio é uma separação permeável, mas que não deixa de ser uma barreira que se torna intransponível mais à frente quando um grupo de construções impede a ligação à urbanização adjacente. Neste caso a depuração física de todo este trajecto, associado a outros valores do construído poderiam estabelecer uma transição “tranquila”.



Leitura visual do bairro

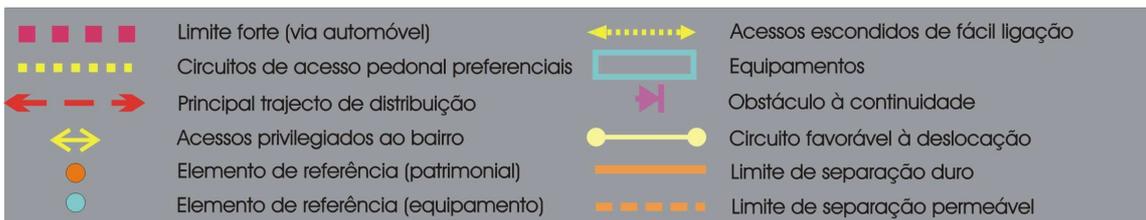


Figura 10

Acessos/ Trajectos

Se a hierarquia da forma de aceder e circular no bairro não é clara para quem desconhece o território, há apesar de tudo uma estrutura de referência que é suporte para as deslocações e principais actividades. São quatro os principais acessos, se bem que ainda se possam subdividir em alguns dos casos. Do lado da Av. da República os acessos pela rua Principal e pela rua 8 de Dezembro são os mais polivalentes e de maior carga. São o início dos trajectos preferenciais, tanto de automóvel como a pé. Distintos são os outros dois acessos, de carácter quase exclusivamente viário e lateral, o que se faz pela rua 7 de Junho; sobretudo pedonal e muito relacionado com a Escola D.João V o de chegada à rua do Colégio. Ambos devem ser potenciados pela capacidade de estabelecer maior comunicação entre tecidos adjacentes. Muito interessantes pelas alternativas que possibilitam, saio as ligações pedonais

escondidas a partir da Av. da República já referidas na leitura morfológica da unidade 4, a passagem no talude da rua da Ladeira ou a ligação desta à rua do Moinho.

Para além dos referidos trajectos preferenciais, há ainda outros que resultam muito das localizações dos principais equipamentos no bairro: a rua do Vale por exemplo, beneficia muito da existência do Clube e da Escola Primária. Um caso particular, favorável à deslocação, e que deve ser tratado com singularidade, é o da rua do Alecrim com continuação até à rua de Sta Filomena. É um percurso quase todo de nível que liga transversalmente diversos pontos estratégicos do bairro de ponta a ponta. Se a ligação natural, hoje tamponada, entre a rua do Colégio e a urbanização a Poente for desbloqueada, então pode tornar-se no trajecto mais apelativo do bairro.

Elementos de Referência

Claro que o bairro não é rico em elementos de referência arquitectónica, física ou simbólica. Mas apesar do escasso número, o papel que lhes está atribuído tem um impacto significativo no processo identitário dos moradores. É reveladora a relação toponómica com a maioria desses elementos o que arrasta o inevitável discurso de referenciação geográfica para o quotidiano. Contudo à excepção do equipamento sócio-cultural “Associação Moinho da Juventude”, e da estrutura construída do Aqueduto das Águas Livres que se situa no limite Norte, todos os outros não funcionam como marcos de referência à distância.

Talvez que o mais notável elemento do bairro seja o antigo moinho. O seu estado de conservação, depois de intervenções de contenção da responsabilidade da Comissão de Moradores é suficiente para garantir uma futura reabilitação e poder readquirir funções catalizadoras no ambiente urbano e na vida cultural e associativa da população. Os restantes pontos de referência são os equipamentos existentes, alguns mais encaixados na malha, como é o caso do Clube Desportivo, da Creche S. Gerardo ou da Escola Primária, esta apesar de tudo com outra visibilidade que decorre da sua dimensão e da posição topográfica, outros mais expostos por se encontrarem na orla exterior: a Creche e o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia e o Polidesportivo.

Espaços de Estadia/ Espaços Verdes

Como já foi dito a Rua é o principal espaço de estadia, o espaço vivo por excelência onde acontece de uma forma peculiar a mistura de funções, o trabalho, o habitar, o lazer. Se esta situação nos transporta para uma dimensão pouco habitual nas nossas cidades e que possui virtudes inequívocas, também é verdade que o espaço público mais alargado, o largo, a praça, são decisivas como palco da projecção colectiva da nossa existência individual.

No bairro esses espaços quase não existem e não resultaram de uma vontade expressa de os afirmar formalmente. São quase sempre a convergência de ruas, convergência essa que define alargamentos espaciais e que foram apropriados como lugares de concentração de usos e práticas e nesta medida transformados em pequenas centralidades. O mais importante é o do entroncamento da rua de S. Domingos com a rua de Sta. Filomena, pela sua dimensão e pela concentração de equipamentos e actividades e que já se constituiu num tradicional lugar de encontro tanto nas festas populares como nos dias feriados. O alargamento da rua 8 de Dezembro, ponto de chegada, porta de entrada e lugar de venda é igualmente um espaço privilegiado de estadia. O espaço fronteiro ao Clube Desportivo e o da rua da Paz são espaços de encontro muito associados às actividades ali localizadas, sendo que o primeiro possui condições físicas para assumir outra importância e dignidade.

Já o largo da Bola, curiosamente o único com esse nome, é mais um ponto focal do bairro, uma referência do que propriamente um espaço de encontro.

O único espaço verde existente é privado, pertence ao equipamento social da Santa Casa da Misericórdia e as características que possui são mais de um tratamento ajardinado dos espaços exteriores com alguns alinhamentos arbóreos de protecção e enquadramento. Recuperado e relacionado com os restantes envolventes, inclusive com áreas exteriores ao bairro, pode assumir um papel fundamental na sua organização espacial e funcional. O espaço fronteiro à rua 7 de Junho está liberto e deve ser tratado como um dos poucos espaços de reserva para uma enquadramento paisagístico de referência. O outro espaço que merece desde logo uma atenção particular é o talude sobrance e lateral à rua da Ladeira. É de facto um autêntico miradouro sobre a cidade que, se tratado convenientemente, pode vir a tornar-se num espaço de estadia e lazer muito aprazível.

Sistema de Vistas

As características compactas do edificado não são susceptíveis de permitir grandes pontos de vista dentro da área de intervenção. Em contrapartida a sua privilegiada posição topográfica e o próprio sistema de ruas, razoavelmente adaptado para vencer os desníveis existentes, garantiu a abertura de enfiamentos visuais de grande alcance da envolvente próxima e afastada.

Há pois no que concerne à área de intervenção uma forte exposição visual ao longo de toda a Av. da República, de maior profundidade junto ao acesso da estação do caminho de ferro e do lado do acesso viário à Radial da Pontinha. Desse lado o “écran” é de maiores proporções pelas já referidas características do sopé da colina, onde estão implantados os principais equipamentos. No interior existem dois pontos de grande domínio visual sobre a própria estrutura do bairro: o mais notável é na Escola Primária n.º 3 da Buraca; o segundo no pátio exterior da associação Moinho da Juventude.

Quanto às relações visuais com a envolvente, o facto de a colina onde o bairro se encontra não ter obstáculos tanto a Norte (a direcção do vale onde se implanta o caminho de ferro de Sintra), como a Sul (o canal onde corre o IC 19/ Radial da Buraca) garante aberturas de largo espectro para o vale de Loures, a cidade de Lisboa e o parque de Monsanto. Os pontos mais notáveis são os enfiamentos da rua do Moinho, da rua do Vale, e da rua Principal, os miradouros da Escola Primária n.º 3 da Buraca; do pátio exterior da associação Moinho da Juventude e ainda do topo da rua 8 de Dezembro.



Leitura visual do bairro

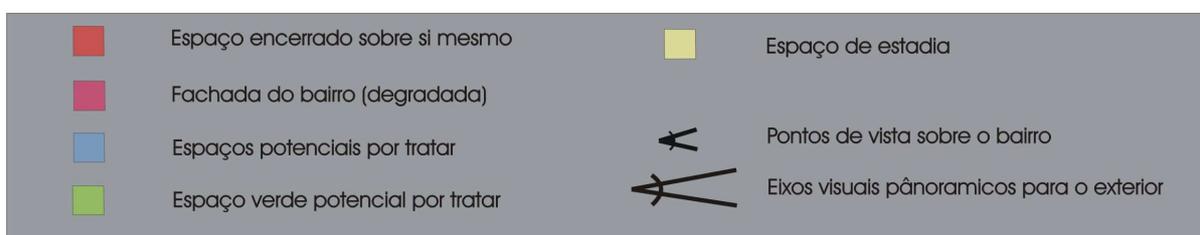


Figura 11

3. 1.4. Parâmetros Urbanísticos

Densidades

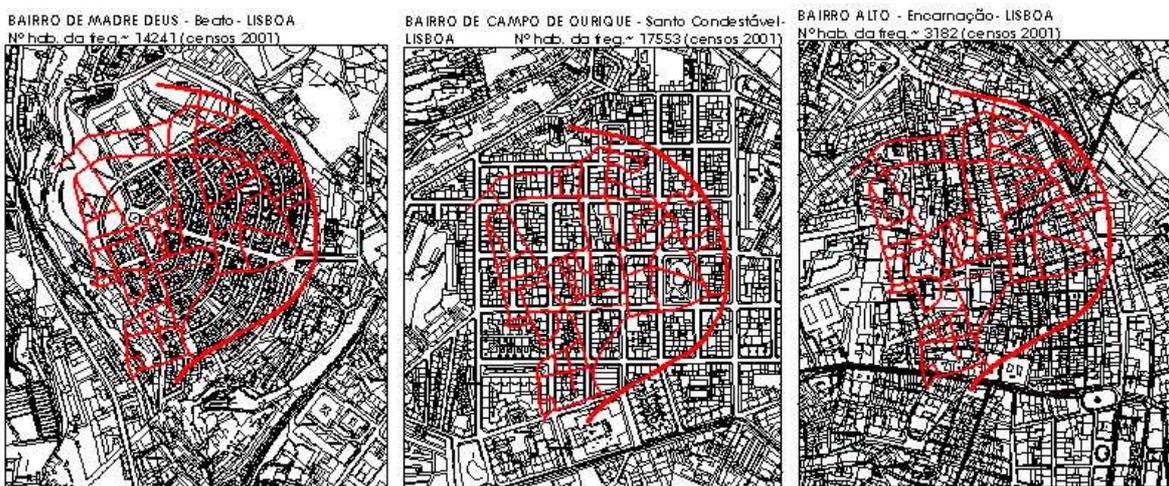
De acordo com o estudo de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura, realizado pelo gabinete Vasco Cunha, o mais recente ao nível de um levantamento de campo fiável, a densidade habitacional é de cerca de 85 fogos/ha e a densidade populacional de aproximadamente 306 hab./ha. Comparando estes valores com os registados para o conjunto do Concelho da Amadora, (34 fogos/ha e 74 hab./ha), tornam-se evidentes os níveis de elevados de densidade do Bairro. Mesmo nas duas freguesias que abrangem a Cova da Moura, Buraca e Damaia, os valores continuam longe daquele patamar (40 fogos/ha e 71 fogos/ha, 97 hab./ha e 146 hab./ha, respectivamente).

Para esta constatação concorre no entanto o facto de estarmos a falar, no caso do bairro, de uma densidade líquida ou seja, utilizando em exclusivo uma área predominantemente habitacional, enquanto nos cálculos para o âmbito da freguesia ou do concelho se integram as áreas de todos os usos de solo urbanos e não urbanos. Acresce que aquele estudo utilizou como referência um valor para a área de intervenção que sistematicamente foi entendido como a área do bairro (ver por exemplo os boletins municipais dos anos 80). Ora basta que se integre, simplesmente metade do eixo da avenida da Republica e ainda o terreno fronteiro à rua 7 de Julho, morfologicamente e funcionalmente parte integrante do bairro, mas que nunca é tratado como tal nos diversos documentos analisados, partindo assim de uma base de avaliação mais adequada aos conceitos de densidades, para que os valores se alterem. A área pode-se então estabilizar em 18,9 Ha. Será então mais correcto usar como valores de referência, 73 fogos/ ha para a densidade habitacional e 265 hab./ ha para a densidade populacional. Se porventura integrássemos ainda a área da Escola D. João V (82,9 ha), que funcionalmente é um equipamento que também serve o bairro e que é um espaço imediatamente colado, então teríamos valores mais consentâneos com a densidade habitacional correntemente praticada: 64 fogos/ha e uma densidade populacional dentro de parâmetros razoáveis; 229 hab/ha.

Por outro lado, para uma melhor comparação devem-se usar também indicadores de outras áreas com características diversas que configurem ambientes urbanos mais ou menos densos. Dois exemplos de bairros de génese ilegal no perímetro urbano da cidade de Almada com características morfológicas relativamente parecidas na forma de apropriação do solo revelam de facto valores inferiores. Para o bairro do Chegadinho no Feijó e a Quinta do Rato, no Laranjeiro paredes-meias com as instalações do Arsenal do Alfeite, apuraram-se os seguintes valores: 59 fogos/ha e 126 hab/ha, 77 fogos/ha e 176 hab/ha respectivamente. Uma observação de maior pormenor identifica um processo de ocupação bastante idêntico ao da primeira fase do bairro e posterior contenção ou mesmo esvaziamento de crescimento das áreas de construção. Razões várias concorreram para esta evolução mas enquanto na

Quinta do Rato, mais regrado e sempre na eminência de vir a ser legalizado houve consolidação e alguma qualificação, no caso do Chegadoinho o espectro da demolição estiolou a procura de soluções. Em nenhum dos casos a utilização e a vivência do espaço público tem o dinamismo e o carácter de bairro que o Alto da Cova da Moura apresenta.

Usando os indicadores da capital, um território definitivamente urbano e remontando aos Censos de 1991, bairros populares como Alfama (freguesia de S. Miguel: 450 hab/ha; S.Cristóvão: 317 hab/ha), Bairro Alto (118 fogos/ha e 190 hab/ha; freguesia da Encarnação: 207 hab/ha) ou até mais recentes como Arroios (128 fogos/ha e 212 hab/ha) registam elevados valores para as densidades populacional e habitacional suportados pelo significativo número de edifícios residenciais, pela malha urbana compacta e pela reduzida dimensão territorial onde não cabem os equipamentos de escala da capital ou os grandes espaços livres verdes ou de respiro.



Importa ainda avaliar uma outra dimensão do fenómeno da densidade e que tem a ver com a forma como as pessoas a percebem. Na verdade a maneira como cada um de nós percebe a noção de densidade é de tal forma variável que pode até ser oposta. É sabido também, que os factores culturais são importantes nesta avaliação (os japoneses toleram melhor a sobredensidade que os europeus), pelo que é possível que modelos julgados inatacáveis possam de facto ser postos em causa pelas formas de apropriação do espaço urbano, sem os constrangimentos que a densidade excessiva pode causar.

Nesta perspectiva os dados recolhidos no mesmo estudo dão uma ideia relativa da situação entre os vários quarteirões mas não é suficiente para uma caracterização absoluta do problema. Da análise efectuada no que concerne o número de indivíduos/ alojamento familiar, que se pode designar por densidade interior, ao número de habitantes/ fogo e ao número de fogos/ edifício verifica-se haver disparidade entre os mesmos, o que aliás vai de encontro à análise morfológica anteriormente desenvolvida. Em termos relativos existem de facto alguns quarteirões potencialmente críticos de

sobreocupação do edificado e do espaço, que se manifesta com bastante clareza quer a Sul da rua dos Reis (Escola EB1/ JI) quer junto à ligação entre a Av. 25 de Abril e Av. Da República, quer ainda nos quarteirões mais próximos da entrada Sul do bairro (junto às bombas de gasolina).

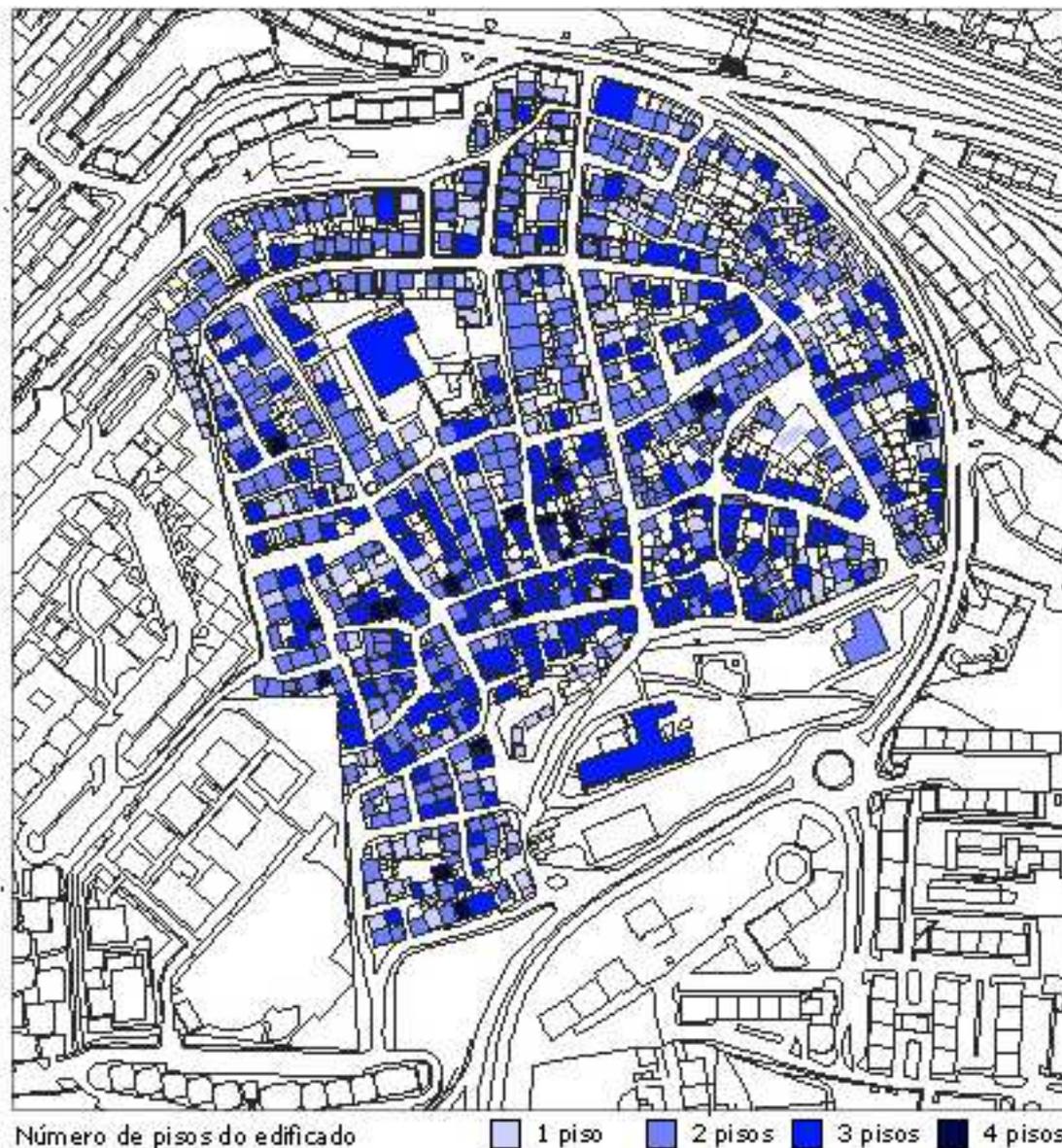


Figura 12

Em conclusão pode-se afirmar que a forte impressão de sobreocupação que praticamente todos declaram é um facto em certas zonas, mas resulta mais de uma deficiente implantação e relacionamento entre as construções do que propriamente da clara ultrapassagem dos limiares aceitáveis. É possível pensar que a correcção da estrutura mais carenciada e a introdução de soluções compactas mas com a suficiente flexibilidade, permitirá acomodar grande parte da população instalada até porque a densidade não é si mesma um estigma, a densidade

populacional tem também a vantagem da oferta que proporciona, da inovação e do desenvolvimento.

Número de Pisos do Edificado

Para esta avaliação foi efectuado um levantamento de campo expedito que permitiu identificar, através dos elementos visualmente disponíveis, o padrão de ocupação no domínio das volumetrias.

O resultado obtido molda-se perfeitamente com os outros valores já estabilizados para a morfologia ou seja, a cêrcea média da unidade 1 é naturalmente mais baixa do que as restantes unidades, excepção feita é claro, à unidade 6, em razão de uma predominância elevada de edifícios com 2 pisos mais alguns edifícios com 1 piso apenas. Há ainda situações de utilização do sótão, poucos registos de construções com 3 pisos, como a situada logo à entrada da rua principal, mas ainda assim muito derivada da inclinação do terreno. As restantes unidades (2, 3, 4 e 5), todas elas apresentam uma distribuição de edifícios com 1, 2 e 3 pisos, e até alguns casos com 4 pisos, sendo que há uma tendência evidente para um agrupamento dos edifícios de 3 pisos preferencialmente na zona mais alta do aglomerado e com benefício da insolação virada a Sul.

Na maioria das situações percebidas, os edifícios de 3 e 4 pisos resultam de um processo de crescimento sucessivo por adição volumétrica em função das necessidades de pavimento que vão surgindo. Este tipo de sedimentação do edificado induz facilmente uma imagem desqualificada e degradada, carente que é de regra e, na maior parte das vezes, de condição de acabamento.

Estado de Conservação do Edificado

Também para este indicador se recorreu ao levantamento de campo expedito como suporte fundamental da análise, embora se tenha igualmente usado outras análises anteriormente efectuadas como forma de completar a apreciação, nomeadamente no diz respeito às condições de habitabilidade.

Neste particular o estudo do *atelier* Vasco Cunha concluiu que, embora a quase totalidade das habitações possua cozinha, instalações sanitárias e esgotos, observava-se que muitas destas habitações não possuíam água canalizada e electricidade. Provavelmente no presente também esta constatação, obtida à data da realização do estudo, já mudou o que acentua a ideia, hoje corrente, de uma gradual e constante melhoria das condições internas das edificações desde os primeiros tempos da ocupação. Se é verdade que o carácter precário do construído tem vindo a atenuar-se, pelo contrário os processos de auto construção evolutiva, ao sabor das disponibilidades económicas e das necessidades de cada agregado familiar, reflectem uma imagem de inacabado, de cada vez maior desalinho que contribuem para a imagem de mau estado de conservação generalizado. Os materiais de construção

mais habitualmente utilizados são a alvenaria de tijolo e a telha na cobertura, o que representa um grau satisfatório de qualidade construtiva.



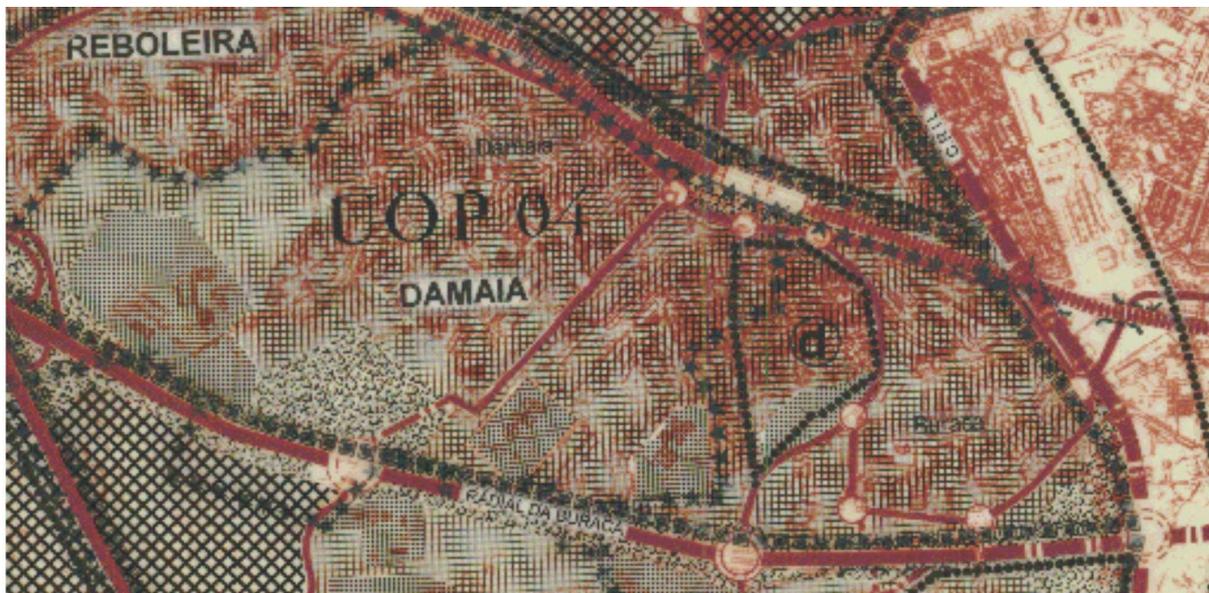
Figura 13

Como se observa na figura 13, o estado de conservação do edificado é claramente melhor na unidade 1 e denota situações críticas sobretudo nas unidades 3 e 4. É onde existem as situações mais críticas ao nível da salubridade habitacional por força do excessivo aproveitamento construtivo do terreno disponível, o que se traduz numa fraca ventilação e insolação.

Por outro lado os sucessivos acrescentos volumétricos não terão provavelmente tido em consideração os necessários requisitos de estabilidade regulamentar do edificado, pelo que se poderão colocar também problemas de segurança: A par das situações mais precárias da unidade 4 é nestas duas

unidades e sobretudo no arco que abraça a zona mais elevada do bairro, que uma reestruturação urbana do bairro terá um campo mais alargado de intervenção.

Plano Director Municipal da Amadora



Legenda Planta de Ordenamento

ÁREAS ESTRATÉGICAS	CLASSE DE ESPAÇOS	ESPAÇOS CANAIS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	Limites
<ul style="list-style-type: none"> a - Serra de Camaxide b - Plano Integrado do Zambujal c - Área Militar d - Cova da Moura e - Venda Nova f - Falagueira g - Faixa Urbana Fronteira com Lisboa h - Zona Centro i - Serra de S. Mamede 	<ul style="list-style-type: none"> Urb - Urbano Ubz - Urbanizável IndE - Industrial/ Serviços (existentes) IndP - Industrial (proposto) Eq - Equipamento VPE - Verde Urbano de Proteção e Enquadramento Uobzm - Urbanizável Misto 	<ul style="list-style-type: none"> RV - Rede Regional Rede Municipal Principal Espaço Canal Ferroviário 	<ul style="list-style-type: none"> Limite do Concelho Limite de Freguesia Limite da Área de Projecto (UOPG) UOPG01 - Zona Norte da Cidade UOPG02 - Núcleo Tradicional da Antiga Freguesia de Amadora UOPG03 - Brandoa, Falagueira/Venda Nova e Alfornelos UOPG04 - Reboleira, Damaia e Buraca UOPG05 - Encosta Norte da Serra de Camaxide UOPG06 - Alfragide e Buraca

Figura 14

De acordo com o PDM da Amadora, a área de intervenção integra a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 4 – Reboleira, Damaia e Buraca, com uma área de aproximadamente 200 ha. Área de grande concentração urbana, é considerada um Centro Secundário e destina-se fundamentalmente ao uso habitacional.

A área do bairro do Alto da Cova da Moura constitui, no seio desta unidade operativa, um território específico que determina a existência de uma Área Estratégica de Desenvolvimento para garantir uma operação de reconversão urbana.

A capacidade de edificabilidade aplicável para esta unidade operativa é idêntica à que se encontra estipulada no art.º 32º deste mesmo Regulamento para a média densidade. Quando da elaboração de plano de urbanização ou plano de pormenor os valores líquidos aplicáveis às categorias de espaços são de 77 fogos/ ha para a Densidade habitacional (a densidade bruta situa-se nos 50 fogos/ ha) e de 0,92 para o Índice de Utilização, também designado por Índice de Construção. Quanto ao número de pisos são admitidos 5 pisos e excepcionalmente 6.

Tendo por referência os usos do solo patentes na planta de ordenamento haveria que retirar do âmbito da aplicação destes parâmetros o espaço de equipamento que representa “grosso modo” a actual implantação do equipamento da Santa Casa da Misericórdia (2,3 ha). Nestas circunstâncias haveria lugar a cerca de 1 280 fogos com uma área média próxima dos 120 m². Ora isto representa praticamente a resolução do problema do ponto de vista estritamente numérico, o que naturalmente não é a única forma de atender às questões em presença, mas abre uma janela e sobretudo reitera a tese que de facto não se trata de um bairro assim tão denso como poderia parecer à primeira vista.

3.1.5. Reflexões Finais

Quadro Geral

A dinâmica urbana do bairro, embora particular, se a considerarmos hoje em confronto com as práticas urbanas correntes, não deixa de ter similitudes com práticas urbanas correntes em Portugal, durante os séculos XIX e mesmo XX, em muitos aglomerados urbanos portugueses.

Nessa altura as exigências do planeamento urbano eram menores, reduzindo-se ao alinhamento de fachadas (nem sempre conseguido) e à manutenção da largura de arruamento (nem sempre conseguida, também). Por outro lado, os passeios, em muitas situações, não eram exigidos. As cérceas variavam também, bastante, em função da capacidade económica do promotor.

Comparando portanto o bairro com a parte mais antiga de diversos aglomerados urbanos em Portugal, ainda hoje cumprindo a sua função, não chegamos a uma relação tão dissonante. O mesmo se pode dizer de alguns clandestinos – ou de parcelas destes - hoje transformados em áreas urbanas de génese ilegal, ao abrigo dos diplomas legais em vigor.

Olhando apenas para as construções na periferia de muitos dos quarteirões do bairro (59, conforme estudo Vasco Cunha) e para os arruamentos que os servem, chegamos à conclusão que em grande parte estarão à partida e, muito possivelmente, dentro de exigências ainda hoje em vigor, para aglomerados urbanos objecto de um quadro urbanístico menos exigente.

Note-se que o processo de crescimento e densificação do bairro se deve ter feito de fora para dentro, isto é, as construções que bordejam os arruamentos interiores foram de algum modo definindo os quarteirões, deixando vazios os logradouros. Estes terão sido posteriormente ocupados, com anexos das construções principais ou com outras construções, independentes. Daqui decorre que os maiores problemas de habitabilidade e salubridade deverão portanto verificar-se no interior destes quarteirões.

Efectivamente, os maiores problemas parecem colocar-se, essencialmente, ao nível do “miolo” dos quarteirões, com destaque para os espaços aparentemente mais críticos, situados na área sudoeste do Bairro, a oeste da Rua Principal e a sul da Rua dos Reis, e também, nas imediações da confluência entre a Avenida da República e a Avenida 25 de Abril (ver planta do bairro).

Note-se que esta abordagem urbanística preliminar é ainda insuficiente para sustentar a realização de um plano de urbanização, sendo fundamental efectuar uma avaliação urbanística aprofundada. Trata-se, portanto, de avaliar o perfil transversal dos principais arruamentos, a densidade dos quarteirões, as distâncias entre edifícios e as cérceas das construções que os bordejam, à luz da regulamentação existente, assumindo que esta pode ser ajustada, tendo em consideração as características do Bairro.

Adicionalmente, torna-se imprescindível uma análise da dinâmica urbana interna dos quarteirões, não só pelo nexos económico que possa ter existido (venda de espaço em logradouros) mas também pela avaliação “empírica” da viabilidade urbana e das condições de habitabilidade dos edifícios localizados nestes miolos de quarteirão (possibilidades de desatravamento, quer por demolição de anexos, quer pela demolição de construções sem condições mínimas exigíveis, considerando a habitabilidade, a segurança e outros parâmetros urbanísticos).

Finalmente, importa realçar que a facilitação do licenciamento e da legalização deste tipo de espaços urbanos têm sido debatido, nos círculos técnicos ligados a estas questões, a possibilidade de os municípios elaborarem regulamentos específicos com normas menos apertadas e menos exigentes, que as previstas no quadro legal em vigor. As questões ligadas à segurança estrutural, pela não existência de projectos de betão armado assinados por um responsável técnico, são aspectos a inventariar e a avaliar no decurso dos trabalhos da equipa técnica.

Análise sectorizada

Arruamentos

Os arruamentos interiores num assentamento espontâneo como este, seguiram como seria de esperar, e onde estes existiam, os primitivos caminhos de terra do terreno agrícola. É fácil comparar os levantamentos nas plantas do terreno dos anos sessenta (ver trabalho da Câmara Municipal da Amadora) com os arruamentos que acabaram por prevalecer, e verificar a coincidência.

Tendo isto em atenção, pode afirmar-se que, apesar de tudo, da parte dos ocupantes construtores houve algum sentido de futuro pois os arruamentos acabaram por ficar, em diversos casos, com razoáveis dimensões de perfil transversal. Terá sido reflexo e influência da primeira fase de trabalho da Comissão de Moradores? Acreditamos que sim.

O quarteirão loteado pela Comissão de Moradores a Norte (ver trabalho da Câmara Municipal da Amadora) definiu um novo arruamento, bem como ainda outro no perímetro do bairro, para Poente, ao longo da parte superior do talude, transição para os prédios da Damaia, cujos quintais constituem aí o limite do bairro.

Por pressão dos moradores organizados, uma parte significativa destes arruamentos foram já asfaltados. Restam alguns outros em “*tout-venant*” (Segundo o relatório Vasco Cunha, 3% estão asfaltados e 21% em terra batida, com 32% em razoável estado de conservação e 4% em bom estado).

Um trabalho interessante seria estudar a hierarquia dos arruamentos existentes, em articulação com a definição de zonas periféricas de estacionamento automóvel, e pedonalizar ou, em alternativa, dar um acabamento que permitisse o trânsito automóvel apenas de emergência ou de carga/descarga, para moradores ou comércio, aos arruamentos secundários ainda não asfaltados.

Este trabalho poderia ser feito em simultâneo com a criação de passeios nos arruamentos principais, ou ainda a avaliação do interesse das ruas mistas o que nestes casos de aglomerados compactos e com a dinâmica de utilização da rua como espaço de estadia parece ser mais adequado. A criação de sinalização horizontal e vertical, também deveria ser considerada em simultâneo.

No limite do bairro a Av. da República assume um papel decisivo na conformação da sua imagem mas também na funcionalidade de toda a fachada adjacente. Tratando-se de um corredor viário de grande circulação e de distribuição de tráfego para outras zonas do Concelho, pode contudo vir a ser reperfilado para aceitar uma maior convivalidade com os percursos pedonais e mesmo com as actividades ao longo do percurso, isto sem perder o seu carácter específico.

Parques de estacionamento e passeios

Os arruamentos do bairro não têm passeios (conforme estudo Vasco Cunha, apenas 5%).

A criação de passeios pode ser, no entanto, empreendida em muitos arruamentos, tomando como referência o que está a ser feito na requalificação de centros urbanos antigos ou de AUGIs, criando passeios de dimensões mais reduzidas ou localizados de um só lado da rua, e inibindo o estacionamento desse lado ou mesmo a completa circulação de veículos. Esta hipótese parece contudo menos interessante que a alternativa acima exposta, das ruas mistas. Sendo o perfil transversal exíguo na maioria dos casos, a existência de passeios apertados não se traduz num benefício para os peões, muitas vezes obrigados a andar no asfalto onde os automobilistas se julgam “reis e senhores” daquele território. Pelo contrário o campo neutro da rua mista, obriga-o a um percurso cauteloso o que associado ao mobiliário urbano e à plantação de alinhamentos arbóreos torna as ruas mais seguras.

A criação de espaços de estacionamento no interior do Bairro será eventualmente limitada e está dependente da definição das formas de aproveitamento dos espaços vazios (existentes e, eventualmente, a criar) no quadro de um futuro Plano de Urbanização. Resta acrescentar que a viabilidade dos parques de estacionamento, tanto internos como periféricos, dependerá claramente do aumento da segurança no bairro. Pode também equacionar-se a implementação de vedações de

protecção, funcionando os espaços como parques vedados, de acesso restrito a moradores / comerciantes, eventualmente também com vigilância.

O conceito será o de criar parqueamentos seguros, reduzindo o estacionamento ao longo das vias e condicionando ao mesmo tempo o trânsito de atravessamento do bairro às ruas principais, tornadas mais seguras pela existência de passeios, pelo menos de um dos lados.

Caminhos pedonais

Algumas das ruas mais estreitas, as chamadas vielas, poderiam numa requalificação futura, ser abertas de modo a criar atravessamentos pedonais em todo o bairro, pelo interior dos quarteirões. Este processo de criação de vias pedonais garantiria um atravessamento mais seguro e facilitaria o acesso, pelas traseiras, a muitos dos lotes periféricos dos actuais quarteirões.

É importante acentuar também que a criação de atravessamentos mais seguros pelo interior do bairro para o trânsito automóvel de entrada e saída, eventualmente com colocação de “quebra molas” para reduzir o ímpeto dos condutores “exibicionistas”, em simultâneo com a abertura de percursos pedonais que criem “corredores de visibilidade”, são também elementos a ter em conta no processo de melhoria das condições de segurança e controlo cidadão no bairro.

Os percursos preferenciais devem ainda ser associados aos pontos de estadia estratégicos e aos pontos notáveis do bairro. Neste particular deve haver algum critério na sua distribuição para não banalizar em excesso a oferta e ao contrário definir uma hierarquia reconhecível.

Espaços públicos

Apesar da densidade global ser alta, ainda existem alguns espaços não construídos, quer no interior dos quarteirões, quer em zonas entre quarteirões. Contudo, estes espaços livres são relativamente reduzidos, transformando as ruas no grande espaço público do bairro, um pouco na tradição africana de estar em casa, estando na rua (perto de casa). De resto, a percentagem de população jovem com fortes hábitos e necessidades de vida ao ar livre, mostra que é fundamental a existência de um espaço público relativamente amplo e qualificado.

Neste sentido, uma avaliação detalhada da disponibilidade de espaços livres, e a respectiva cartografia, são elementos importantes para avaliar a margem de manobra ainda existente para a construção de elementos urbanos estruturais (i) passeios; (ii) parques de estacionamento automóvel; (iii) vias e praças; (iv) zonas de lazer e encontro, eventualmente com plantação de árvores; (v) reserva de espaço para construção ou ampliação de equipamentos em falta.

O espaço público poderá ser pensado a vários níveis, designadamente:

(a) Pontos de Vista. O morro constitui um observatório natural para uma grande extensão dos arredores da cidade de Lisboa, para Norte/Noroeste. A organização de espaços públicos adequados, de fruição e enquadramento, nesses pontos, pode atrair visitantes de fora do bairro, ao mesmo que se tornam pontos focais para os moradores. A paisagem urbana envolvente pode ser sinalizada (e identificada) a partir desses pontos, com mobiliário urbano adequado.

(b) Praças e Largos. Embora exista um Largo no Bairro (Rua de Santa Filomena), tal parece ser insuficiente, para além de faltar conferir-lhe um tratamento urbano adequado com o devido mobiliário urbano. Eventualmente, poder-se-iam desafiar os artistas/criativos do bairro para produzirem objectos de rua, para serem vistos ou mesmo para entretenimento dos mais novos. Aqui está uma boa razão para fazer apelo à criatividade e à identidade cultural. Vale a pena dizer que a tradição urbanística portuguesa e nomeadamente a da capital privilegia mais a existência de largos do que as praças. São inúmeros os exemplos propiciadores de ambientes de escala humana e mais adequados às características das malhas urbanas de raiz. No caso do bairro é interessante comparar por exemplo o efeito de uma praça clássica como o Rocio e largos da estrutura medieval da cidade. Com as necessárias adaptações são provavelmente este tipo de espaços que mais se coadunam com a escala da área de intervenção, mesmo na perspectiva de uma importante renovação e para tal o consumo de área não é tão grande quanto se poderia julgar.

(c) Zonas Verdes. São extremamente limitadas no Bairro, correspondendo, essencialmente a espaços privados das habitações (pequeníssimas hortas e jardins) e de algumas instituições (como o Moinho da Juventude) e a “faixas de vedação” localizadas ao longo da “fronteira” Norte/Noroeste com a Damaia (talude que separa o bairro dos prédios adjacentes - ver relatório Vasco Cunha).

Toda a estrutura verde do Bairro deverá ser ampliada e melhorada, havendo também que considerar, como uma espécie de “zona verde complementar externa”, o espaço de hortas espontâneas e informais cultivadas em áreas adjacentes por muitos residentes. Espaços que devem ser ponderados neste contexto são o terreno da Santa Casa da Misericórdia e o espaço de enquadramento do polidesportivo exterior, o espaço fronteiro à rua 7 de Junho, o talude da rua da Ladeira, o talude da rua do Colégio e ainda, exterior ao bairro mas muito utilizado no percurso para a estação, o espaço disponível entre esta infra-estrutura e a Av. da República.

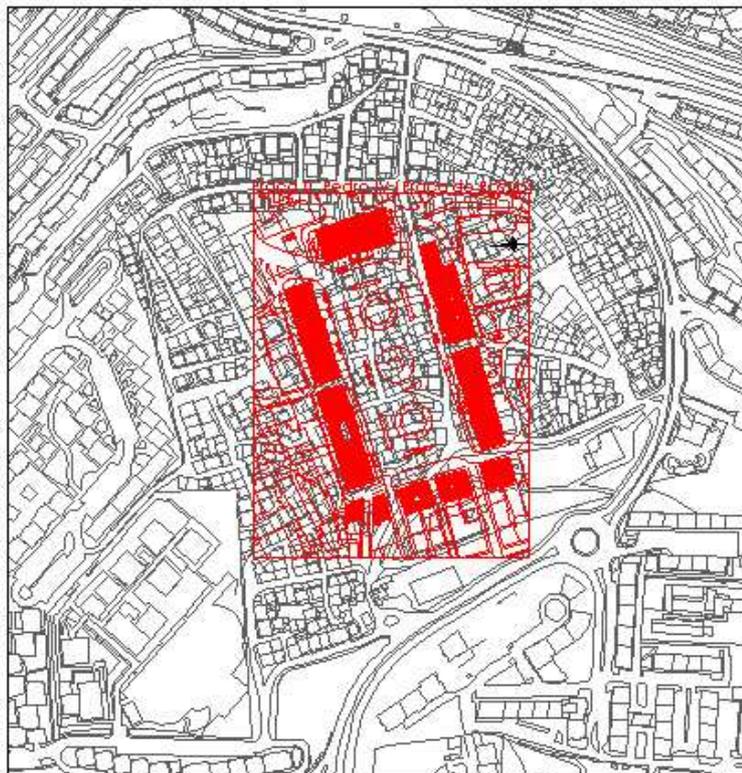


Figura 15



Figura 16

d) Passeios protegidos e bancas para as vendedoras de porta. As vendedoras de porta, sobretudo na Rua Principal, constituem um dos principais “ícones” do bairro. Porque não dar-lhes espaço mais dignificado e cómodo para o seu negócio, sem esquecer os guarda-sóis e os bancos para os mais velhos poderem, também, partilhar aí o seu tempo e as suas histórias.

Mobiliário Urbano

Podemos incluir no mobiliário urbano, nesta situação concreta, além do que já foi apontado, mais algumas sugestões, a saber:

- (a) Sinalização de rua, que falta no bairro em condições de visibilidade e com localização e orientação satisfatória. Pode ser nas paredes dos prédios ou através de sinalizadores colocados no pavimento, ou aéreos, nos cruzamentos.
- (b) Sinalização do comércio, oficinas, e serviços de porta aberta. Pode ser pensado algum sinalizador tipificado, fazendo apelo à identidade do bairro. Por si só pode constituir um elemento de identificação, de identidade e de acolhimento, com o nome do proprietário, do seu comércio, com indicação de aberto/encerrado, etc.
- (c) Bancos de pedra nas portas. Um dos mais frequentes locais de estar, públicos, existentes no bairro. Porque não criar uns bancos, necessariamente pesados para não “fugirem”, em pedra, para favorecer este estar à porta tão africano e tão característico do bairro?
- (d) Marcos de correio, Cabines telefónicas e caixas “Multibanco”. São peças de mobiliário urbano em falta.

Redes Públicas

As redes públicas de água, esgotos, iluminação e electricidade domiciliar já existem no bairro desde há muito tempo (ver documento da CMA). Estas redes apresentam no entanto insuficiências várias já apontadas pelos moradores nas reuniões havidas.

Provavelmente, dadas as condições concretas do bairro, existirão muitas derivações “pirata” o que, a ser verdade, não encoraja as distribuidoras a proceder à manutenção das respectivas redes.

São situações “em ciclo vicioso” que só a completa legalização (e normalização) do bairro, permitirão resolver.

Se no quadro do presente projecto se conseguir a criação local da já proposta “Loja pública” no bairro poderá, por sua vez, ser melhorada a relação com os serviços públicos, entrando também aí as distribuidoras e as respectivas redes.

Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A recolha de lixo é promovida pelos Serviços da Câmara Municipal da Amadora, existindo vários pontos centralizados de recolha, espalhados pelo bairro. Infelizmente, a regularidade da recolha parece ser insuficiente, detectando-se sistemáticas acumulações de resíduos. Seguramente, este serviço pode ser melhorado.

Será necessário pensar também em campanhas paralelas de educação sanitária da população em geral, para criar hábitos de higiene complementares à recolha pública.

Recolha e Distribuição de Correio

A distribuição de correio é efectuada diariamente, porta à porta, pelos respectivos serviços. Do lado dos serviços de distribuição não se registam reparos, mesmo atendendo ao facto de a distribuição ser feita em regime territorialmente extensivo. Do lado dos moradores também não há notícia de reparos, pelo que se depreende deverem os serviços estar a desempenhar a sua função, indo ao encontro das expectativas (existem endereços postais para todas as ruas e becos).

A única questão levantada pelos moradores refere-se ao facto de a expedição da correspondência, pelo menos o marco recebedor do correio, não se localizar no território do bairro.

3.2. Acessibilidades e Transportes

Uma das componentes privilegiadas do bairro, conforme já referido anteriormente, são as boas acessibilidades viária e ferroviária (que assegura a ligação Lisboa-Sintra). A rede viária é estruturada de acordo com uma hierarquia, segundo a função que desempenha, as dimensões e o tipo de pavimento que possui. Compõem a rede viária interna (ligações dentro do próprio bairro) e externa (ligações na área envolvente) ao bairro⁹:

Rede viária externa:

- Radial da Buraca - via que assegura a ligação ao IC19;
- Av. da República - assegura a ligação entre a Radial da Buraca e o núcleo Urbano da Damaia;
- Av. 25 de Abril – via de distribuição de tráfego.

Rede viária interna:

- Rua Principal e Rua do Moinho – vias de atravessamento com sentido norte-sul;
- Rua da Palmeira, Rua do Alecrim e Rua de Santa Filomena – vias de atravessamento com sentido nascente-poente;
- Restantes vias de circulação e acesso ao edificado

⁹ “Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura”, Vasco da Cunha, Estudos e Projectos (Lisboa), S.A.

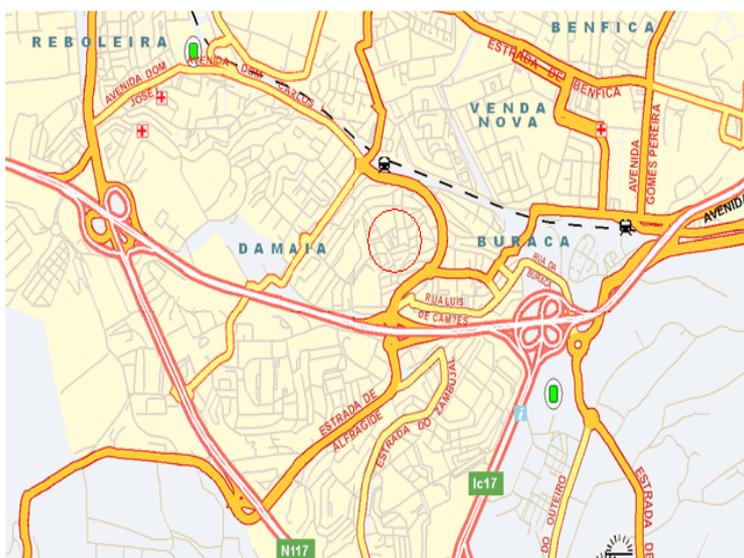
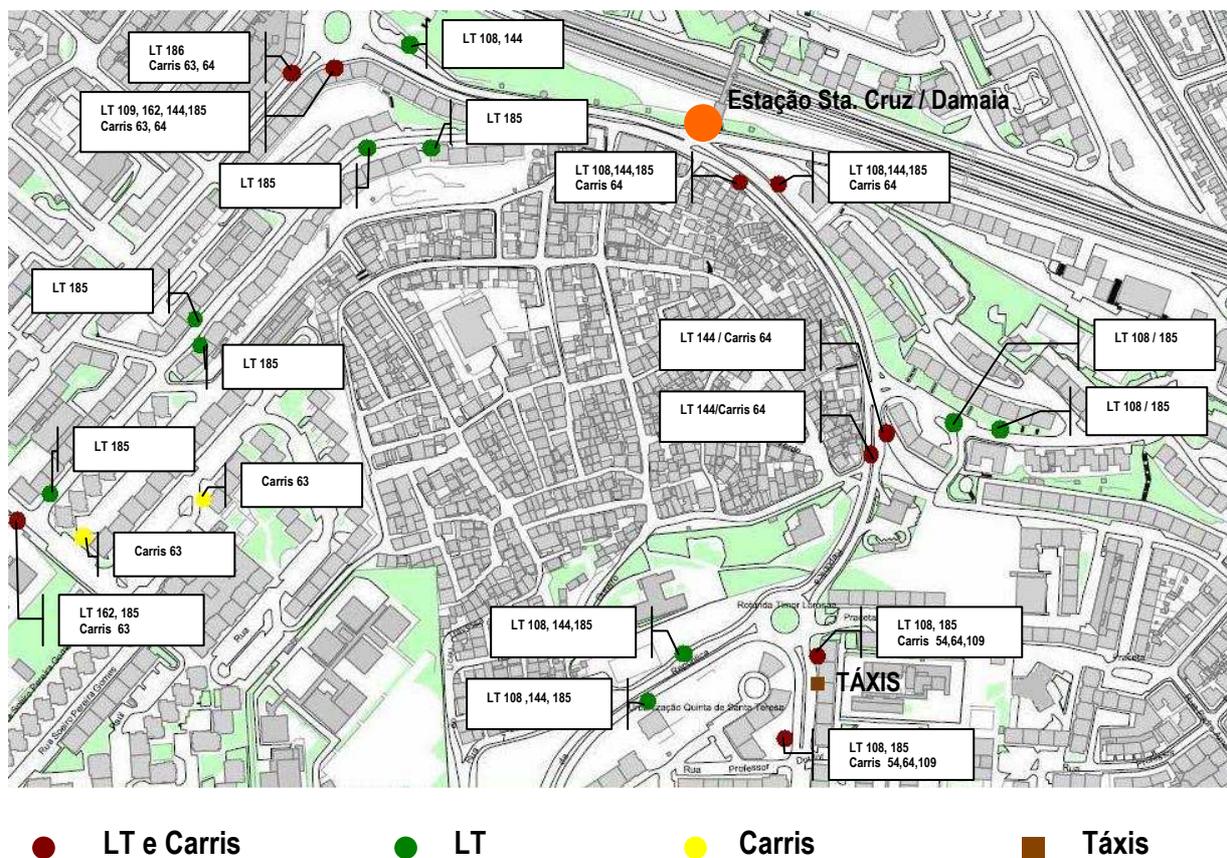


Figura 17 – Mapa de acessibilidades

Fonte: Website Multimap.com

Os arruamentos estruturantes do bairro, embora se encontrem em estado de conservação razoável, caracterizam-se pela desadequação da largura das vias, pela insuficiência de estacionamento automóvel e pela ausência de passeios, fenómenos que dificultam a circulação de veículos e contribuem para criar um sentimento de insegurança nos residentes. Refira-se que parte da rede de arruamentos secundários não está pavimentada, existindo também diversas situações de traçados e perfis muito irregulares, que impedem uma boa circulação. Neste quadro, há que destacar as limitações que os veículos de segurança (bombeiros, ambulâncias...) têm ao nível da circulação em determinadas áreas do Bairro, bem como as dificuldades que um autocarro convencional deveria experimentar, se fosse implementado um percurso de atravessamento por dentro da Cova da Moura.

Figura 18 - Análise dos Transportes Públicos na Envoltura ao Bairro da Cova da Moura



Quadro 20a – Carreiras da Carris que servem a envolvente e intervalos médios de espera

Carris

Carreira n.º	Destino	Intervalo médio de espera
54	Alfragide – Campo Pequeno	15-25 mn (inverno) / 15-23 mn (verão)
63	Cidade Universitária – Alto Damaia	13-24 mn (inverno) / 18-24 (verão)
64	Av. Colégio Militar (Metro) – Damaia Cima	14-18 mn (inverno) / 16-21 mn (verão)
109	Av. Colégio Militar (Metro) – Alfragide Norte	18-21 mn (inverno) / 15-21 (verão)

Quadro 20b – Carreiras da LT que servem a envolvente do Bairro

LT – Lisboa Transportes

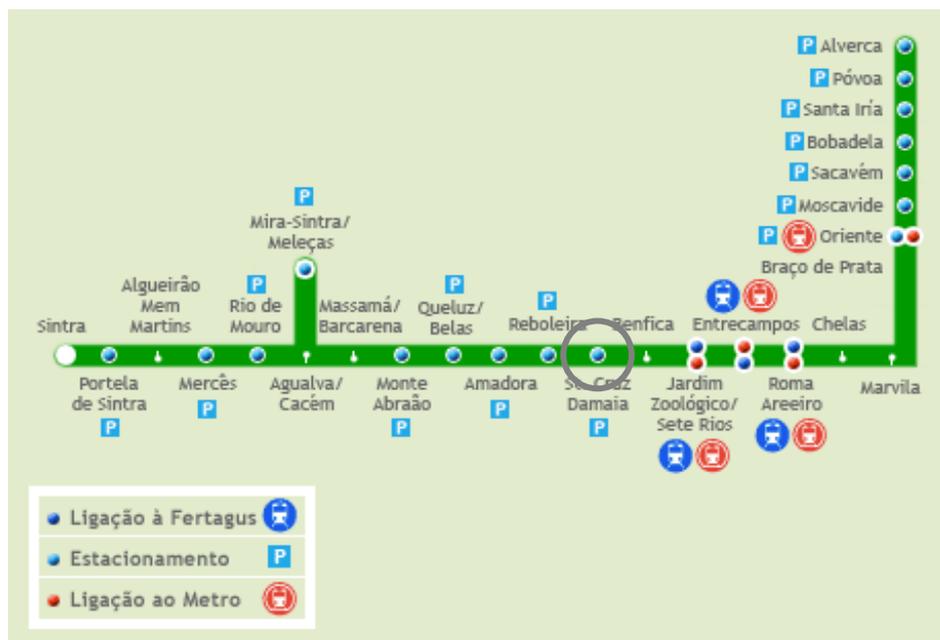
Carreira n.º	Destino
108	Caxias (Est.) - Damaia (Est.)
109	Falagueira (Est.) - Circulação
144	Belém (Est.) - Cacém (Bº. Grajal)
162	Algés (Est.) - Falagueira (Est.)
185	Amadora (Hpt.) - Lisboa (M. Pombal)
186	Falagueira (Est.) - Amadora (Est. Sul)

Como se pode constatar através da observação da figura 18, a envolvente da Cova da Moura caracteriza-se por possuir um número significativo de paragens, acessíveis a pé em poucos minutos a partir do Bairro. A partir destas paragens é possível aceder a todo um conjunto de nós centrais de articulação de transportes da cidade de Lisboa (Campo Pequeno, Campo Grande - Cidade Universitária, Colégio Militar/Colombo, Marquês do Pombal) e de diversos concelhos da zona ocidental (Amadora – estação e hospital, Cacém, Algés...). Eventualmente, alguns tempos de espera podem revelar-se um pouco longos (da ordem dos 20-25 minutos, a que há que juntar os tempos de percurso a pé), sendo de considerar a realização de análises de procura e de implementação de trajectos, com o intuito de estudar a possibilidade de aumentar a frequência de algumas carreiras e de incluir o interior do Bairro no seu trajecto. Note-se que isto deve ser efectuado em articulação com a intervenção urbanística na Cova da Moura.

Paralelamente aos transportes colectivos rodoviários, os comboios da linha de Sintra asseguram, a partir da estação Santa Cruz/Damaia (cinco minutos a pé a partir do centro do Bairro) e com base numa frequência elevada que pode atingir uma composição de quatro em quatro minutos, uma boa acessibilidade a interfaces como o Areeiro e Entrecampos, para além de toda a faixa densamente povoada que se prolonga de Benfica até à Portela de Sintra.

Relativamente a táxis, não só há poucas praças na envolvente imediata (apenas uma, com uma capacidade para quatro veículos e, frequentemente, sem nenhum), como os motoristas reclamam quando têm de transportar passageiros para o interior do Bairro. Trata-se de mais um reflexo da insegurança e, sobretudo, da imagem profundamente estigmatizada que este espaço possui.

Figura 19 - Estação de Santa Cruz/Damaia (envolvente Cova da Moura) – Linha de Sintra



Acessos e Ligações

- Ligação a autocarros
- Serviço de táxis
- Parque de estacionamento

Serviços CP disponíveis

- Bilheteiras com venda de bilhetes urbanos
- Máquina de venda de bilhetes

Serviços complementares disponíveis

- Telefones públicos
- Caixas Multibanco
- Bar
- Zona Comercial

Facilidades para passageiros com mobilidade condicionada

- Estação sem barreiras arquitectónicas
- WC adaptado

CP – Estação Santa Cruz/Damaia

Destino	Linha
Alverca	3 / 4
Entrecampos ponte	3 / 4
Roma – Areeiro	3 / 4
Monte Abraão	1 / 2
Mira Sintra – Meleças	1 / 2
Sintra	1 / 2



3.3. Mercado Residencial e Opções dos Moradores

O mercado residencial e as opções dos moradores são aqui retratadas a partir de duas fontes distintas. A primeira – especificamente dirigida ao mercado residencial - teve por base os resultados de uma análise de um inquérito a uma amostra ilustrativa de 50 fogos de entre os 1400 recenseados no bairro (3,6%) e visou conhecer os valores actuais do mercado local de arrendamento e de compra e venda¹⁰. O segundo, focado nas opções dos moradores e incluído no quadro de um inquérito de âmbito mais vasto, foi realizado por uma equipa da Faculdade de Arquitectura da UTL e procurou cobrir os 800 edifícios do bairro, tendo sido validados 678 inquéritos em resultado de deficiências ocorridas na leitura óptica dos mesmos.

Esta informação acaba por se complementar – as questões contidas nos dois instrumentos têm uma razoável margem de diferenciação e informa-nos acerca do mercado habitacional local com as suas características e dinâmicas próprias e os sentires dos seus residentes, estabelecendo um quadro de partida que volta a provar a identidade forte existente no bairro e a importância das relações interpessoais estabelecidas desde a sua ocupação, iniciada há mais de duas décadas.

3.3.1 O edificado no Bairro da Cova da Moura – evolução e características

Monografia do Edificado (História dos Edifícios e da Ocupação dos Terrenos)

Referimo-nos à descrição e caracterização das diferentes etapas construtivas, analisados caso por caso, construção a construção.

Este trabalho, tendo em atenção o importante investimento em tempo que supõe, está praticamente por fazer. Não se encontrou nenhuma pista que levasse a dados existentes neste âmbito, embora tenha havido uma decisão da Câmara Municipal da Amadora que poderia ter iniciado este processo – decisão em 30 de Março de 1983, no sentido de ser efectuado o levantamento das condições de habitabilidade dos edifícios consolidados (alvenaria), de acordo com o Decreto 804/76, e levantamento da planta do edifício.

¹⁰ Inquérito ao edificado e aos mercados de arrendamento e imobiliário.

O levantamento das condições de habitabilidade, trabalho que será necessário fazer previamente ao estudo de reconversão e requalificação, configura aquilo a que poderíamos chamar de “monografia da construção ou do edificado” e descreveria diferentes facetas importantes:

- (a) características do terreno ocupado (localização, forma e área aproximada);
- (b) situação de “posse” (descrição da utilização anterior do terreno, qual foi o objecto da aquisição – terreno livre, materiais ou construção – eventualmente, preço pago);
- (c) forma de ocupação do terreno (área aproximada ocupada com a construção inicial, área que ficou livre, área vedada);
- (d) evolução da construção (relato resumido das principais fases de evolução com expansão horizontal e vertical e retendo se foram ultrapassados os limites iniciais do terreno ocupado e em que direcção foi feita a expansão da ocupação);
- (e) características da habitação (nº de divisões, tipo de pavimentos, existência de cozinha, casa de banho, wc e banho, ligações às redes de infra-estruturas).

Esta monografia poderia ajudar a compreender a história urbana e habitacional do bairro, no seu conjunto, e colectar elementos que permitam uma avaliação, relativa, de vertentes tais como: (i) a dinâmica de mercado associado à construção; (ii) a evolução da construção e a eventual ocupação de espaços públicos; (iii) idem, o respeito pelos afastamentos entre construções, (iv) idem, a ocupação de logradouros, (v) idem, as condições habitacionais das habitações.

Em termos das formas de ocupação dos lotes, poderemos avançar com algumas “situações-tipo” que deverão, seguramente, emergir de forma mais bem caracterizada, das “biografias” reportadas pelos inquiridos:

- (a) Terrenos ocupados segundo o modelo de vivenda para habitação, com área livre envolvente.

Este modelo pressupõe que o terreno inicialmente limitado ou vedado pelo residente-construtor, fundamentalmente se manteve ao longo do tempo. Com variantes que será necessário precisar: evolução relativamente ao número de pisos, idem relativamente à construção e uso de anexos – uso com actividades complementares da habitação, uso comercial ou industrial, uso habitacional - e o seu contexto económico – uso pessoal ou aluguer.

- (b) Terrenos ocupados, segundo o modelo de edifício para habitação, quarteirão contínuo, sem área livre própria na envolvente.

Este modelo pressupõe que a construção inicial ocupa totalmente “o lote” (a área do solo passível de construção). Nesta situação será necessário perceber como foi sendo resolvida a compartimentação interior na criação de áreas independentes susceptíveis de serem identificadas como um fogo autónomo e como foram sendo disponibilizadas áreas para usos comerciais ou de serviços.

- (c) Terrenos ocupados com construções que não tiveram, desde o início, ocupação habitacional.

Este modelo supõe uma ocupação de terreno, vedada, com construções no seu interior, mas cujo uso não é habitacional (podem ser espaços cobertos expectantes, usos agrícolas, comerciais ou industriais, etc.)

Pensamos que o conjunto das construções pode ter uma história que pode ser remetida para uma destas três “situações-tipo”, necessariamente com muitas pequenas variações, a verificar caso a caso.

História Económica e do Uso (associados aos edifícios)

A “monografia do edifício” que atrás se referiu deveria ser complementada com uma breve descrição do historial económico e do(s) uso(s) associados a cada construção.

O inquérito ilustrativo destinado a conhecer o mercado habitacional do Bairro¹¹ deixa também algumas indicações no que respeita a esta matéria. Dessas indicações e do conhecimento directo da situação local, podemos deixar algumas constatações:

Em termos genéricos, podemos estabelecer uma diferenciação limite de base:

¹¹ Inquérito ao edificado e aos mercados de arrendamento e imobiliário.

- (a) terrenos e construções que permaneceram sem grande evolução após a sua ocupação-construção inicial (com classificação em qualquer uma das três situações-tipo referenciadas atrás);
- (b) terrenos e/ou construções que sofreram uma evolução significativa em termos físicos e de uso ao longo do tempo.

Complementarmente, podemos ainda estabelecer dois eixos de motivação principal para os casos de evolução significativa ao longo do tempo:

- (a) motivação familiar, ou seja, as modificações tiveram por objectivo resolver a questão de alojamento para outros familiares, com destaque para os filhos (e potenciais cônjuges), mas também outros parentes;
- (b) motivações económicas, ou seja, as motivações tiveram por objectivo principal a obtenção de um rendimento económico adicional, através da ampliação e/ou fragmentação dos edifícios destinada ao arrendamento de divisões específicas ou de partes de casa.

Resta acrescentar que estes dois tipos de motivações aparecem, no historial das famílias e do bairro, bastante interligados.

Quadros de Evolução Mais Frequentes

Da recolha de informação local, a partir de diversas entrevistas pessoais, podemos tentar avançar alguns elementos de caracterização das fases de evolução do edificado, tendo em conta os dois factores de motivação apontados:

(a) 1ª fase, fase de instalação e construção do abrigo

Na grande maioria dos casos, a ocupação inicial dos terrenos teve como objectivo exclusivo a construção de habitações para uma família. Nesse momento de ocupação inicial ocorreu, de imediato, uma opção definida entre vivenda e pequeno prédio consoante a cultura e as expectativas e projecções dessa família relativamente ao seu futuro.

(b) 2ª fase, fase de expansão com motivações mistas

Num segundo momento, surgem as motivações económicas e familiares a pressionar a evolução do edificado, com a criação de pequenos negócios explorados directamente pelas famílias, a partir da

transformação do rés do chão ou de anexos. Identicamente, para acolhimento de parentes vindos de fora ou para acolher filhos casados, surge a construção ou ampliação de um andar superior ou o mesmo relativamente a anexos. Esta fase traduziu, possivelmente, em grande número de casos, a ocupação completa do espaço do “lote” inicial, densificando o uso do solo.

(c) 3ª fase, fase de expansão com motivações predominantemente económicas

Num terceiro momento, estabilizadas as pressões familiares, a evolução ter-se-á dado pelo lado da motivação económica.

Embora sequencial relativamente às anteriores em cada família, esta fase terá sido bastante impulsionada primeiro com o aumento do fluxo da imigração oriunda dos países africanos, sobretudo de Cabo Verde e, mais recentemente, com o aumento de acolhimento de imigrantes de outras origens. No caso concreto do bairro, não havendo mais terreno para ocupar, os novos imigrantes tiveram de se ajustar à oferta existente que começou a ser de arrendamento: primeiro de quartos, depois de partes da casa e, em seguida, de unidades de fogo completas ou mesmo de edifícios. Esta mesma realidade nos é apontada no inquérito atrás mencionado, uma vez que os resultados obtidos enfatizam o facto de o inquilinato ter começado a tomar expressão a partir do meio da década de 1990, de forma crescente, verificando-se, em simultâneo, uma clara diminuição da forma de auto-construção”.

O inquérito aponta o período de 1976/79 como o de maior actividade no arranque de construções, decrescendo nos anos 80 para $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{3}$ desse pico e, nos anos 90, para valores correspondentes a cerca de metade. Em 2000, segundo o inquérito, deu-se o arranque da última nova construção de raiz.

Uma outra face desta nova realidade são os arrendamentos para os diferentes comércios e serviços, que também ganham expressão. Em muitos casos, verificou-se uma espécie de cedência de exploração do primitivo residente-construtor relativamente a terceiros. Noutro capítulo deste relatório aponta-se inclusivamente que esta cedência de exploração contém em si mesma duas parcelas “uma renda pelo aluguer do espaço e uma parcela sobre a avaliação dos potenciais termos do negócio”. Esta fase está portanto associada ao incremento do mercado de arrendamento seja habitacional seja comercial.

3.3.2 - Aproximação Local ao Mercado Imobiliário e ao Mercado de Arrendamento

- *Mercado Imobiliário*

A existência de um mercado imobiliário local parte do pressuposto de que vários residentes-construtores iniciais abandonaram o bairro, vendendo a sua construção. Esta situação de saída do bairro pode ser caracterizada, de uma forma alargada, por dois contextos:

- (a) famílias que saíram sem deixar ligações económicas ao bairro;
- (b) famílias que saíram mantendo ainda vínculos económicos locais.

No primeiro caso existem múltiplas situações, desde os que regressaram, por exemplo, a Cabo Verde ou os que emigraram para outros locais e por aí ficaram, até aos que foram viver, em Portugal, para outro local. Em todos estes casos pode ter havido vendas, que é o caso que nos interessa por protagonizar uma situação de activação do mercado imobiliário local.

No âmbito das tarefas associadas à realização do inquérito, foram contactados os poucos casos (4) com avisos de venda, tendo respondido apenas dois destes, o que aparentemente aponta para um mercado não muito activo. Contudo, tratando-se de um mercado residencial completamente informal, onde o passa-palavra directo se sobrepõe aos anúncios escritos, como evidenciam várias situações de casas à venda, em que a informação circula entre as pessoas, sem que exista qualquer anúncio público, é natural que o número de transacções seja superior ao analisado.

Relativamente à formação do preço de venda, e uma vez que não se podem transpor para o bairro, de forma directa, os valores de venda do mercado formal, procurámos tornear a situação cruzando os valores potenciais de arrendamento das construções em venda, com o valor de venda pedido.

Nos dois (únicos) casos observados, os valores de venda pedidos representam o seguinte:

Caso A – valor de venda pedido 200 000 € correspondente a 182 meses (15 anos) de arrendamento potencial, em função das características da construção (4 fogos autónomos). Fazendo as contas de outro modo, o investimento do comprador render-lhe-ia uma taxa de 6,6% ao ano, se alugasse a totalidade da construção adquirida.

Caso B - (1º andar) valor de venda pedido 300 000 € correspondentes a 833 meses (cerca de 70 anos) de arrendamento potencial, em função das características da construção. Taxa de remuneração potencial do comprador 1,4%.

(R/C) Idem, 200 meses (cerca de 17 anos) e 6% para a remuneração.

O inquérito aponta-nos alguma permanência de vendas desde 1976 até ao ano 2000. Mas as compras efectuadas em 1976/1979 devem ter sido feitas aos detentores de solo rústico (ou com uso ainda ligado à agricultura) de forma que só poderá falar-se em mercado imobiliário (compra de construções aptas para nelas se residir como fogo independente) a partir de 1985/89 (finais dos anos 80). O mercado imobiliário funcionou, portanto, a partir e durante os anos 90 acompanhando, de certo modo, o incremento do mercado de arrendamento que acelerou a partir de 1995.

- *Mercado de Arrendamento*

As situações base deste mercado têm a ver, fundamentalmente, com duas situações:

- (a) Construtores de origem, que ainda vivem no bairro e arrendam (fogos independentes, partes de casa ou quartos);
- (b) Construtores de origem, que arrendam mas já não vivem no bairro.

Estas últimas situações são as que mais interessam para uma análise. Julgamos que não haverá casos de pessoas que tenham investido no Bairro para arrendar, sem lá residirem. Ou, também, que tenham comprado casas ou edifícios para recolherem os arrendamentos, sem nunca terem vivido no Bairro.

Seria interessante quantificar estas duas situações-base, pois embora configurem ambas a 3ª fase atrás aludida, num caso trata-se de presumíveis “proprietários de construções” residentes no Bairro e no outro de presumíveis “proprietários de construções” residentes fora do Bairro (no fundo, que saíram deste).

O inquérito reparte a amostra de 50 casos da forma seguinte: 58% de senhorios residentes e 42% de senhorios ausentes. Mas são números a usar com cautela pois a escolha de casos a inquirir não obedeceu a quaisquer regras tendentes a garantir minimamente a sua representatividade em relação ao universo em estudo. O que podemos reter é que poderá ser bastante significativo o número de proprietários (senhorios) que já não residem no bairro.

Relativamente ao arrendamento habitacional os resultados do inquérito revelam mais alguns dados significativos:

- (a) Relativamente ao ano de início do arrendamento destaca-se um primeiro período entre 1980/84 e um segundo, mais forte e permanente, depois de 1995.

Esta situação terá de ver com os movimentos de imigração que pressionaram o mercado local de arrendamento.

- (b) Relativamente aos valores do arrendamento, as informações fornecidas pelos resultados do inquérito, embora não forneçam padrões completamente claros, deixam algumas referências interessantes. Assim, podemos reter que os valores de renda mais frequentes se situam entre os 250/300 € / mensais e se referem a situações entre 2 e 4 assoalhadas (fogos T1 a T3), não se sabendo se correspondem a fogos individualizados se a partes de casa com serventia¹². Como valores inferiores temos 1 quarto partilhado (125 €/mês) e uma casa partilhada (100 €/mês), sendo preciso notar que nestes últimos valores podem estar ou não incluídos os consumos.

- *Impostos e Taxas*

i) Valor Matricial

O inquérito procurou obter dados sobre o valor matricial das unidades registadas nas finanças, retendo valores em 29 dos 50 casos inquiridos (58 %). Nos restantes 21 casos, os declarantes não responderam a esta questão, não sendo possível saber se estavam inscritos ou não na matriz. Dos que responderam (com exibição da caderneta predial) ficamos com uma distribuição que situa o grosso da amostra em valores patrimoniais entre 7500 e 50000 euros.

Julgamos que serão valores declarados às finanças e não valores resultantes de qualquer avaliação por parte dos serviços. Pensamos que a motivação que terá levado os declarantes a registarem-se nas

¹² Num outro inquérito exploratório efectuado por Carlos Gonçalves, aluno do Mestrado em Estudos Urbanos da FLUL, a 30 residentes na Cova da Moura em Junho/Julho de 2006, obtiveram-se valores idênticos, uma vez que a moda dos custos dos arrendamentos se situou em 250 euros

finanças terá sido a de obterem, de forma indirecta, um reconhecimento do Estado sobre a posse do bem declarado.

ii) IMI – Imposto Municipal Imobiliário

Como consequência da declaração feita às finanças estes proprietários pagam anualmente IMI, como atestam os resultados obtidos no questionário.

3.3.3 Os moradores e as suas opções em matéria residencial: notas sobre os dados recolhidos pelo inquérito conduzido pela comissão de bairro

O bairro apresenta uma estabilidade residencial substancial com a grande maioria dos seus moradores com uma vivência local longa. Mais de metade (60%) do total de inquiridos reside há mais de 19 anos no bairro – sendo portanto resultante da leva que ocupou o bairro nos primeiros anos que se seguiram ao 25 de Abril -, 15% instalaram-se no bairro entre 1987 e 1997 e 1/4 (25%) veio para o bairro na última década. Este último valor confirma, de algum modo, os dados recolhidos no levantamento efectuado em 2000 pela Empresa Vasco da Cunha, que evidenciam o papel do Bairro enquanto espaço de acolhimento e transição para várias famílias de imigrantes, tendo-se acentuado esta função na segunda metade dos anos 90 do século XX e nos primeiros dois-três anos do século XXI, quando as vagas migratórias que demandam Portugal conheceram uma aceleração.

A grande maioria (73%) afirma-se proprietário das casas onde vive, tendo procedido à sua construção (80% destes). São também estes que demonstram maiores níveis de satisfação e gosto pelo bairro.

“Correlacionando estes dados com o gosto pela casa, os que têm casa própria gostam da sua casa, porque, acima de tudo, é deles e por ter sido feita ao seu gosto pessoal, quando construída pelo próprio, ou adaptada. É apreciado o facto de terem quintal ou jardim e a sua inexistência é apontada como um problema. Apenas terem janelas para a frente é apontado como outro problema.” (Ribeiro e tal, 2006)

A maioria dos residentes inquiridos (70%) declara gostar de viver no Bairro, tencionando continuar a residir nele (82% das respostas). Colocados perante a possibilidade de uma eventual demolição da sua habitação no decurso do processo de requalificação do bairro, metade dos inquiridos declara não se conformar perante tal hipótese. Contudo, face a um quadro de inevitabilidade, cerca de metade preferia ser realojado dentro do bairro (46% em moradia e 9% em apartamento) e aproximadamente 1/4 (24%)

numa casa localizada fora deste. Apenas um número ínfimo (cerca de 3%) optaria por regressar à terra natal.

A maioria dos residentes afirma usar o espaço público (espaço de convívio no bairro, a rua, o espaço à porta de casa) mencionando os cabeleireiros, barbeiros, os cafés e os restaurantes, como espaços de socialização. Para uma rua mais confortável sugerem a eliminação dos becos (38%) e a organização da circulação automóvel (20%). Em percentagens mais reduzidas aparecem o alargamento e asfaltamento das ruas, a pavimentação de todos os caminhos, a construção de parques infantis e a colocação de mais pontos de iluminação pública e de dispositivos de recolha do lixo.

4. EMPREGO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS

4.1 Condição Perante o Trabalho e Estrutura do Emprego

O perfil do trabalho realizado pela população do bairro é essencialmente de carácter pouco qualificado, frequentemente com contratos de trabalho precários e auferindo baixos salários. A sobre-representação destas actividades indiferenciadas e socialmente desvalorizadas, onde é comum a precariedade, é justificada, não só pelos baixos níveis de escolaridade ou pela urgente necessidade em garantir recursos económicos, mas também pelos preconceitos dos empregadores, que “posicionam” os indivíduos de origem africana nos segmentos pouco qualificados do mercado de trabalho, construindo imagens que acabam por funcionar como barreiras à atribuição de posições profissionais mais valorizadas.

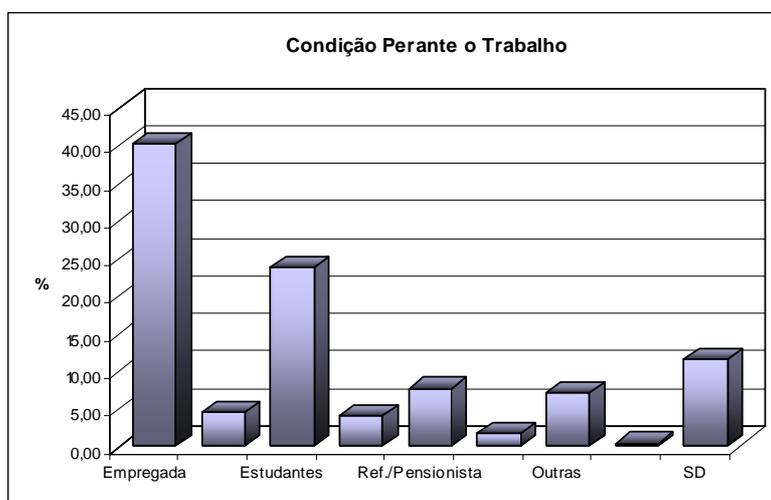


Figura 20 – Condição perante o trabalho – Cova da Moura

Fonte: Estudo de Caracterização/ Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura. Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA

Tratando-se de um Bairro onde predomina a população jovem e activa, compreende-se que os activos (40%) e os estudantes (cerca de 22%) sejam os grupos dominantes. Embora existam situações de dependência (reformados e pessoas a viver de subsídios incluídas na categoria “outros”), estas não assumem dimensões muito significativas. Relativamente aos desempregados, o valor apresentado no gráfico é reduzido, mas o seu significado é pouco relevante, uma vez que esta variável macroeconómica é fortemente influenciada pelas conjunturas e, actualmente, a situação é bastante mais desfavorável do que a observada em 2000, quando o inquérito realizado pela empresa Vasco da Cunha foi aplicado.

A actividade empregadora predominante entre os homens é a construção civil, com um conjunto de empreiteiros e sub-empreiteiros, agregando um número significativo de trabalhadores numa rede de relações familiares e de vizinhança. Estes pequenos empresários e trabalhadores independentes, recrutando vizinhos e familiares, são outras tantas “empresas” de construção e de obras públicas sedeadas no bairro, pois fazem da sua casa a sede da sua firma, não constando nenhuma afixação ou tabuleta exterior, mas sendo conhecidos localmente.

As mulheres ocupam-se em trabalho doméstico, limpeza industrial, serviços ao domicílio, restauração, venda ambulante ou em mercados.

A observação da figura abaixo evidencia esta polarização do emprego em torno de actividades pouco qualificadas (serviços pessoais e domésticos vs. Trabalhadores da construção civil), traduzindo igualmente a dicotomia nas formas de inserção profissional segundo o género.

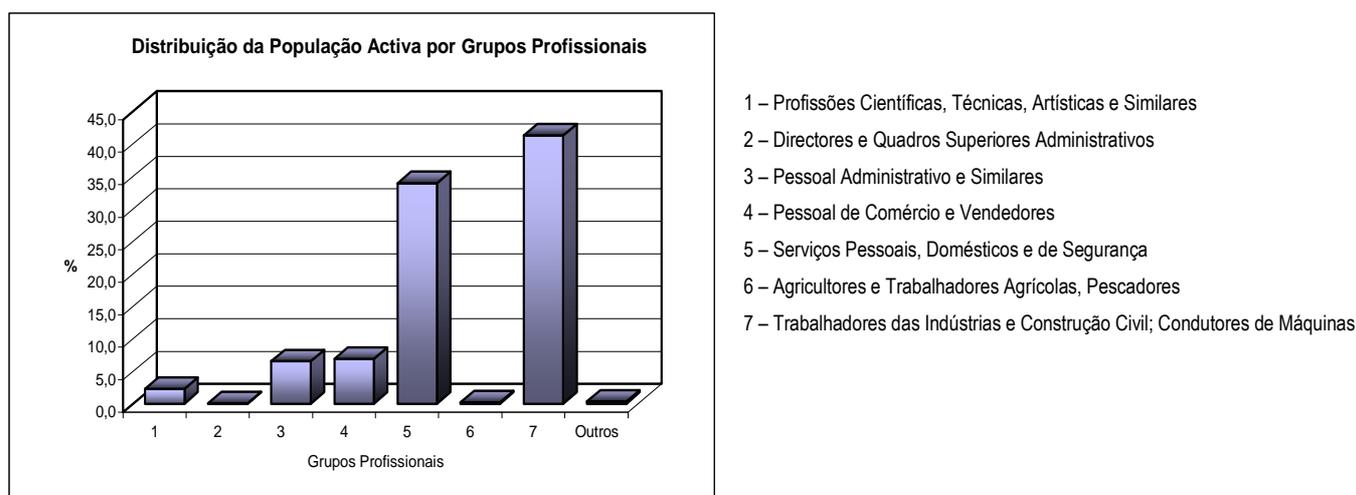


Figura 21 – Distribuição da População Activa por Grupos Alvo – Cova da Moura

Fonte: Estudo de Caracterização/ Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura. Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA

Estudos anteriores, como o “*As populações do Concelho da Amadora: relações inter-étnicas e representações*” (CMA/IED, 2002¹³) diagnostica uma rede de sociabilidades, de vizinhança e de parentesco articulada com o emprego e o recrutamento de pessoal entre parentes, conterrâneos e vizinhos do bairro, o que é simultaneamente garantia e compromisso de entre-ajuda e reforço de laços, numa multiplicidade de facetas e valências sociais.

No interior do Bairro, as entidades que concentram algum emprego qualificado correspondem à Escola EB1 e à Associação Moinho da Juventude, funcionando como as únicas âncoras locais capazes de atrair e fixar activos qualificados em número relevante.

A comprovada experiência em projectos de formação profissional e inserção dos jovens no mercado de trabalho que o Moinho da Juventude adquiriu ao longo de sua existência, facto que o torna reconhecido como Centro de Formação Profissional desde 1998, pelo INOFOR, permite assegurar capacidades técnicas e recursos humanos suficientes para suportar a responsabilidade de cooperar com novos projectos que visem a formação profissional e a promoção de empregabilidade dos moradores da Cova da Moura, no âmbito da Iniciativa dos Bairros Críticos.

Dentro do bairro, também o Clube Desportivo tem experiência na formação profissional, através da formação nos cursos de informática que valorizam os *currícula* dos associados.

Outras instituições de fora do bairro, mas ligadas a este através de várias actividades e programas de parcerias, revelam também potencial no domínio da formação profissional para os moradores da Cova da Moura, nomeadamente o ACIME, a Junta de Freguesia da Buraca e a Santa Casa de Misericórdia da Amadora.

4.2 Actividades Económicas do Bairro

- *Metodologia*

Foi feito um recenseamento porta-a-porta a todos os estabelecimentos do bairro, nos dias 20 e 27 Abril, num total de 149 lojas identificadas. Destes, 35 não se encontravam abertos, ou por não ser horário de abertura, ou por estarem encerrados/sem actividade. Dado o carácter facultativo, as respostas não foram completas. Embora a disponibilidade para responder fosse a tónica na maioria dos inquiridos, uma dúzia mostrou-se bastante reticente.

¹³ Marques da Costa, Fernando (Coord.), (2002) – *As Populações do Concelho da Amadora: relações inter-étnicas e representações*. Câmara Municipal da Amadora/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

A abertura de um estabelecimento, próprio ou alugado, aparece como o natural culminar duma emancipação económica e/ou aplicação de um aforro, mesmo que as estratégias empresariais dos cabo-verdianos sejam as menos intensas de todos os grandes grupos de imigrantes instalados em Portugal¹⁴. O estabelecimento – ligado ou não ao proprietário do edifício em que se encontra – é, pois, um dos topos da micro-sociedade local.

Os activos observados – patrões ou empregados – são jovens ou adultos jovens. Nos cabeleireiros e lojas de roupa, são na quase totalidade mulheres que aí trabalham, e maioritariamente jovens e jovens adultos (25 a 40 anos).

Cerca de um quinto dos comerciantes observados estão em idade próxima da reforma, embora poucos ou nenhuns referissem pretender ceder ou trespassar o seu estabelecimento. Ficou a percepção que é “trabalhar até poder” num natural percurso que não contempla paragem nem reforma. Mas a maioria dos comerciantes não está em idade avançada, antes pelo contrário; detecta-se mesmo algum dinamismo nos últimos anos na abertura de novas “vendas”.

- *Comércio e Serviços – caracterização das unidades funcionais*

Os serviços de proximidade e pessoais são os dominantes, com destaque para os cafés, as mercearias e os cabeleireiros, mas não os únicos: 35 actividades diferentes num total de 148 estabelecimentos recenseados. Se contarmos 5.000 habitantes no bairro temos **34 hab. / estabelecimento**.

A sobre-representação dos cabeleireiros no Bairro, quase todos especializados em penteados afro, traduz uma das especificidades locais que pode vir a ser valorizada no âmbito da componente económica e cultural de um futuro plano de acção. Registe-se, de resto, que diversos cabeleireiros têm capacidade para atrair clientela proveniente do exterior da Cova da Moura.

Para além do tipo de unidades atrás mencionadas, podem-se destacar serviços algo mais especializados, como as discotecas e, especialmente, um conjunto de oficinas ligadas a diversas actividades, tais como serralharia e construção civil, mecânica, bate-chapas e reparação de electrodomésticos.

¹⁴ Oliveira, Catarina R. (2004) – *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*. ACIME, Lisboa.

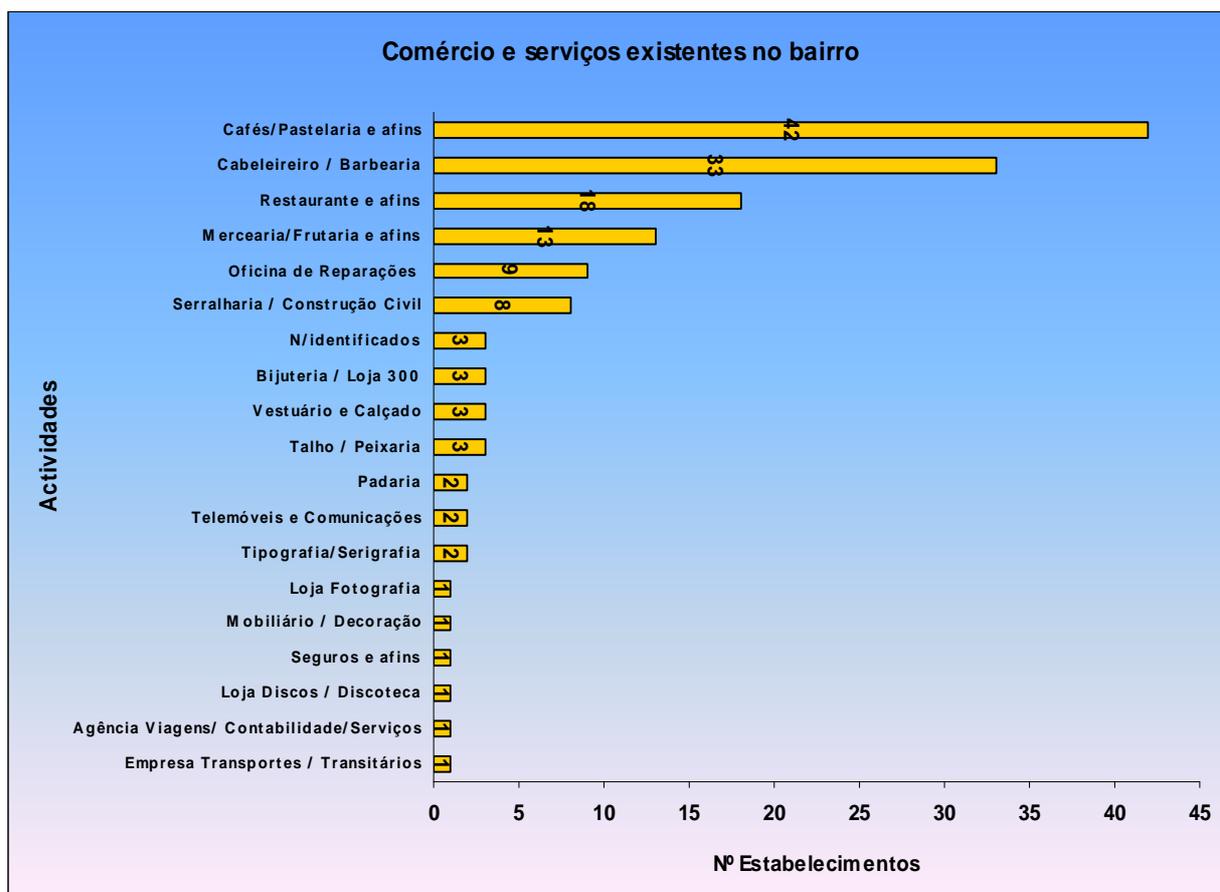


Figura 22 – Comércio e serviços no bairro da Cova da Moura (hierarquização funcional)

Fonte: Levantamento e tratamento próprio

Refira-se que muitas actividades devem também a sua existência à procura de meios de subsistência complementares, como forma de encontrar um ajuste para as necessidades económicas, como é o exemplo de algumas mercearias e cafés¹⁵.

É de salientar que a dinâmica comercial possui algum significado, sendo significativa a abertura de novos estabelecimentos nos últimos anos: mais 14, entre o último levantamento feito pela Associação de Moradores (2004) e o presente. A actividade que registou maior número de novas aberturas correspondeu aos cabeleireiros: uma dezena de novas unidades.

¹⁵ Um outro exemplo neste domínio corresponde às pequenas hortas cultivadas por moradores do Bairro, quase todas localizadas nas imediações deste, que resistiram às obras de alargamento e intervenções de fundo em vários taludes do IC19 e que constituem desde há muito uma fonte de rendimento adicional para muitos moradores. Estas hortas desempenham também uma função social (ocupação de tempos livres), bem como uma função ao nível da saúde das famílias destes “agricultores informais”, contribuindo para enriquecer a sua dieta alimentar em leguminosas e vegetais frescos.

DATA da ABERTURA DO ESTABELECIMENTO		
até 1979 e "há muito tempo"	12	14%
1980 - 84	26	30%
1985 - 89	13	15%
1990 - 94	6	7%
1995 - 99	10	11%
2000 - 02	5	6%
2003 - 06	15	17%
	total 87	100%

Quadro 21 – Data de Abertura dos Estabelecimentos inquiridos na Cova da Moura

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

A abertura dos estabelecimentos tem-se mantido constante desde a década de 80, período em que foi mais intensa. Contudo, a partir de 2000 parece registar-se um incremento na instalação de novas unidades. Embora desconheçamos o número de estabelecimentos que fecharam, isto não deixa de ser um indicador de:

- **dinamismo económico local**, quer da oferta quer da procura;
- **longevidade destes comércios – 68% com 20 e mais anos** – é prova da sua viabilidade económica e do poder de compra local.

Em suma, é significativo que muitos moradores, dotados de um verdadeiro espírito empreendedor, tenham iniciado actividades por conta própria, formais e informais, dentro do próprio bairro, o que lhes permite alguma auto-sustentação e, em simultâneo, garante a existência de uma oferta que cobre praticamente todas as necessidades básicas dos residentes.

- *Localização*

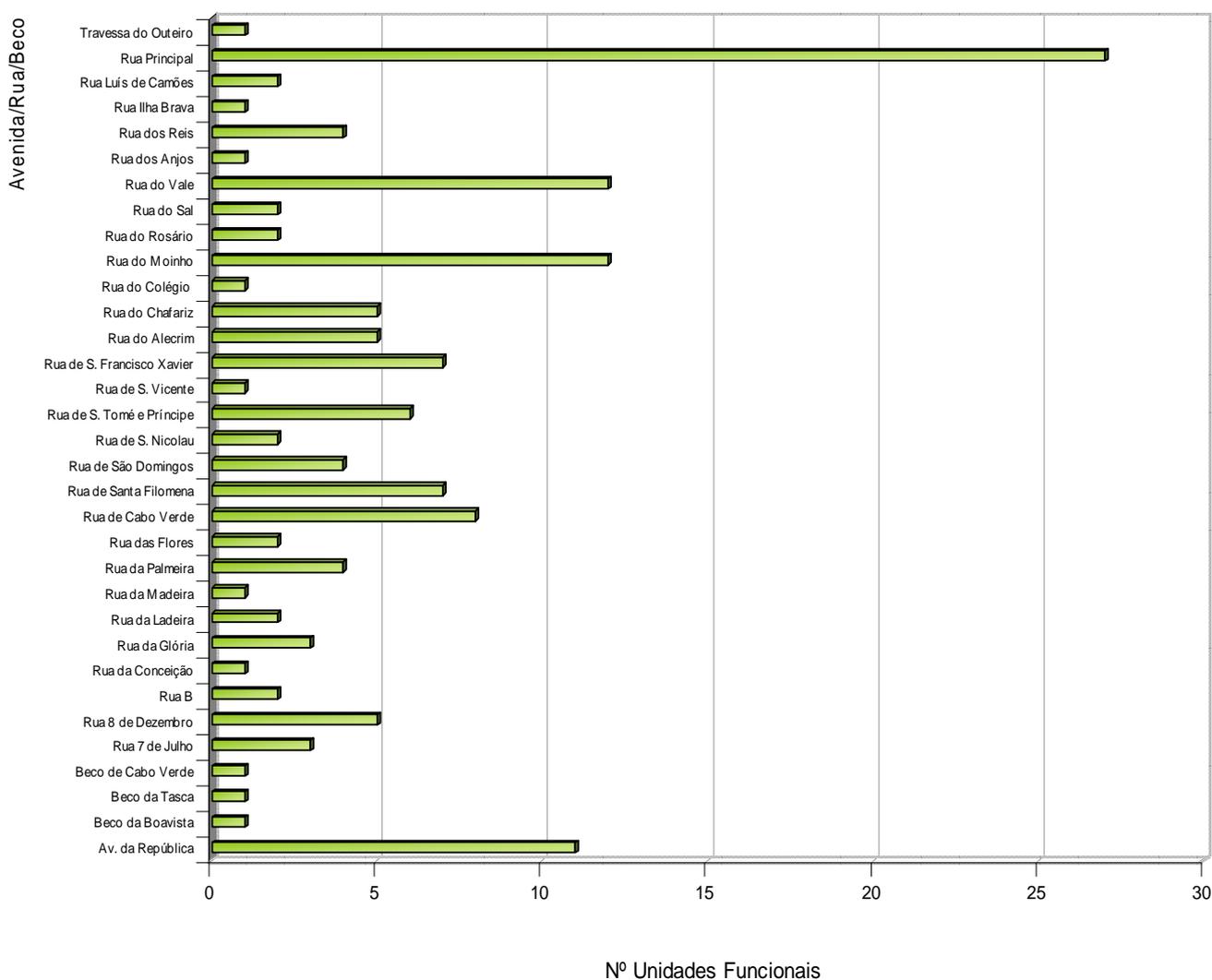
As actividades distribuem-se de forma distinta pelas diferentes áreas do Bairro, embora se concentrem nas principais artérias deste, com destaque para a Rua Principal, a Av. da República, a Rua do Vale e a Rua do Moinho¹⁶.

¹⁶ Relatório da Comissão de Bairro, Junho de 2002

Em termos mais específicos, a distribuição das unidades funcionais parece estar associada aos seguintes padrões:

- Ao longo da Av. da República localizam-se as actividades que necessitam de uma maior área de construção e que servem, não só a população, como também a envolvente;
- Na área central do bairro predominam as actividades ligadas à satisfação das necessidades básicas, como o comércio alimentar.

Levantamento Funcional - Cova da Moura



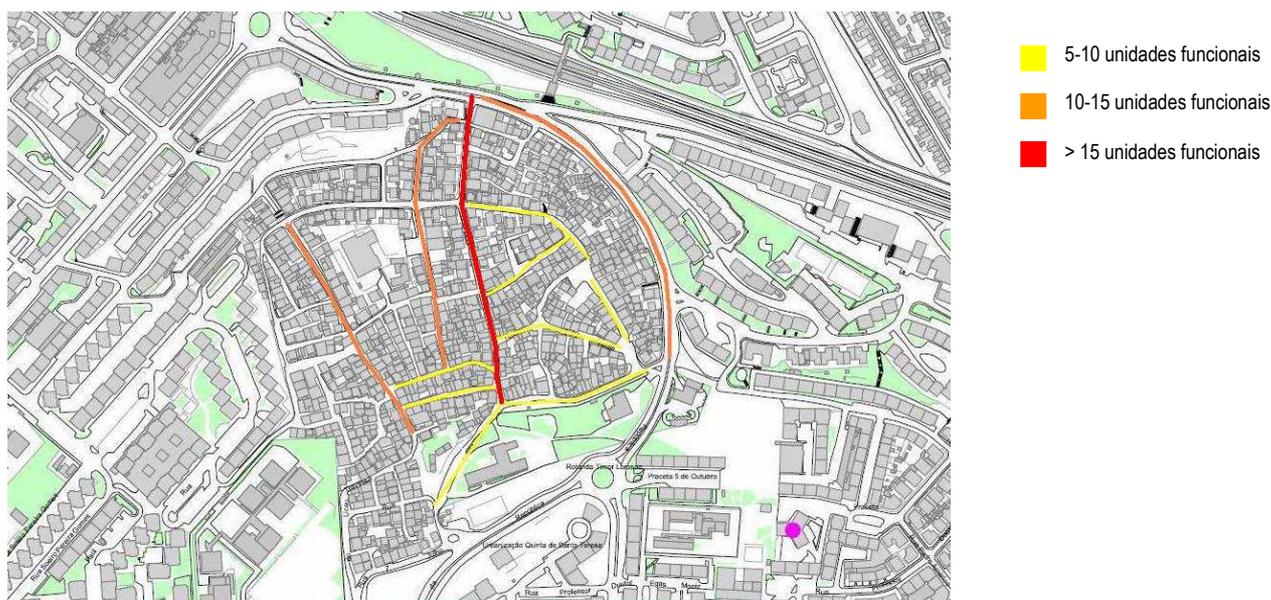


Fig. 23 – Mapa de hierarquização das ruas do Bairro em função do número de unidades funcionais

- *Emprego*

A maioria dos estabelecimentos tem o próprio dono ou um familiar à frente, mas o emprego criado é ainda significativo, **185 activos** nas lojas inquiridas que correspondem a **60%** do total. A média é **2 postos de trabalho por estabelecimento**.

Se considerarmos, por hipótese, que as restantes 60 firmas têm pelo menos 1 activo (mesmo incluindo as encerradas), temos no total e por defeito, cerca de **245 postos de trabalho (PT)** ligados aos 149 estabelecimentos e firmas recenseados, ou numa estimativa por excesso, 300 PT, caso todas as firmas tenham em média 2 activos. Em termos relativos este valor possui bastante significado, pois se considerarmos uma população empregada total no Bairro entre as 2000 e as 2300 pessoas (39 a 42% do total de residentes, o que toma como referência os valores apresentados no Levantamento Vasco da Cunha), constatamos que o emprego localmente gerado nas actividades mercantis de comércio e serviços representará entre 10 e 14% do total de empregos dos residentes. Se juntarmos a isto o emprego criado pelas associações locais, com destaque para o Moinho da Juventude, estas percentagens deverão aproximar-se dos 16-18%. Refira-se que o Inquérito recentemente efectuado pela Comissão de Bairro referia que 16% dos inquiridos tinham emprego na própria Cova da Moura. Mesmo considerando que uma parte destes empregos será precária e complementar a outras actividades, fica patente a capacidade da pequena economia local, também no domínio do emprego.

nº activos /estabecº	nº establº	total activos
1	35	35
2	35	70
3	6	18
4	6	24
5	5	25
6	1	6
7	1	7
Total	89	185

Quadro 22 – Activos nos Comércio inquiridos

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

Os dados que se apresentam a seguir são uma aproximação aos laços de vizinhança e parentesco dos empregados nos estabelecimentos inquiridos. A grande maioria das unidades fornece auto-emprego, isto é, é o próprio que está à frente, sozinho ou com um cônjuge – e depois dá trabalho aos familiares, que serão certamente mais do que os 31% indicados pois nos 23% de “não especificados” estarão incluídos muitos familiares e também vizinhos.

QUADRO 23 - LAÇOS DE PARENTESCO DOS ACTIVOS

nº activos / estabecº.	Nº estabel.	Total activos	dos quais			
			dono/patrão	empregados		
				familiares	do bairro	n/indicado
1	35	35	27	8	-	-
2	35	70	35	18	2	15
3	6	18	3	12	3	-
4	6	24	6	8	4	6
5	5	25	5	5	-	15
6	1	6	-	6	-	-
7	1	7	1	-	-	6
Total	89	185	77	57	9	42
		100%	42%	31%	5%	23%

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

NACIONALIDADE do PATRÃO	NATURALIDADE do PATRÃO			Total
	CV	P	STP	
n/indicado	15			15
CV	8			8
P	5	12	4	21
Total	28	12	4	44

Quadro 24 – Nacionalidade e Naturalidade dos Patrões

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

Os comerciantes são maioritariamente africanos – 64% cabo-verdianos e 9% santomenses - mas os portugueses de origem estão bastante representados, cerca de 27%.

- *Regime Jurídico da Propriedade*

Dos 100 inquiridos que responderam a esta pergunta, **49 dizem-se donos do espaço e 51 arrendatários do mesmo.**

Por ramos de actividade, e para os casos que se conseguiu informação, a propriedade do espaço é mais comum nos cafés com mercearia e restaurantes. O número de arrendamentos e de propriedades equilibram-se nos cafés, churrasqueiras, mercearias e snack-bar. Nos cabeleiros, predominam os arrendamentos.

A forma de “estabelecimento” parece ser a seguinte:

o comerciante que fundou a actividade – geralmente dono do prédio em que está o estabelecimento – cede em exploração ou aluga a alguém o estabelecimento, mediante uma renda. A renda parece reunir ou confundir o aluguer pelo espaço e/ou uma renda de exploração comercial.

Muitos destes arrendatários ou “rendeiros” como alguns entrevistados se auto-intitularam, não apresentam número de contribuinte, remetendo isso para o seu senhorio ou proprietário do estabelecimento.

Dos poucos respondentes a esta questão, **ninguém referiu ter pago um trespasse**, sendo o termo/prática desconhecido no bairro.

QUADRO 25 - RENDAS DECLARADAS SEGUNDO A ACTIVIDADE					
RENDA (€ / mês)					
	menos 300	300 a 399	400 a 499	500 e mais	
Infantário				1	
Bar		1			
Cabeleireiro	1		2	1	
Café		1	2	5	
café e mercearia			1		
reparação electrodomésticos	1				
Restaurante				1	
Taberna		1			
telemóveis e comunicações			2		
total	20	2	3	7	8

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

QUADRO 26 - RENDAS MENSAS E ANO DE ABERTURA DO ESTABELECIMENTO				
RENDA MENSAL €				
	até 300	300 a 399	400 a 499	500 e mais
"muito tempo"				1
1980		1	1	1
1984				1
1985				1
1993	1			
1995				1
1997		1		
2000			2	
2001				1
2003	1	1	2	
2005				1
2006			1	
s/data			1	1
Total	2	3	7	8

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

O valor da renda não parece estar associado à antiguidade do arrendamento. Pese embora não tomarmos aqui em conta a área alugada e as condições do estabelecimento, factores determinantes para a constituição da renda, é de salientar que as rendas mais altas observam-se mais no sector da

restauração e cafés, o que pode ser indicador ou duma cedência de exploração, ou da maior rendibilidade deste negócio.

- *Legalidade comercial*

Alguns dos comerciantes queixam-se da concorrência desleal daqueles que, mais recentemente, têm aberto negócios sem as devidas formalidades – alvará para os cafés e restaurantes - e inscrição nas Finanças para todas as actividades. As respostas afirmativas contemplam duas situações: a simples afirmação do comerciante e a exibição ou afixação do mesmo.

Quanto à inscrição nas finanças (*ter um número de contribuinte*), verificam-se as seguintes situações relativamente ao terço da amostra que respondeu a esta questão:

28 exibiram o seu NIPC	(55%)
17 disseram ter um NIPC	(33%)
6 disseram não estar colectados nas finanças	(12%)

Possui Alvará	nã o		sim	
cabeleireiro	1		1	
café	7		18	
restaurante e churrasqueira	1		3	
drogaria			1	
import-export			1	
loja 300	1			
mercearia	2		6	
padaria			1	
talho			1	
total	12		32	
	27%		73%	

Quadro 27a – Existência de Alvará nos estabelecimentos

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

Nota: Para além destas actividades, identificaram-se várias amas a trabalhar legalmente, no âmbito de um protocolo estabelecido entre a Associação Moinho da Juventude e a Segurança Social (inclui 12 amas).

É de relevar que a maioria dos estabelecimentos se dizem detentores de alvará, embora se possa admitir que nalguns casos esta declaração esteja incorrecta, uma vez que os serviços da CMA não têm emitido documentos deste tipo referentes aos estabelecimentos do Bairro, nos últimos anos.

POSSUI ALVARA			
ANO	Não	Sim	
até 1979		3	
1980 - 84	2	4	
1985 - 89		11	
1990 - 94	2	2	
1995 - 99	2	2	
2000 e depois	6	4	
total	12	26	38
	32%	68%	100%

Quadro 27b – Declarações de posse de alvará, segundo a data de emissão

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

É significativo que os estabelecimentos informais se concentram nos anos mais recentes – desde 1993 – e os regularizados nos mais antigos, o que pode ser indício de uma atitude de se lançar primeiro no negócio, e depois formalizá-lo, se este tiver viabilidade.

- *Volume de negócios e origem da clientela*

Da pequena percentagem de firmas que acederam a responder a esta pergunta – 18% -, quatro- quintos declaram-se no escalão mais baixo das receitas, até 500€ mensais.

A concentração da maioria dos declarantes no escalão mais baixo pode ser em parte uma questão de sub-declaração, mas será verídica em muitas outras situações em que foi patente ao entrevistador a fraca ou nenhuma clientela presente aquando da visita, a pouca mercadoria exposta e o baixo valor da mesma.

RECEITA MENSAL declarada por estabelecimento					
		2.501€	3.751€		
	Até	501€	a a	a	
	500€	1.250€	3.750€	5.000€	
ACTIVIDADE					
cabeleireiro	2		1		
café	11				
café e mercearia	2		1		
churrasqueira	1				
contabilidade, viagens, serviços					1
estância mat. construção				1	
loja 300			1		
mercearia	2				
oficina mecânica	1				
reparação electro doméstico	1				
taberna	1				
telemoveis e comunicações	1				
Total	22	3	1	1	27
	81%	11%	4%	4%	100%

Quadro 28 – Receitas mensais declaradas por estabelecimento

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

Segundo comerciantes ligados ao bairro, a "renda de exploração" de um café rondará os 500 €/m actualmente, o que confirma a maioria das respostas dadas e supra apresentadas.

CRUZAMENTO DAS RECEITAS COM AS RENDAS			
		Receitas mensais	
		Até 500€	501 € a 1.250 €
	175	1	
	200	1	
RENDA	300	1	
€ / m	325		
	400	2	1
	425		
	450		
	500	1	
	600	1	
	750	1	
		22	3

Quadro 29 – Cruzamento entre o valor das receitas e rendas

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

A resposta táctica que alguns inquiridos normalmente dão em inquéritos deste tipo, designadamente sub declarando valores, fica patente nos 3 casos do quadro supra, em que a renda é superior às receitas de exploração.

	PARTE da CLIENTELA de FORA do Bairro					
	nenhuma	Pouca /alguma	terça parte	metade	maioria	toda
Ama				1		
Cabeleireiro	1			1	2	
café, bar, snack, taberna	3	9		3		
contabilidade, viagens, serviços		1				
Drogaria				1		
Estofador					1	
estância mat. construção					1	
import-export				1		
loja 300	1					
Serralharia		1				
Mercearia	2	1	2			
oficina mecânica				1		
reparação electro domésticos				1		
Talho	1					
Restaurante	1	1				1
	38	9	13	2	9	4
	100%	24%	34%	5%	24%	11%
						3%

Quadro 30 – Origem da clientela dos estabelecimentos inquiridos

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

Relativamente á origem dos clientes, se a dinâmica comercial é forte para dentro do bairro, a sua abertura para fora do mesmo é também interessante, embora quase 60% dos comerciantes declarem ter poucos ou nenhuns clientes externos. Tratando-se de estabelecimentos comerciais centrados, na sua maioria, na oferta de bens e serviços banais, é natural que a sua clientela seja dominada pela população do bairro. Contudo, detecta-se um pequeno número de unidades que oferecem funções mais especializadas (estofador, importação-exportação, reparação de electrodomésticos, serralharias, restaurantes étnicos), cuja oferta se centra em bens e serviços de carácter ocasional ou mesmo raro (e.g. reparação de electrodomésticos e transitários), que exigem limiares de mercado mais elevados e revelam um potencial para atrair clientes exteriores ao bairro. Quanto melhores forem as condições urbanísticas e sociais oferecidas por este, melhores serão as possibilidades de concretizar este potencial, facilitando o processo de abertura do bairro.

- *Tipo e forma de negócio*

A actividade é eminentemente familiar, ou pessoal - um dono ou um casal - com a forma legal de unipessoal – 42. Somente 4 apresentam a forma de quotas de responsabilidade limitada (Lda.), firmas com sede fora do bairro, como a padaria UPAL ou outras com actividade mais diferenciada: import-export, serralharia, oficina auto.

Ninguém refere ter pago um trespasse ao anterior locador do negócio. É paga uma renda ao senhorio ou proprietário do imóvel – que nalguns casos é referido como sendo o “inscrito nas Finanças” – que reunirá as duas remunerações – a de renda pelo aluguer do espaço, e a de “renda” ou concessão de exploração comercial, formal (com contrato) ou informal (ajuste por palavra).

Dentre os inquiridos, 22 declararam estar inscritos na Segurança Social mas é provável que sejam mais.

- *Perspectivas futuras*

Os comerciantes revelam-se algo pessimistas quanto à evolução do negócio, sendo maioritários aqueles que referem perspectivas de evolução negativas. As razões mais apontadas para a diminuição do negócio são a contracção do poder de compra, a crise geral e a diminuição da clientela. A insegurança emerge como um factor negativo complementar, que também dificulta o bom desempenho do comércio local.

COMO PERSPECTIVA O SEU NEGÓCIO			
	Mantém	Cresce	Diminui
Ama		1	
bugigangas e quinquilharia			1
Cabeleireiro	2		2
café, bar, snack, taberna	12		9
restaurante e churrasqueira	1		5
contabilidade, viagens, serviços			1
Estofador			1
estância mat. Construção			1
import-export		1	
drogaria	1		
loja 300	1		

mercearia	1	1	6
fotografo			
oficina mecânica			1
reparação electrodomésticos		1	
telemóveis e comunicações			1
serralharia			1
total	18	4	29
100%	35%	8%	57%

Quadro 31 – Perspectivas quanto ao futuro dos negócios

Fonte: *Levantamento e Tratamento Próprios*

As perspectivas no bairro acompanham as do resto da economia, agravadas pela incerteza numa reabilitação e pelas especificidades que impendem sobre a realidade local.

Somente 4 firmas esperam ver crescer a sua actividade: infantário, mercearia, import-export e reparação de electrodomésticos.

Os **problemas** mais referidos são:

1. Perda do poder de compra, **diminuição das vendas**, crise geral da economia (não foi referido desemprego) (23 referências)
2. Mau ambiente no bairro, **insegurança**, roubos, quer a clientes, quer ao próprio estabelecimento. Quatro estabelecimentos disseram não ter problemas de segurança. (10 referências)
3. **Concorrência, sobretudo de comércio não legal**, muitas casas abertas no bairro donde menos clientes. (4 referências)
4. A **falta de condições e de arranjo do bairro**, com o afastamento de clientela de fora, reforçado pelos problemas do ponto anterior. (4 referências)
5. A **proibição de estacionamento** na Av. Republica, que veio afastar a clientela que aí costumava fazer compras no conjunto dos estabelecimentos aí situados. (4 referências)

Somente 4 comerciantes encaram a hipótese de deixar o bairro, dizendo-se os restantes dispostos a continuar ali, ou pela idade avançada e/ou longa permanência no bairro, ou porque não têm/sabem para onde ir.

ENCARA MUDAR DE LOCAL			
	Não sabe	Não	Sim
ama		1	
bugigangas e quinquilharia		1	
cabeleireiro		1	2
café		11	2
restaurante e churrasqueira	1	3	
contabilidade, viagens, serviços		1	
estofador		1	
import-export		1	
loja 300		1	
mercearia		5	
reparação electrodomésticos		1	
serralharia		1	
telemóveis e comunicações	1		
total	2	28	4
100%	6%	82%	12%

Quadro 32 – Possibilidade de deslocalização do negócio

Fonte: Levantamento e Tratamento Próprios

4.3 A Oferta de Comércio e Serviços na Envolvente do Bairro

Na envolvente do Bairro detecta-se uma oferta relativamente diversificada de estabelecimentos comerciais. Embora estas unidades continuem a ser dominadas por funções banais (cafés, talhos, mercearias), detecta-se um número mais significativo de unidades dedicadas a funções mais especializadas (mobiliário/decoração, livraria/papelaria, centro médico). Conjugando a oferta interna com a oferta da envolvente imediata (calcula-se um percurso de 10 minutos a pé a partir das principais saídas do bairro), pode assumir-se que a Cova da Moura se situa numa área bem servida do ponto de vista da oferta de comércio e serviços.

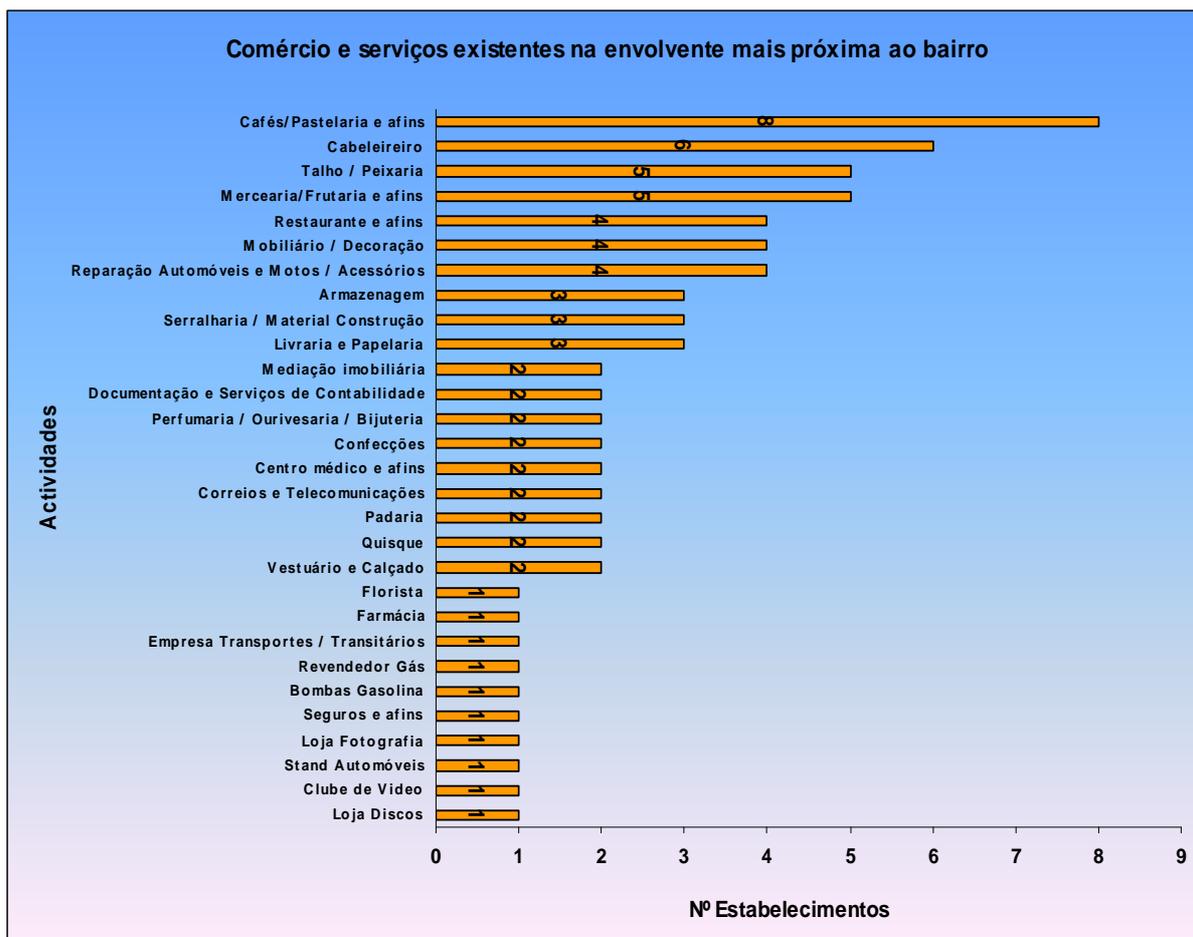


Figura 24 – Comércio e serviços disponíveis na envolvente mais próxima ao bairro

Fonte: Levantamento e tratamento próprio



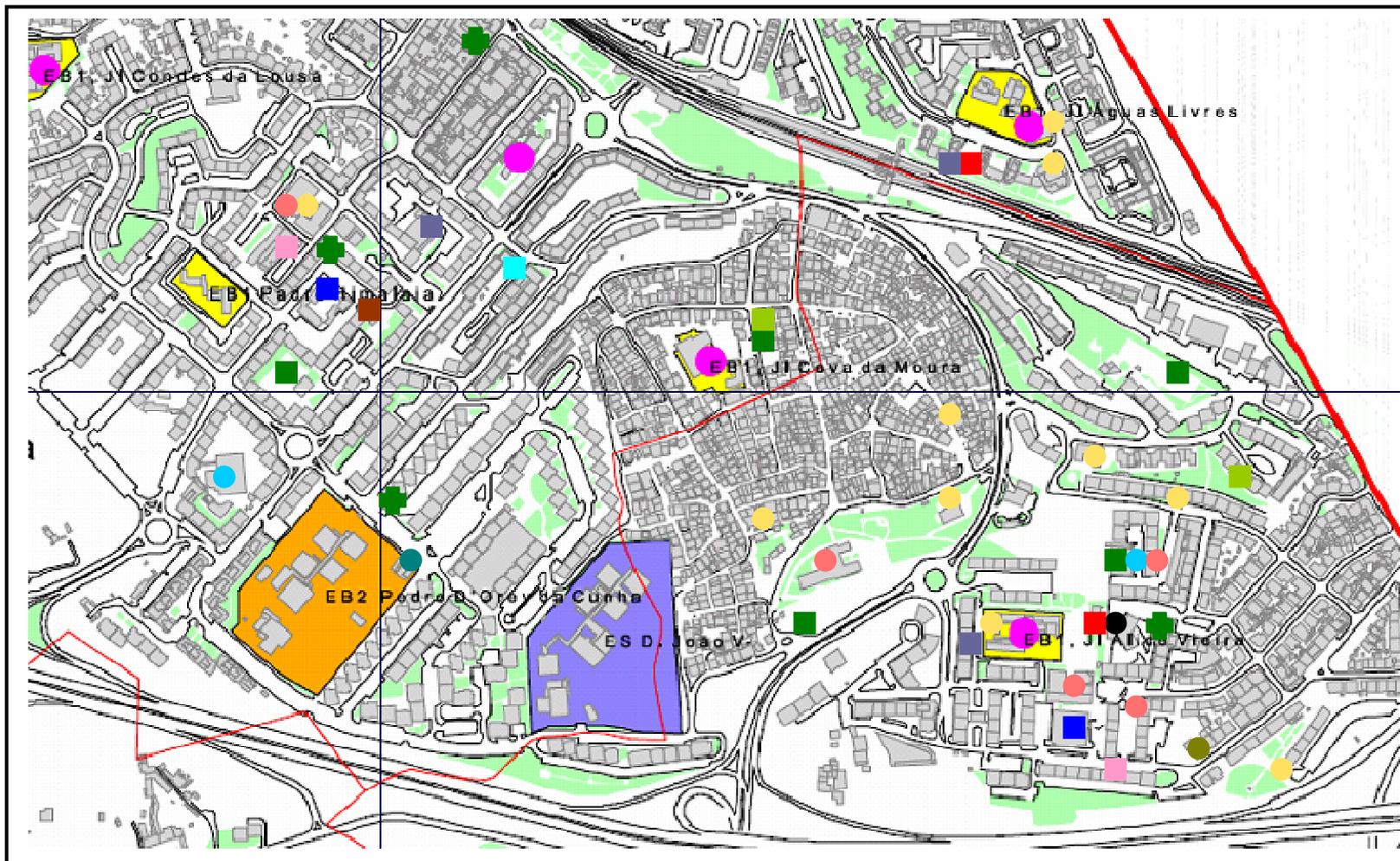
Zona A	Café	Quiosque
	Cabeleireiro	Livraria/Papelaria
	Loja Móveis	Cervejaria
	Frutaria	Cabeleireiro
	Cabeleireiro	Loja Roupa
	Talho	Papelaria
	Revendedor Gás	Loja de Discos
	Loja Alcatifas	Churrascaria
	Ouivesaria	Padaria
	Sapataria	Café
	Marisqueira	Talho
	Café	Pastelaria

Zona B	Loja Confeções	Armazém confeções
	Mediação Imobiliária	Bijuteria e perfumaria
	Mini Mercado	Oficina Motos
	Acessórios Automóvel	Agência documentação
	Mediadora Seguros	Extern. Roque Gameiro
	Café	Loja de fotografia
	Clube de Vídeo	Centro Dentário
	Empresa Transitários	Stand de automóveis
	Padaria	Prest. serviços/contabil.
	Cabeleireiro	Loja Móveis
	Materiais construção	Armazém de revenda
	Of. Rep. máq. costura	Café/restaurante

Zona D	Café	Parque infantil
	Empresa Ass. Auto	N.ª S.ª Mãe Deus
	Serralharia	Escola Básica 1 Alice Vieira
	Cabeleireiro	
	Churrasqueira	
	Telecomunicações	
	Quiosque	
	Talho	
	Cabeleireiro	
	Bombas Repsol	
Mini mercado		
Café		

Zona C	Farmácia	Armazéns "Coqui"
	Pingo Doce	Centro de ferragens
	Florista	
	CTT	
	Centro de cópias	
	Venda escritório, lojas	
	Loja móveis	
	Clínica médica	
	Frutaria	
	Talho	
	Charcutaria	
	Armazém equip. escritório	

Figura 25 – Planta de Equipamentos e Serviços - Cova da Moura e envolvente



- | | | | |
|--|--|------------------------------------|-------------------------------------|
| Escola Básica 1º Ciclo (EB1) | Centro de Actividades de Tempos Livres | Junta de Freguesia | Segurança Pública |
| Escola Básica 2º e 3º Ciclo (EB2, EB2,3) | C.A. Toxicodependentes - CAT | Biblioteca | Acção Social – crianças e jovens |
| Escola Básica 1º Ciclo (EB1) | Farmácia | Espaço de Exposição e Espectáculo | Acção Social – idosos |
| Jardim de Infância (JI) | Extensão de Saúde | Espaço Desportivo / Campo de Jogos | Acção Social – família e comunidade |
| Centro de Formação Profissional da Amadora | Mercado | Piscina | |

4.4 Equipamentos

Relativamente aos equipamentos existentes, o bairro dispõe de uma oferta interessante, destacando-se os equipamentos de ensino, de solidariedade social, desportivos, recreativos e religiosos, fruto da iniciativa e esforço da população e do apoio das diversas associações que existem:

- Lar da Terceira Idade e Creche da Santa Casa da Misericórdia da Amadora;
- Escola Primária EB1/JI da Cova da Moura;
- Associação Clube Desportivo Alto da Cova da Moura:
 - Espaço Roda Viva (ATL); POSI (espaço para a informática); biblioteca e ludoteca; *ateliers* de desenho e reciclagem; desporto; salão de espectáculos
- Associação Cultural Moinho da Juventude:
 - Centro de Formação Profissional (reconhecido pelo IQF); centro de documentação Stanislas Tomkiewicz; biblioteca “António Ramos Rosa”; “Casa da Malta” – a qual acolhe o Emprego Apoiado e as Mães Adolescentes; *atelier* de carpintaria para a comunidade; Espaço Jovem com estúdio para gravações; “Ninho de Jovens” – ponto de encontro de adolescentes; POSI (sala de informática “Navega”)
- Centro Infantil S. Gerardo;
- Igreja Maná e Igreja Evangélica Metodista;
- Campo polidesportivo para actividades desportivas, recreativas e de lazer.

Associação Cultural Moinho da Juventude	N.º Crianças Creche “A Árvore”	60
	N.º Crianças Creche Familiar “O Moinho”	48
	N.º Crianças Jardim Infância ¹⁷	65
	N.º Crianças e Jovens ATI Integrado	180
	N.º Crianças e Jovens ATL	25
Associação Clube Desportivo Alto da Cova da Moura	N.º Crianças e Jovens ATI	60
	N.º Crianças e Jovens inscritos em Act. Desportivas	100
	N.º Utentes inscritos no POSI	376
Sta. Casa Misericórdia Amadora / Centro Social S. Francisco de Assis	N.º Crianças na Creche	30
	N.º Crianças Jardim Infância	50
Escola EB1/JI Cova da Moura	N.º Crianças EB1	215
	N.º Crianças JI	40
Junta de Freguesia	N.º Crianças ATL	69
Centro Infantil S. Gerardo - Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª Mãe de Deus da Buraca	N.º Crianças ATI	105
	N.º Crianças JI	45
	Centro de Convívio	60
	Apoio Domiciliário	52

Quadro 33 – Número de crianças que utilizam os diversos equipamentos do bairro

Fonte: CMA – DAU/SIG, DEC / Divisão Sócio-Educativa, 2004/2005 e relatório da Comissão de Bairro, Junho 2006

¹⁷ Mais 24 crianças em vias de reconhecimento.

Apesar deste quadro aparentemente favorável, detectam-se carências ao nível dos espaços verdes públicos, dos equipamentos para crianças¹⁸ (creche e jardim de infância) e idosos (e.g. centro de dia), de espaços culturais e de algum tipo de espaços desportivos, sobretudo ao nível dos polidesportivos cobertos. No que concerne ao polidesportivo descoberto situado na zona limite a sul do bairro, para além de ainda não ter os balneários executados, torna-se necessário regular de forma adequada o seu uso, envolvendo neste processo a Junta de Freguesia da Buraca e as associações locais, com destaque para a Associação Moinho da Juventude.

5. TECIDO ASSOCIATIVO E OFERTA CULTURAL

Os inquéritos e entrevistas realizados pela equipa ao Grupo de Parceiros Locais¹⁹ reflectem a riqueza das inter-relações entre as instituições a trabalhar no bairro, bem como a ligação a outras instituições externas, representadas esquematicamente por duas figuras incluídas mais adiante.

Conforme foi referido anteriormente, existem diversas associações que servem o bairro e que têm tido um papel fundamental no apoio aos moradores. Estas associações, que se têm progressivamente transformado em entidades prestadoras de serviços sociais acompanhando o processo contemporâneo de transferência de serviços públicos para o terceiro sector, têm valências distintas, que vão do apoio escolar e da ocupação dos tempos livres dos jovens até à formação profissional, passando pela implementação de iniciativas tendentes à regularização da propriedade e das construções. Adicionalmente, estas associações têm sido fundamentais para o processo de dinamização interna dos moradores e, também, para reforçar a identidade sócio-territorial do Bairro. Nomeadamente, estas associações criaram há cerca de 3 anos a Comissão de Bairro, o que representa uma consolidação e maturação do capital social local.

Os resumos incluídos abaixo têm o intuito de explicitar as características e objectivos destas instituições:

- Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura

Fundada, após acto eleitoral, a 12 de Novembro de 1978, surge das necessidades sentidas por aqueles que habitavam a Cova da Moura. Representa legalmente os moradores e seus interesses

¹⁸ Actualmente o Moinho da juventude possui 50 crianças em lista de espera para o jardim de infância.

¹⁹ Relatório de inquéritos e entrevistas ao GPL

junto do poder autárquico, o que lhes permitiu, com a sua persistência, dotar o bairro com infra-estruturas de saneamento básico, água, electricidade, telefones, vias asfaltadas e escola primária. Actualmente esta associação conta com cerca de 600 sócios (chefes de agregados familiares) e as suas actividades passam pela luta na recuperação e legalização do bairro e no atendimento aos moradores, através de um serviço semanal, de aconselhamento e ajuda na resolução dos problemas colocados pelos sócios e população em geral.

A Associação dos Moradores visa essencialmente dar apoio à população, não concorrendo a projectos sociais. Entretanto, envolve-se em actividades sociais, em trabalho com parceiros tais como: Moinho da Juventude, Paróquia, Escola EB1, Junta de Freguesia, Câmara Municipal da Amadora, Associação dos Moradores do Zambujal.

O presidente da Associação dos Moradores aponta como dificuldades na implementação de actividades e projectos sociais a carência de apoio administrativo e de apoio técnico, bem como de instalações adequadas.

Uma das personalidades marcantes é o Sr. Ilídio Carmo, presidente da Associação de Moradores. Retornado a Portugal depois do 25 de Abril, viu-se com mulher e filhas, sem habitação e à procura de trabalho, numa pensão de Lisboa. Soube por um companheiro que, no Alto da Cova da Moura, algumas pessoas começavam a organizar-se na construção das casas uns dos outros.

Sem hesitar e cheio de esperanças, levou a família para o lugar onde permanece até hoje e tem ajudado a melhorar. É presidente da Associação dos Moradores e da Associação Desportiva Cova da Moura. Segundo ele, acumula cargos não por vontade própria, mas porque não há voluntários.

Com forte personalidade, luta em conjunto com os moradores pela chamada “legalização do bairro”, um dos principais objectivos da Associação dos Moradores. Fortemente ligado ao bairro, aponta como palavras-chave que identificam a Cova da Moura: *Sangue, suor e lágrimas*.

- Associação Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura

O Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura foi fundado a 13 de Fevereiro de 1980, por um grupo de moradores, com o objectivo de promover a união e convívio entre os habitantes, através do

desporto, cultura e recreio, e ao mesmo promover a estabilidade de um bairro clandestino de futuro incerto. Nos anos 80 é formado o rancho folclórico, que faz actuações pelo país e, na área desportiva, o futebol e o atletismo atingem alguma notoriedade. Já nos anos 90, a abertura do ginásio permite actividades na área do *fitness*, como a ginástica de manutenção, cardiovascular, musculação, aeróbica e *step*.

Actualmente, o clube conta com cerca de 400 sócios, encontra-se inscrito na Associação de Futebol de Lisboa, INATEL e Federação das Colectividades de Cultura e Recreio. É reconhecido pelo Alto Comissariado para as Minorias Étnicas como associação que promove diversas actividades dirigidas à população migrante e aceite como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Actualmente tem vindo a desenvolver actividades nas mais diversas áreas como a distribuição de roupa, atendimento psico-social, promoção de estágios académicos e profissionais, ocupação de tempos livres, campos de férias, ateliers de reciclagem e desenho e intercâmbios internacionais com jovens de diferentes países; patinagem, com 40 jovens praticantes; em termos de oferta cultural existe um grupo de teatro e dois de dança juvenil e, em parceria com a escola primária, prestam apoio às aulas de educação física e atendimento aos encarregados de educação. Desenvolvem ainda actividades como a sueca, xadrez, tiro ao alvo, dominó, damas, matraquilhos, *snooker* e chinquillo, e organizam festas no Carnaval, S. Martinho, Natal e Passagem de Ano. Possuem, ainda, uma vertente de formação, dando cursos de informática e disponibilizando computadores com acesso à Internet e disponibilizam uma área comercial com bar e sala de jogos a toda a comunidade. Actualmente a Associação Clube Desportivo conta, ainda, com parceiros como a câmara municipal e juntas de freguesia, o Instituto Português da Juventude, a Polícia de Segurança Pública, o Centro de emprego, universidades, Banco Alimentar Contra a Fome, entre outros.

- Associação Cultural Moinho da Juventude

O Moinho da Juventude é uma Instituição que exerce as suas actividades no bairro desde 1984. Actualmente acolhe 970 membros.

O trabalho do Moinho encontra-se fundamentado em 12 Traves Mestras, sendo o *empowerment* uma das traves mestras operacionalizada desde o início. Tendo como uma de suas prioridades a formação profissional dos jovens e adultos, a Associação Cultural Moinho da Juventude, ou apenas Moinho da Juventude como é normalmente conhecida, tenta dar respostas às problemáticas ligadas

à situação ocupacional no bairro, estimulando o desenvolvimento das capacidades dos moradores com a criação de serviços de proximidade, incentivando a economia do bairro.

Nascida de um trabalho informal de animação de crianças, organização de mulheres e luta pelo saneamento básico, no início dos anos 80, a Associação Cultural Moinho da Juventude assume-se hoje como um Projecto Integrado no Bairro do Alto da Cova da Moura. Esta associação tem um papel importante na preservação e divulgação na herança e cultura de origem dos moradores, o que se traduz nas actividades dos grupos de dança “Ta Kai Ta Rábida” e de batuque “Finka Pé” e “Kola San Djon” e na venda de livros editados e distribuídos em Cabo Verde, através do apoio do Instituto Cabo-verdiano do Livro (ICL). Com diversas actividades na área do ensino, formação profissional, ocupação de tempos livres e prevenção da delinquência, o Moinho possui actualmente 65 funcionários e um serviço de voluntariado e estagiários, que se repartem entre “A Árvore”, uma creche fundada em Maio de 2003, que acolhe cerca de 60 crianças entre os quatro meses e os três anos e que se encontra aberta entre as 06.00 e as 20.00; o jardim de infância (que acolhe 65 crianças); a formação de 12 amas, enquadradas na creche familiar, que acolhem 4 crianças cada; o ATL/Apoio Escolar; os cursos de formação profissional (nomeadamente o Projecto de Emprego Apoiado, no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL) e a formação de formadores; o projecto de educação parental “O Pulo” - um curso de formação com o objectivo de fortalecer a relação entre pais, filhos e a comunidade, em que os “pais de bairro” trabalham, em conjunto com as famílias, os conceitos e as competências a adquirir e a desenvolver, pelas crianças entre os 2 e 4 anos; o acompanhamento de mães adolescentes por ex-mães adolescentes (a gravidez precoce é um dos grandes problemas, não só do bairro, mas de todo o concelho da Amadora); a alfabetização de adultos; as acções de prevenção do HIV/sida e violência; o Gabinete de Apoio à Documentação; a biblioteca/centro de documentação; os núcleos desportivos, enfim uma panóplia interminável de actividades e serviços de proximidade. Destaca-se, ainda, o projecto *Sabura* (palavra crioula que significa prazer, gosto) que pretende passar uma imagem positiva do bairro através de um passeio turístico, de um dia, que custa à volta de €12,5 e inclui o almoço (cachupa, feijão-congo ou pedra – uma espécie de feijoada com carne e legumes), onde se visitam os cabeleireiros afro e as instalações e a quinta pedagógica do Moinho da Juventude e se apreciam os *graffiti*, as danças e a música africana. O dia termina com um lanche de roscas e cuscuz e a promessa de voltar no dia 18 de Junho, dia da festa de Kola San Djon, que habitualmente se celebra com debates, dança, música, actividades desportivas e cachupa.

A instituição mantém contactos com o Centro de Emprego, a Câmara Municipal da Amadora, Juntas de Freguesia, Centro Regional da Segurança Social, ACIME, Ministério da Educação, universidades,

entre outras instituições. Ocasionalmente, também há troca de informações e intercâmbios com instituições em Espanha, Brasil, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Eslovénia, África do Sul, Gana e Índia. O Moinho possui, ainda protocolos/acordos com a Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, SEF e Instituição de Reinserção Social.

▪ Centro Infantil S. Gerardo - Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª Mãe de Deus da Buraca

As três instituições anteriormente referidas, juntamente com o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª Mãe de Deus da Buraca, formam a Comissão de Bairro, que se reúne sempre que é necessário. Num bairro onde a maioria dos habitantes são católicos praticantes, a Paróquia da Buraca possui um papel importante de carácter religioso mas também de solidariedade social. A Paróquia possui, no bairro, um centro que acolhe crianças - o Centro Infantil S. Gerardo – que tem por objectivo a criação de condições adequadas para acolhimento e guarda de crianças, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento psico-social e psicomotor, em adequadas condições de higiene, conforto e segurança.

Posteriormente, foi instalada em contentores amovíveis, junto ao Centro Infantil S. Gerardo, a "Creche Sem Fronteiras", que se pretende que preencha uma lacuna ao nível da primeira infância. Esta creche, criada ao abrigo do Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) *Urban II - Amadora* (Damaia-Buraca), está equipada com uma sala com capacidade para 16 crianças dos 12 aos 36 meses, um berçário com capacidade para 11 crianças dos 3 aos 12 meses, uma sala de actividades, um refeitório, um fraldário, uma sala de isolamento, sanitários especialmente concebidos para crianças destas idades e ainda um recreio exterior. O seu período de funcionamento é das 7 às 19 horas. Esta instituição presta ainda apoio domiciliário no bairro, valência esta para a qual possui uma grande lista de espera, por parte da população mais envelhecida do bairro.

A acção destas instituições e de outras fisicamente menos próximas, como a segurança social ou a própria câmara municipal, constituem uma dinâmica muito positiva de apoio às famílias, no acompanhamento para mais diversos problemas como a dificuldade na regularização de residência no país, a toxicod dependência, o alcoolismo ou a gravidez precoce.

▪ Outras instituições no terreno

A capacidade de percepção das professoras e dos professores da Escola Básica do 1.º Ciclo da Cova da Moura é uma mais valia que não pode ser negligenciada. O contacto diário com as crianças do bairro permitem-lhes perceber problemas familiares como crises conjugais, problemas de saúde e até o envolvimento com o tráfico, na medida em que as crianças partilham abertamente, por exemplo, a informação de quando as mães vão em viagens rápidas para Amesterdão. Um destes educadores, referiu como um dos principais problemas para o bairro, com reflexos no desempenho escolar, a insegurança gerada pelo consumo e tráfico de drogas. Neste sentido, e revelando o antagonismo gerado pela problemática, aponta a Rua do Vale como a mais procurada no bairro, em razão do tráfico de drogas. Por outro lado, aponta a mesma rua como a mais evitada do bairro, pela mesma razão.

A Junta de Freguesia da Damaia actua no terreno, e embora não possua instalações no Bairro da Cova da Moura, procura dar respostas aos problemas daquela comunidade, sobretudo ao problema da toxicodependência, através do programa URBAN. Não há grandes expectativas da Junta de Freguesia da Damaia em relação às actividades futuras, apenas “continuar com os projectos que estão a ser desenvolvidos”, revelou uma assistente social pertencente à Instituição há 25 anos. É importante ressaltar que a Junta de Freguesia da Damaia costuma trabalhar com alguns parceiros da Cova da Moura, nomeadamente a EB1, a Associação Cultural e Desportiva da Cova da Moura e ATLS. Entretanto, também possui contactos ocasionais com o Moinho da Juventude e com a Associação de Moradores.

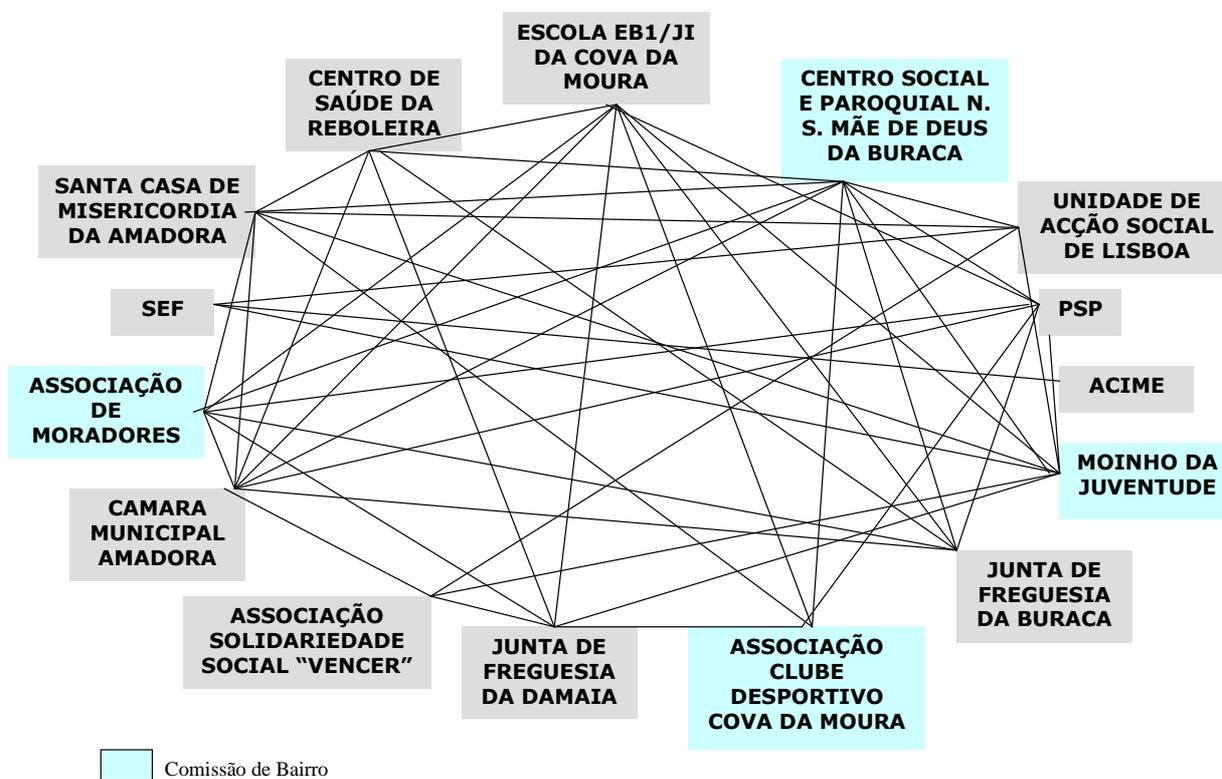
As maiores dificuldades que a Junta de Freguesia da Damaia possui relativamente à implementação dos projectos no bairro residem na insuficiência de verbas e na centralização de meios para as autarquias na área da acção social. Segundo a assistente social, as três palavras que identificam o bairro são: fechado, mudança e potencialidades. Daí concluirmos que para a Junta de Freguesia da Damaia, o Bairro da Cova da Moura é *fechado*, mas possui *potencialidades* bastantes para haver uma *mudança*.

Considerando que esta Iniciativa está faseada e os resultados se constroem ao longo do processo, muitos termos, devido à própria subjectividade que lhes são intrínsecos, são conceitos ainda não estabelecidos. A concepção de “fechado” possui interpretação diferente entre os actores do GPL. Para alguns, chamar o bairro de fechado, é referir-se às características das construções das

habitações que, por estarem em alguns pontos sobrepostas, fecham as ruas, dificultando a acessibilidade e mobilidade no bairro. Para o representante da ACIME, chamar o bairro de *fechado* é referir-se aos obstáculos "internos" aos projectos externos de integração e recuperação do bairro. Tal questão parece ter sido responsável pela incapacidade das instituições em implementarem um projecto comum no âmbito do Programa ESCOLHAS-2ª Geração, que prolongaria – e, eventualmente, melhora, a experiência desenvolvida na primeira fase.

A Cova da Moura possui características muito fortes de solidariedade entre a população do bairro, com forte espírito de vizinhança e inter ajuda, conforme se conclui da percepção do GPL na reunião com o GAT em 15 de Fevereiro de 2006 (acta em anexo). Este sentido de identidade de comunidade acaba por gerar lideranças no bairro com um papel fundamental na organização e defesa dos direitos dos moradores.

Em suma, a Cova da Moura está bem servida de instituições de carácter associativo, havendo um bom entrosamento entre elas, conforme demonstrado nas citações de trabalhos em parceria. Esta comunicação entre as instituições é muito importante para a articulação de trabalhos em conjunto, no processo de requalificação do bairro.



Rede Associativa da Cova da Moura

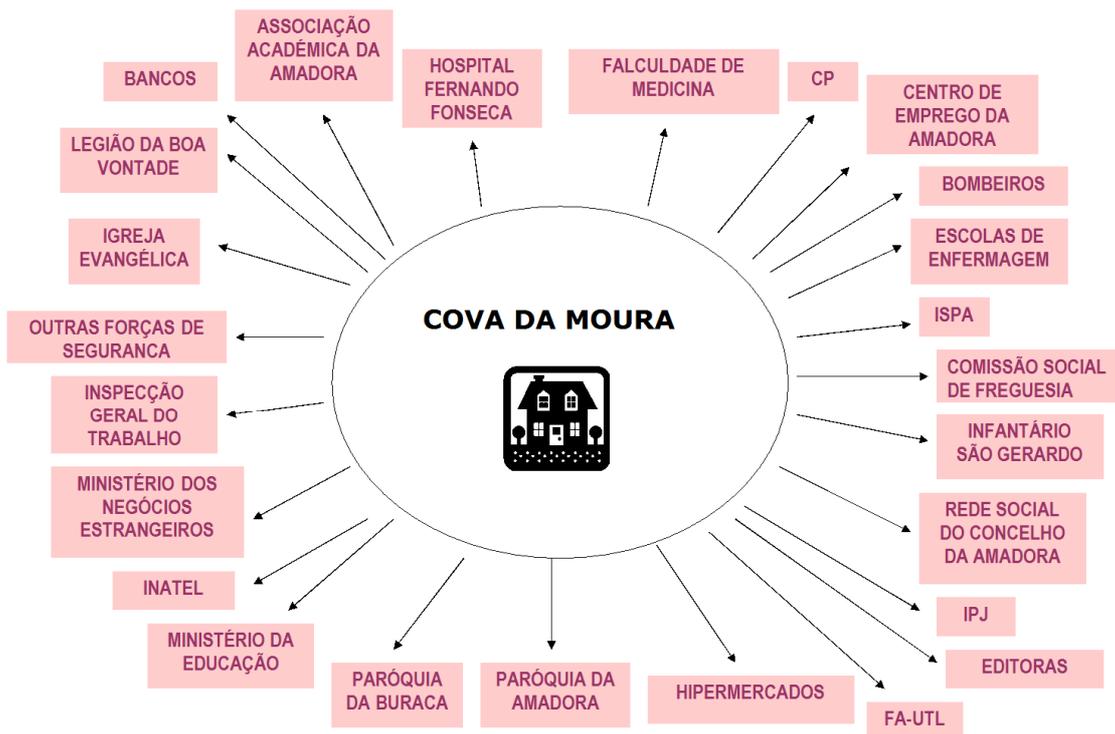
A Rede Associativa da Cova da Moura aqui representada graficamente baseou-se **exclusivamente** nos resultados dos inquéritos feitos aos elementos do Grupo de Parceiros Locais.

O inquérito conduzido aos representantes no GPL permitiu concluir o seguinte:

- A relação consolidada identificada entre os parceiros que actuam na Cova da Moura atesta um substancial capital social consolidado e com um grau considerável de maturidade – como confirma a criação da Comissão de Bairro há cerca de três anos atrás – que tem forte capacidade de apoiar, de forma eficaz e com sucesso, actividades articuladas e em parceria, conforme comprovam experiências anteriores de trabalho já desenvolvidas no bairro.
- As competências escolares e profissionais centram-se essencialmente em duas instituições: na Escola Básica 1 e Jardim de Infância da Cova da Moura, responsável pela educação do primeiro ciclo das crianças do bairro e envolvente, e na Associação Cultural Moinho da Juventude no que concerne à competência profissional do bairro. Ambas têm um papel muito activo e são também procuradas para um apoio social mais informal.
- É evidente a grande preocupação de alguns parceiros em ver alguns programas no terreno chegarem ao fim sem qualquer substituto (ex: URBAN e ESCOLHAS). Isto leva-nos a considerar a importância de compreender quais os aspectos chave que deixam de ser respondidos com a ausência destes programas, e procurar perceber como assegurar a continuidade de algumas acções que sejam consideradas imprescindíveis para que estas continuem a ser asseguradas.
- Parece haver, nalguns casos, diferenças entre as expectativas das instituições e dos moradores do bairro, nalguns programas de apoio social, o que nos indicia a necessidade de compreender se alguns dos programas oferecidos respondem às necessidades das populações alvo. Nesta qualidade está a limitada oferta de serviços ao domicílio à terceira idade, embora hajam algumas acções neste campo, que provavelmente se poderia adaptar melhor às necessidades deste grupo.
- As maiores barreiras situam-se ao nível do acesso a informação, recursos financeiros, recursos técnicos e humanos e, também, à actuação dos *media*. Não há dúvida que se têm de estabelecer processos informativos claros e transparentes que cheguem a todos os grupos residentes na Cova da Moura, e em especial, que esclareçam quanto às regras de legalização e

acesso aos serviços sociais. É também importante e necessária uma intervenção activa no terreno, de envolvimento dos grupos mais fragilizados e info-excluídos.

- Parece ser também necessário o encorajar de desenvolvimento de capacidade de proximidade de alguns técnicos a trabalhar no terreno, para inverter a grande procura da população de parceiros não especialmente vocacionados para determinados serviços, apenas porque confiam neles (ex: procura da Escola para resolver problemas de ordem familiar e social).
- É clara a existência de dinamismo e recursos multiculturais, que é importante divulgar (ex. criar uma escola de dança africana aberta ao exterior). É importante haver uma intensificação de trocas de conhecimentos e culturas, que poderá, inclusive, partir de acções envolvendo os mais novos.
- O abrir o bairro ao exterior e a falta de transportes colectivos que cruzam o mesmo, reflecte-se numa proposta de um autocarro que cruze o bairro, considerando que pode contribuir para a construção de uma visão mais directa do espaço que hoje é quase exclusivamente usado pelos seus locais. Esta proposta visa inclusive melhorar o conhecimento das ofertas de serviços do bairro e encorajar a utilização dos serviços locais por populações não residentes no local.
- Há uma coincidência dos locais mais procurados e mais evitados, dependendo da utilização e do horário de procura, o que revela a necessidade de políticas que tenham isto em consideração. É nítida a possibilidade de se poderem potenciar os usos dos recursos gastronómicos locais.
- Embora haja oferta na periferia de actividades procuradas pelos mais novos, há pouco encorajamento pró-activo da parte da instituição ofertante, que por vezes inclusive restringe a abertura desta oferta aos residentes do bairro.



Instituições ligadas indirectamente à Cova da Moura

As instituições ligadas indirectamente à Cova da Moura aqui representadas graficamente resultaram exclusivamente do tratamento dos inquéritos conduzidos aos elementos do Grupo de Parceiros Locais.

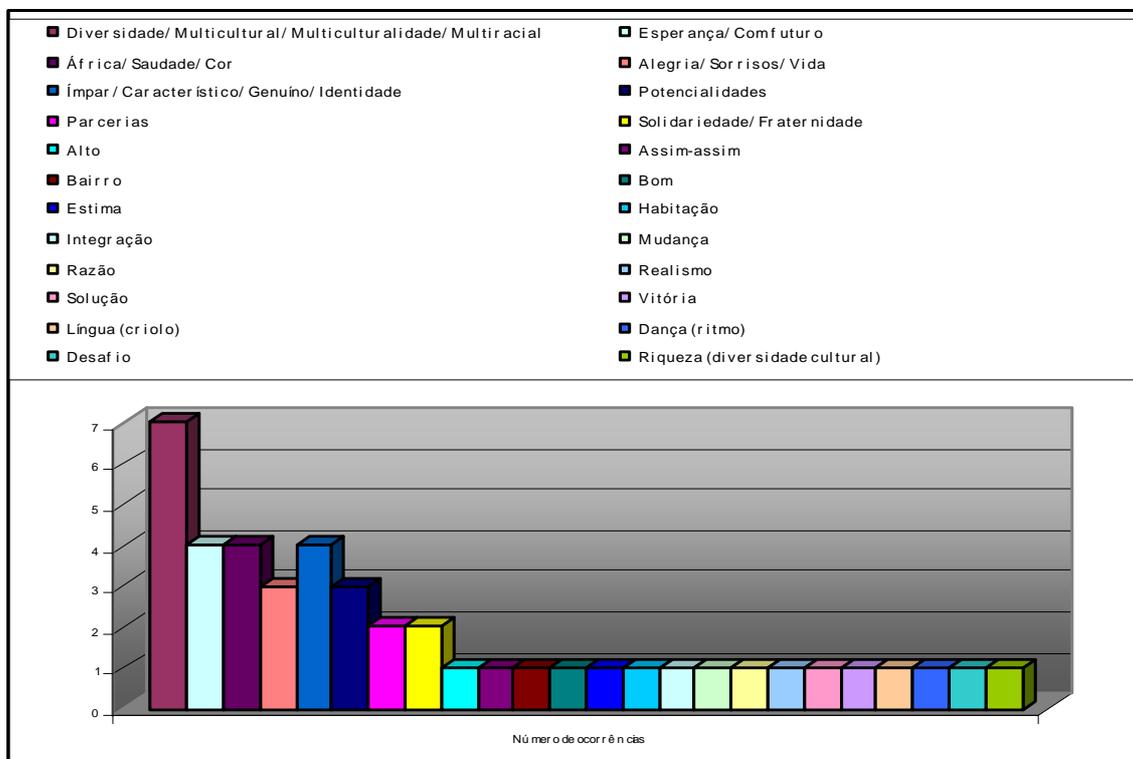
Das palavras-chave identificadas pelos inquiridos foi elaborada a seguinte tabela, hierarquizando os aspectos positivos e negativos de acordo com a frequência com que estas aparecem registadas. Nesta tabela é óbvio que os aspectos marcantes do bairro se ligam à multiculturalidade e a uma alegria de viver, enquanto os aspectos negativos se ligam a inseguranças de ordem vária, onde se inclui uma incerteza quanto ao futuro.

Palavras identificadas <i>Aspectos positivos</i>	Número de ocorrências	Palavras identificadas <i>Aspectos negativos</i>	Número de ocorrências
Diversidade/Multicultural/ Multiculturalidade/Multiracial	XXXXXXX	Drogas/Tráfico	XX
Esperança/Com futuro	XXXX	Desorientação	X
África/Saudade/Cor	XXXX	Isolamento	X
Alegria/Sorrisos/Vida	XXX	Lágrimas	X
Ímpar/Característico/ Genuíno/Identidade	XXXX	Gordo	X

Potencialidades	XXX	Sobre-valorização	X
Parcerias	XX	Incerteza	X
Solidariedade/Fraternidade	XX	Feio	X
Alto	X	Mau	X
Assim-assim	X	Medo	X
Bairro	X	Pobreza	X
Bom	X	Problemático	X
Estima	X	Fechado	X
Habitação	X	Risco	X
Integração	X	Sangue	X
Mudança	X	Violência	X
Razão	X	Suor	X
Realismo	X	llegalidade	X
Solução	X		
Vitória	X		
Língua (criolo)	X		
Dança (ritmo)	X		
Desafio	X		
Riqueza (diversidade cultural)	X		

O gráfico abaixo demonstra que a diversidade cultural existente na Cova da Moura foi mais referida pelo GPL, dentre as palavras que apontam aspectos positivos.

Aspectos Positivos



Por outro lado, as palavras que para o GPL caracterizam o bairro, num prisma negativo, foram: tráfico e drogas.

É curioso constatar que enquanto que os parceiros residentes no bairro ou a trabalhar em proximidade com este têm uma imagem positiva, os outros, mais afastados da realidade do mesmo partilham uma visão desfavorável.

Oferta Cultural

A diversidade cultural aliada à população jovem do bairro constitui um recurso cultural que promove actividades ligadas à música e à dança.

O grupo *Finka Pé*, as mulheres de batuque do Alto da Cova da Moura, obteve um Prémio no Festival do Documentário Europeu. Ligado a Associação Cultural Moinho da Juventude, Finka Pé actuou em 1993 no ACARTE na Gulbenkian e num espectáculo com Cesária Évora, Dulce Pontes e Marisa Monte na EXPO '98. As mulheres continuam a dar em múltiplos espectáculos o testemunho duma arte que existe em Cabo Verde desde o século XVII. A vivência no Bairro do Alto da Cova da Moura contribui substancialmente para a continuação do grupo.

A Festa de Kola San Djon

Muitas são as interpretações desta festa. Alguns dizem que Kola San Djon quer dizer “Saudar San Djon”, outros acham que tem a ver com a dança que se chama “Kolar”. É uma festa que se realiza, principalmente, nas Ilhas de Santo Antão e São Vicente, em Cabo Verde. As influências da cultura africana estão aqui bem presentes, com o som dos tambores, os cantos e a dança, de marcado erotismo. Dança-se ao ritmo dos tambores.

Também a culinária africana constitui um atractivo aos restaurantes existentes no local. Pratos como a Cachupa, a Moamba, o Kalulu e outros, são procurados por grupos de fora do bairro, que se deslocam à Cova da Moura.

É curioso constatar que enquanto que os parceiros residentes no bairro ou a trabalhar em proximidade com este têm uma imagem positiva, os outros, mais afastados da realidade do mesmo partilham uma visão negativa.

6. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA: SÍNTESE E ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

6.1 Questão da Jurisdição Administrativa

O território do bairro estava, no período inicial de ocupação, sob jurisdição da Câmara Municipal de Oeiras, tendo depois integrado o novo Município da Amadora, aquando da sua constituição, em 1979..

Embora a morfologia do território, e o próprio processo de ocupação então em curso, devessem ter aconselhado os decisores a garantir uma unidade na supervisão administrativa o certo é que o bairro acabou por ficar repartido por duas novas freguesias: Buraca ($\frac{3}{4}$) e Damaia ($\frac{1}{4}$).

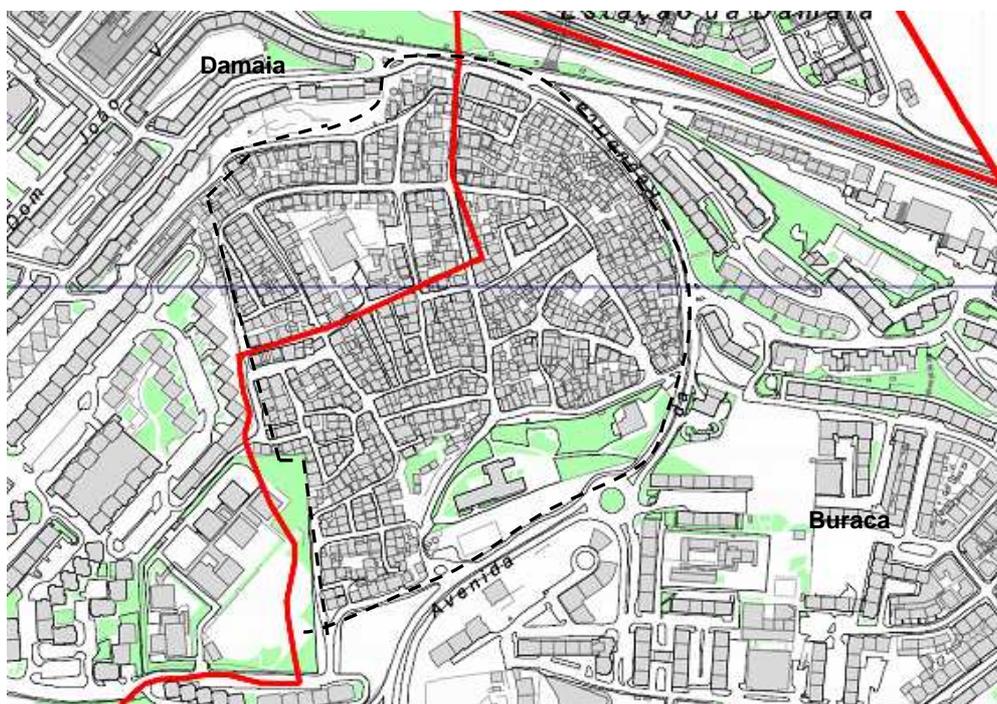


Figura 26 – Planta da divisão administrativa do bairro

A Comissão de Moradores exhibe mesmo um protocolo, assinado pelos dois Presidentes de Junta, acordando, em determinada altura, que o Bairro ficaria sob responsabilidade administrativa da Freguesia da Buraca, posição que a população acaba hoje por aceitar e assumir.

O certo é que esta situação não teve até agora acolhimento legal, sendo evidente que a repartição deste território, com problemáticas tão homogêneas e características, por duas freguesias, não facilita a gestão das problemáticas urbanas e sociais.

Questão Fundiária e Urbanística; propostas e possibilidades existentes

A actual Administração do Município da Amadora entendeu intervir no tratamento desta matéria encomendando a um gabinete de arquitectura (Vasco Cunha, Estudos e Projectos) uma proposta de Plano para o bairro. Este Plano previa a manutenção de uma parte das construções (cerca de $\frac{1}{4}$ da superfície, coincidente com a área de jurisdição da Freguesia da Damaia) e a demolição das restantes (cerca de $\frac{3}{4}$ da superfície, coincidente com a área de jurisdição da Freguesia da Buraca).

Na zona a demolir o plano previa a abertura de novas vias de acesso e atravessamento e novas zonas públicas (8,3 ha) com a criação de espaços verdes (2,0 ha) e espaços para novas construções (1.002 fogos). Considerava-se ainda a afectação de áreas para equipamentos colectivos (1,6 ha).

A população do bairro, organizada através de várias associações numa Comissão de Bairro, reagiu a esta perspectiva de demolição massiva e, mobilizando técnicos de arquitectura e de questões fundiárias, iniciou dois processos:

- i. Um processo de desenho urbano alternativo, precedido de um inquérito geral aos residentes, tendente a demonstrar a viabilidade da manutenção de grande parte das construções, compatibilizando esse desígnio com o melhoramento das acessibilidades e dos espaços colectivos públicos.
- ii. Um processo judicial tendente ao reconhecimento da propriedade do solo, através da figura jurídica do “usocapião”. Este processo envolve, neste momento, segundo informação da Comissão de Moradores, cerca de 70 casas espalhadas por todo o bairro.

Relativamente a estes processos, pode, desde já, avançar-se com alguns pontos condicionantes, qualquer que seja a cultura maioritária de intervenção que venha a prevalecer:

A intervenção no bairro por parte dos poderes públicos (administração Central ou Município) carece de legitimidade fundiária uma vez que se trata de parcelas maioritariamente privadas, sendo duvidoso que os titulares do terreno que actualmente constam do cadastro estejam, eles próprios, interessados em organizar-se para a promoção de qualquer empreendimento. Isto, considerada a necessidade da prévia “limpeza do terreno”, com demolição das construções nele existentes, para que o solo possa (re)adquirir a sua capacidade promocional nos termos do PDM e aí possam ser edificadas novas construções.

Por outro lado, os poderes públicos ao carecerem de legitimidade fundiária terão de envidar esforços para a obter, podendo decidir-se pela eventual aquisição prévia dos terrenos, unificando também desse modo o território a intervir²⁰. O “modus operandi” mais adequado para esta operação parece ser a prévia decisão política sobre o interesse e objectivos da intervenção, mediante uma DUP (Declaração de Utilidade Pública). Em termos práticos, deverá assim encetar-se um processo de negociação entre a entidade pública interessada e os titulares do terreno que, em caso de fracasso, justificará a opção pela expropriação. Para poder negociar ou expropriar os terrenos deverá a entidade expropriante proceder previamente à avaliação dos mesmos e das possíveis benfeitorias neles existentes, ao abrigo do Código de Expropriações. Será com base nesses valores que poderão, numa primeira fase do processo, ser negociadas as indemnizações relativas aos proprietários do solo e, eventualmente, aquelas relativas às construções (benfeitorias) neles existentes.

Este quadro pode permitir, numa base de negociação livre e directa entre as partes envolvidas, resolver a questão com os referidos titulares do terreno (aos quais poderão, por exemplo, ser oferecidos, por permuta, direitos de construção adequados noutros locais) e, simultaneamente, contribuir para solucionar a questão com todos aqueles ocupantes e construtores no bairro que estejam dispostos a sair (quer por desinteresse relativamente ao bairro, quer por estarem instalados em lotes destinados a uso colectivo no âmbito da (re)qualificação do Bairro, quer ainda pelas suas construções não terem condições construtivas mínimas para poderem no futuro vir a ser legalizadas).

No quadro das negociações desta situação, podem igualmente funcionar várias alternativas: o regime de permuta, o regime de realojamento em fogos públicos, condições preferenciais de acesso na compra de fogos de promoção a custos controlados, etc.

Na fase seguinte, com a DUP em vigor, poderá a entidade expropriante obter a autorização para a posse administrativa dos espaços (construídos) que o plano urbanístico que venha a ser aprovado indicar como necessários para a requalificação urbana do bairro, enquanto em tribunal são decididas as respectivas indemnizações.

²⁰ A unificação e delimitação da área de intervenção em termos formais poderá, eventualmente, passar pela delimitação da Unidade de Execução da Cova da Moura, nos termos do artº 120º do DL n.º 380/99 de 22 de Setembro.

Fases Jurídicas para a Legalização e Requalificação do Bairro

- 1) Elaboração de estudo e instrumento urbanístico (eventualmente Plano de Pormenor) que estabeleça o ordenamento do território do Bairro e o seu parcelamento formal, permitindo identificar as áreas em que se justifica a renovação (demolição das estruturas existentes e construção de novas) e das áreas onde é possível legalizar e preservar lotes e reabilitar as construções existentes
- 2) Aguardar a definição dos direitos de propriedade sobre as porções contestadas em Tribunal e que venham a ser alvo de demolição ou reabilitação;
- 3) Caso se entenda avançar com rapidez, apesar da indefinição dos direitos de propriedade, deve-se proceder à atribuição do carácter de urgência à expropriação no próprio acto declarativo da utilidade pública – o que conferirá à entidade expropriante a posse administrativa dos bens expropriados²¹;
- 4) O processo de expropriação poderá justificar-se relativamente à área do bairro (16,5 ha), e outras envolventes, por motivos de enquadramento urbanístico, mas dificilmente se justificará quanto à totalidade das parcelas mencionadas acima (38,54 ha);
- 5) Independentemente do resultado das disputas legais sobre a aquisição da propriedade por usucapião, o processo de obtenção dos terrenos correspondentes à área de intervenção deve adoptar os seguintes passos:
 - a) No caso de envolver entidades públicas (como a Fazenda Nacional: vd. *supra*), o método a seguir é o da afectação dos bens em causa, nos termos do art. 6.º do CExp., com negociação tendo em vista um acordo e, na sua falta, processo de arbitragem;
 - b) No caso de envolver proprietários privados, o método a seguir é o da negociação com os mesmos (art. 11.º do CExp), com eventual recurso a alternativas à compensação financeira (p. ex., permuta de terrenos) – em caso de fracasso da negociação directa, deverão ser accionados os mecanismos conducentes à expropriação;
 - c) Relativamente aos “locadores” e “locatários”, a solução deve passar, p. ex., pelo realojamento em habitação social a construir no bairro, com regime de renda condicionada (garantindo condições para o alojamento na fase de transição), ou

²¹ Nos casos indefinidos, o depósito das verbas relativas às indemnizações deve ser efectuado no prazo de 10 dias a contar do momento em que a disputa se encontre resolvida – dado que existem dúvidas sobre a titularidade dos direitos afectados [vd. art. 15.º e 20.º, n.º 1, al. b), e n.º 5, al. b), e art. 53.º do Código das Expropriações (CExp) – Lei n.º 168/99, de 18/9].

noutro local a designar, ou, em alternativa ao realojamento, por uma proposta de aquisição (vd. art. 9.º, n.º 2, e 11.º, n.º 3, do CExp);²²

- 6) Após a conclusão do processo expropriativo, a Administração local poderá recorrer a programas de realojamento e requalificação, como é o caso, p. ex., do PER (vd. Decreto-Lei n.º 163/93, de 7/5, revisto pelo Decreto-Lei n.º 93/95, de 9/5, pela Lei n.º 34/96, de 29/8, pelo Decreto-Lei n.º 1/2001, de 4/1, e pelo Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28/10), do PROHABITA (vd. Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3/6), ou de um eventual instrumento que venha a substituir o URBAN II ^{23/24};
- 7) Quanto às áreas em que, como se disse, se justifica a legalização, recuperação e reabilitação (tendo em vista os padrões definidos no RGEU e no REBA), os respectivos proprietários devem proceder às necessárias obras, fazendo uso de programas, como, p. ex., o SOLARH (vd. Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9/2);
- 8) Tendo em conta as múltiplas vertentes de intervenção necessárias no bairro (urbanística, económica, social, cultural), pode vir a justificar-se não apenas a aprovação de legislação específica, ajustada às condicionantes do bairro, como também a concertação de esforços, através da celebração de protocolos entre a Câmara Municipal da Amadora e a Administração Central.

Resumindo²⁵:

- i) Delimitação precisa da área de intervenção, cuja propriedade dos terrenos terá de transitar para a entidade pública responsável pela intervenção, por via de negociação ou expropriação (deve ter-se em conta, em especial, os art. 2.º e 3.º do CExp.);

²² Ou, ainda, eventualmente, alternativas como: a) condições preferenciais de acesso à compra de fogos de promoção a custos controlados; b) apoio ao retorno voluntário definitivo de munícipes/imigrantes aos seus países de origem, em troca do pagamento do valor da habitação que têm no concelho.

²³ Note-se que, na Política de Coesão 2007-2013, se prevê a reunião de programas como o URBAN II (FEDER) e o EQUAL (FSE) num só instrumento financeiro (FEDER).

²⁴ Também a iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” (Resol. do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 2/8) poderá gerar instrumentos financeiros úteis à requalificação.

²⁵ O volume 2 deste relatório – Plano de Acção e Modelo de Gestão – detalha, de modo mais claro, este conjunto de procedimentos jurídico-administrativos, enquadrando-os no âmbito de cenários alternativos para a resolução da problemática urbanística do Bairro.

- ii) Negociação com os proprietários dessa área (Fazenda Nacional e privados) e, relativamente aos últimos, caso as negociações não tenham resultados, desenvolvimento de um processo de expropriação;
- iii) Definição das construções a demolir na área, bem como das eventuais compensações a atribuir aos “proprietários”. Realojamento para os demais afectados (“locadores”, “locatários”) ou, em alternativa, proposta de aquisição;
- iv) Reabilitação das habitações (caso isto seja tecnicamente possível) localizadas em parcelas enquadráveis na planta de ordenamento do território do Bairro a elaborar no âmbito de Estudo e Plano Urbanístico - articulação destes espaços com os espaços objecto de renovação (demolição do existente e construção de edifícios novos);
- v) Visando facilitar a legalização e a reabilitação das construções com condições para se manterem no espaço a requalificar, poderá justificar-se a elaboração de legislação menos rígida que permita um período de transição para a adopção das medidas necessárias e a avaliação, caso a caso, da segurança estrutural das construções.

Condicionantes ao modelo de intervenção urbana: questões preliminares

A decisão por um modelo de intervenção urbana com uma maior ou menor área de espaço livre a obter, deve ter em conta vários factores:

- Factor financeiro

A opção pelo realojamento custará ao Estado , por cada fogo, bastante mais do que a regularização das construções e lotes que tiverem condições para ser legalizados.

- Factor social

Não se tratando, ao fim destes trinta anos, e numa grande percentagem de casos, de casas “abarracadas”, mas de construções de alvenaria de tijolo proporcionando um grau elevado de satisfação familiar, os seus construtores revêem-se nelas e consideram-nas como um património pessoal, com valor a vários títulos, e a transmitir aos seus herdeiros. Não estarão seguramente interessados em romper os seus laços sociais locais e em “trocar” este património pelo pagamento de uma renda ao estado, num fogo público.

- Factor económico

Muitos construtores obtêm uma parte importante, e em certos casos exclusiva, dos seus rendimentos através das suas construções, sob a forma de arrendamentos comerciais ou de arrendamentos habitacionais (quartos, partes de casa, etc). Será difícil que aceitem alternativas, onde estes pressupostos económicos não possam ter lugar.

- Factor político

Relativamente à questão política de fundo, existem basicamente dois modelos culturais:

- i. Aqueles que têm sobre o bairro uma “visão negativa”, suportada por justificações estéticas, de segurança, de insensibilidade à marginalidade étnica ou económica, de determinado “conceito de cidade”, etc.
- ii. Aqueles que têm sobre o bairro uma “visão positiva” seja porque lá habitam e gostam, seja porque de qualquer modo dele dependem, seja porque entendem que o bairro tem um “código genético” (o modo específico como se foi desenvolvendo e o particularismo das histórias pessoais e familiares que o ajudaram a construir) e que, por isso, acham injusto e inaceitável “arrasar” as construções que simbolizam essa realidade.

Como o bairro tem grande visibilidade mediática e comporta realidades políticas e sociais diversificadas (ex-retornados, famílias de imigrantes caboverdianos, pequenos grupos de guineenses, são-tomenses e angolanos, imigrantes recém-chegados que residem em quartos e partes de casa arrendadas), numa situação de confronto aberto com os poderes públicos, previsivelmente transportada para a opinião pública pelos “media”, poder-se-á abrir uma “caixa de pândora” que venha a provocar clivagens profundas na opinião pública.

Não parece pois claro, à partida, para qual dos dois lados, em caso de conflitualidade entre a população do bairro e a administração, se inclinaria a opinião pública.

Em qualquer dos casos, o que parece seguro é que quaisquer acontecimentos que fomentem as tensões já existentes no tecido social local, só poderão agravar tensões sociais mais gerais, pondo à prova quaisquer políticas dirigidas à coesão social.

6.2 Questão Habitacional

A exacta avaliação e medida, por um lado, das condições regulamentares e legais e, por outro lado, das condições de habitabilidade sentidas pelos moradores, relativamente às construções onde habitam, é difícil de equacionar no curto espaço temporal pretendido para o presente projecto, embora se tenham incorporado diversos elementos de caracterização no capítulo 3.

Contudo, em termos de interpretação final, é seguro dizer o seguinte:

- À medida que o tempo vai passando as famílias vão sendo compelidas a investir na beneficiação (sobretudo interior) das suas casas, para melhorar as suas condições de habitabilidade.
- À medida que o tempo vai passando os construtores mais afoitos vão ampliando, sucessivamente, os seus prédios, com vista à sua valorização e, designadamente, com vista ao investimento no mercado de arrendamento.
- O crescimento da volumetria não se dá apenas para cima, mas também para o espaço público, uma vez que numa situação de ausência de poder instituído localmente activo, não pode haver nenhuma intervenção de travagem e correcção.
- A travagem deste processo (“espontâneo” e “desordenado”) só será possível num quadro social, urbano e habitacional, totalmente legal.
- A legalização das construções implica a sua legitimação técnica (RGEU e REBA), processo que para ser desenvolvido implicará, muito provavelmente, uma prévia minimização exigencial destes regulamentos, na sua aplicação ao bairro.
- A legalização urbana implica, além da regularização fundiária, uma legitimação dos lotes urbanos, no quadro de um plano urbanístico aprovado.

6.3 Questão do Investimento em Melhoramentos

O bairro recebeu, ao longo dos anos, sobretudo por pressão dos moradores, beneficiações diversas em matéria de arruamentos (grande parte dos arruamentos estão asfaltados), de esgotos (existe uma rede

pública de esgotos em funcionamento), de abastecimento de água (existe uma rede pública de distribuição de água em funcionamento), e de energia eléctrica (idem). A rede telefónica fixa é mais reduzida, mas há que ter em conta o facto de as comunicações se fazerem hoje com amplo recurso às redes móveis.

As casas estão identificadas e existe distribuição de correio. A Câmara Municipal procede à recolha de lixo, existindo vários pontos de recolha no interior do bairro, embora se detectem deficiências ao nível dos tempos de recolha, que têm como consequência a acumulação dos resíduos.

Simplemente o efeito “ de ciclo vicioso” faz-se aqui sentir de forma mais clara. Os poderes públicos irão investir em infraestruturas, nos anos próximos, de forma decidida, enquanto estiver por clarificar o modo mais ou menos pesado, do ponto de vista das demolições, que a intervenção de qualificação urbana irá assumir?

Enquanto não existir, pois, um quadro de intervenção claro, o futuro do bairro complica-se. Isto significa, também, que se continuam por outro lado a manter as boas condições de atractividade, para diversas actividades marginais.

E aqui, uma vez mais, os moradores continuarão a ser os principais prejudicados.

6.4 Questão da Imagem Externa: a imprensa escrita e os vizinhos

6.4.1 A imagem transmitida pela imprensa

O bairro da Cova da Moura tem sido alvo de uma intensa cobertura por parte da imprensa escrita, pelos mais diversos motivos: pela actividade exemplar das suas instituições e, em particular do Moinho da Juventude; pela sua diversidade étnica e cultural; pelas variadas orientações urbanísticas que, ao longo dos tempos, têm sido delineadas para o bairro, sem qualquer concretização; pelos trágicos acontecimentos que vitimaram o agente Irineu Dinis e o residente Ângelo Semedo e, mais recentemente, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 143/2005, diploma que aprova a Iniciativa Bairros Críticos na qual se integra a Cova da Moura.

De forma a tentar perceber de que forma os *media* podem influenciar a percepção do bairro pela população, foram analisadas 70 notícias publicadas nos diversos meios de comunicação escrita,

escolhidas de forma aleatória, nos últimos 6 anos. Esta análise demonstra que 16 notícias são consideradas **positivas**, ou seja, procuram transmitir uma imagem favorável do bairro, de coragem e de esperança num futuro melhor, quer através das actividades e projectos das suas instituições quer das potencialidades dos seus habitantes, relatando não apenas as dificuldades por que passa esta comunidade, mas também os seus sonhos, aspirações e exemplos de sucesso. Das restantes notícias consideradas, 34 foram consideradas **neutras**, limitando-se apenas a relatar de forma isenta os factos ocorridos e 20 foram classificadas como **negativas**. Esta última classificação, mais evidente desde os acontecimentos que vitimaram duas pessoas no bairro, deve-se à existência de artigos ligados à criminalidade e violência; ao desconhecimento do bairro, o que lhe confere uma imagem de gueto e bairro de barracas e à publicação de notícias claramente difamatórias e ofensivas.

No que diz respeito à insegurança, a existência de determinados indivíduos ligados ao tráfico de droga e à criminalidade na Cova da Moura faz com que a população do bairro seja caracterizado desta forma no seu todo. Embora estas notícias não possuam muitas vezes um carácter propositadamente ofensivo, criam um panorama negativo à volta do bairro, caracterizando-o como um bairro impenetrável às forças de segurança onde:

“... impera o tráfico de armas e de droga e onde se escondem criminosos, que chegam a ter mandatos de captura internacionais” (*in* Correio da Manhã, 28/03/2005);

“... os agentes da PSP que patrulham a Cova da Moura (...) evitam o interior do bairro”

“... a polícia apenas avança para o coração do bairro em casos de emergência (...). Nenhum agente está autorizado a andar sozinho pelas ruas da Cova da Moura...” (*in* Correio da Manhã, 24/02/2005);

“... polícias são recebidos por matilhas violentas e por isso batem em retirada até ao limite do bairro problemático (...) onde a ordem pública precária é garantida apenas pelo equilíbrio entre gangs...” (*in* Correio da Manhã, 18/02/2005);

“... não há memória de uma coisa assim...” (*in* Correio da Manhã, 18/02/2005), numa referência ao cenário que levou à morte do agente Irineu Dinis;

“...basta pegar em 200 euros, entrar na Cova da Moura, dirigir-se ao primeiro indivíduo que encontrar e dizer-lhe que quer comprar uma arma. Ele vai procurar e há-de voltar com ela. Muitas vezes (...) ouço tiros lá em cima, na Cova da Moura. É sinal que venderam uma arma e estão a dar tiros para o ar, para ver se funciona bem...” (*in* Diário de Notícias, 18/02/2005) – segundo declarações de um dirigentes nacionais do sindicato dos Profissionais de Polícia.

O bairro é ainda caracterizado como “... um dos bairros do crime na Grande Lisboa...” (*in* Correio da Manhã, 07/03/2005) “...vespeiros de onde os criminosos saem para o saque e onde logo se recolhem...” (*in* Correio da Manhã, 18/02/2005); “sangrento” (*in* Correio da Manhã, 24/03/2005) onde a “vida está ao lado da morte” (*in* Correio da Manhã, 18/02/2005) ou um “bairro de ódio, droga e racismo” (*in* Visão, 13/12/2001). A ligação do bairro a uma certa marginalidade, faz também com que este esteja imediatamente associado a actos de violência praticados noutros locais como é o caso do “arrastão”: “... a Cova da Moura foi associada ao “arrastão” de dia 10 de Junho, na praia de Carcavelos, quando um grupo de jovens agrediu e assaltou banhistas.” (*in* TSF Online, 18/6/2005) e até mesmo utilizado como termo de comparação como é o caso da ofensa à Procuradoria-Geral da República, em que o director do jornal 24 Horas afirma que “... mesmo na Cova da Moura não parece que haja tanto bandido por metro quadrado...” (*in* Diário de Notícias, 23/02/2006).

A divulgação de estudos ou a publicação de artigos que revelam o sentimento de insegurança e até de medo da parte dos habitantes da Amadora relativamente ao bairro e, em particular, aos seus imigrantes de origem africana, são também motivo de desconforto e angústia por parte dos habitantes da Cova da Moura. Como exemplo podemos referir a divulgação dos resultados de um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) publicado na imprensa escrita A Pena (25/07/2002) sob o título “Barreira explosiva -1/5 dos habitantes da Amadora quer expulsar imigrantes do concelho” ou o artigo publicado no Correio da Manhã, em Dezembro de 2001, onde é manifesto o sentimento de insegurança dos habitantes do concelho face aos acontecimentos que levaram à morte de um dos residentes do bairro.

Esta imagem que ressalta das notícias publicadas pelos meios de comunicação social gera um clima de desconfiança, medo e até agressividade na população, não apenas da Amadora, mas da população em geral, que perante os cenários apresentados revela alguma rejeição perante o bairro e até perante os próprios habitantes “... cheguei a ouvir um motorista de autocarro dizer que a solução para a Cova da Moura era um míssil naquilo...” (*in* Diário de Notícias, 18/02/2005). Este estigma afecta particularmente a população residente mais jovem do bairro, conforme é frequentemente referido pelas professoras da Escola EB1/JI da Cova da Moura, uma vez que os alunos são frequentemente confrontados com o facto de residirem na Cova da Moura e associados a maus comportamentos, no âmbito de visitas a locais fora da sua área geográfica e no contacto com outros jovens não-residentes, quer pelo facto de assistirem a referências provocatórias ao local onde habitam por parte da imprensa televisiva, o que os deixa particularmente vulneráveis.

A publicação de notícias que consideram o bairro como um dos mais degradados ou violentos do país, a par de títulos na imprensa onde se pode ler “Cova da Moura só à lei de demolição”, “Lixo da Cova da Moura vai ser um luxo”, “Um bairro sem lei” ou “Vigilância reforçada limpa Cova da Moura” contribuem em larga escala para reforçar o sentimento de exclusão há muito sentido pelos habitantes deste bairro, sendo que em alguns casos demonstram também um claro desconhecimento do bairro, caracterizado-o como bairro de barracas ou “...que apenas tem a rua principal pavimentada...” (*in* Diário de Notícias, 18/02/2005). Embora o teor destas notícias tenha um impacto claramente negativo, alguns artigos demonstram porém alguma preocupação em referir que este é “um bairro-problema com gente boa lá dentro” (*in* Diário de Notícias, 18/02/2005). A publicação de afirmações de carácter ofensivo por parte de algumas figuras públicas são igualmente preocupantes, contribuindo mais uma vez para acentuar este sentimento de abandono e discriminação, como é o caso de afirmações que classificam o bairro como uma “chaga”, um barril de pólvora, inseguro para os moradores e população da envolvente, e que se traduzem na baixa auto-estima por parte dos moradores do bairro e na construção de uma imagem desvalorizada.

Por outro lado, a existência de notícias como a visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde em Janeiro de 2003 ou do antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, em Junho de 2005, revelam-se de extrema importância, uma vez que estas figuras desmistificam o carácter de impenetrabilidade do bairro e funcionam como um exemplo a seguir, ao mesmo tempo que reforçam a auto-estima e proporcionam um sentimento de esperança aos residentes que por momentos deixam de se sentir abandonados por parte do poder público.

De forma a alcançar uma análise mais aprofundada aos artigos publicados, a informação foi considerada segundo os seguintes critérios:

➤ **Tipo de notícia (assunto)**

- Experiências, histórias pessoais e casos de sucesso;
- Descrição do bairro; actividades e papel das associações locais;
- Projectos urbanísticos/ infra-estruturas; posição dos moradores;
- Marginalidade, insegurança e tráfico;
- Outros.

➤ **Anos**

➤ **Avaliação**

Daqui se constatou que as notícias divulgadas tiveram como base a existência dos programas e projectos urbanísticos, como é exemplo a possível inclusão do bairro no Programa Polis, em 2001, o Plano de Pormenor anunciado para o bairro pela Câmara Municipal da Amadora, no período de 2001 e 2002, a candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II, em 2003 e a recente inclusão do Alto da Cova da Moura na Iniciativa Bairros Críticos, assim como as conseqüentes reacções por parte dos moradores. A questão da marginalidade e tráfico de droga aparece igualmente como um dos principais motores para a divulgação de informação que se prende essencialmente com a morte de um jovem do bairro em 2001 pelas forças de segurança e o homicídio do agente Irineu Dinis, em 2005, notícias que trouxeram a lume o sentimento de insegurança sentido pela população do bairro e da envolvente.

ASSUNTO	ANOS					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (até Junho)
Experiências, histórias pessoais e casos de sucesso		XX			X	XXX
Descrição do bairro; actividades e papel das associações locais		X	X	XX	XXX	
Projectos urbanísticos/ infra-estruturas; posição dos moradores	XXX	XXXXX	XXXX		XXXX	XXX
Marginalidade, insegurança e tráfico	XXXXX	XXX			XXXXXXXX XXXXXXXX	X
Outros		X	XX			X

Quadro 34 – Imprensa - Assunto Dominante por Anos (Cova da Moura)

Assim, de acordo com os acontecimentos que tiveram lugar no bairro é fácil compreender que o ano de 2005 seja fértil em notícias onde o bairro surge como um local a evitar, um gueto onde se escondem criminosos e toxicodependentes, segundo muitos. Pode-se assumir que a partir do início de 2005, na sequência do homicídio do agente Irineu Dinis, se entra numa nova fase em termos de representação do Bairro na comunicação social, acentuando-se, bastante, os estereótipos negativos²⁶.

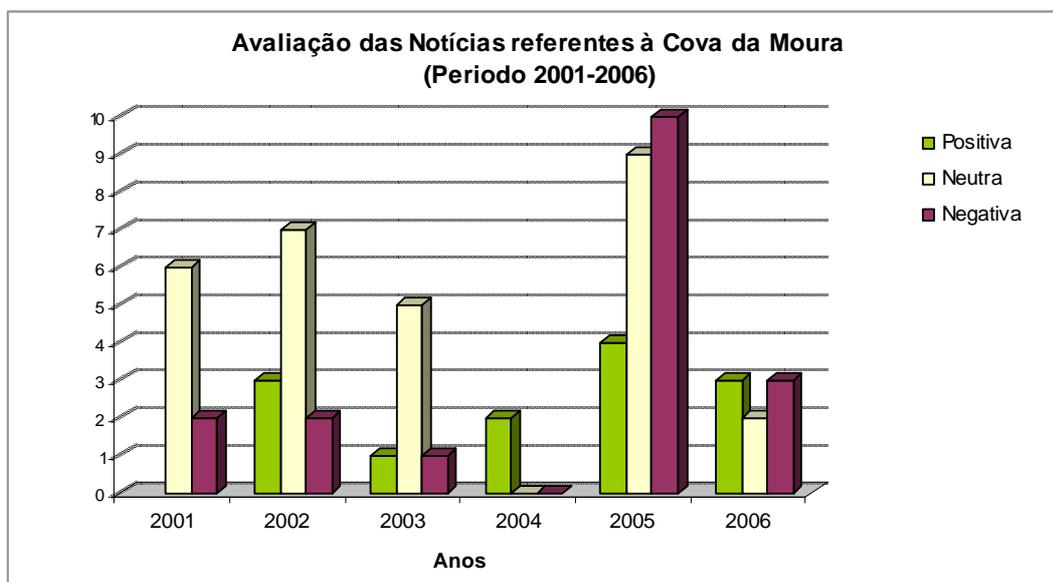
É verdade que neste período e sobretudo em 2006, se detecta a existência de informação favorável à Cova da Moura que, de alguma forma, permite contrabalançar a imagem negativa, pretendendo-se demonstrar “o outro lado”, o lado das dificuldades dos imigrantes em alcançar melhores condições de vida, da riqueza da cultura africana e do esforço incomparável que as associações locais dedicam a esta

²⁶ Uma análise preliminar das notícias veiculadas pelas três estações de televisão generalistas portuguesas (exceptua-se o Canal 2) para o período 2003-2006, efectuada por Gertrudes Marçal (aluna do Mestrado em Estudos Urbanos da FLUL), confirma esta ideia.

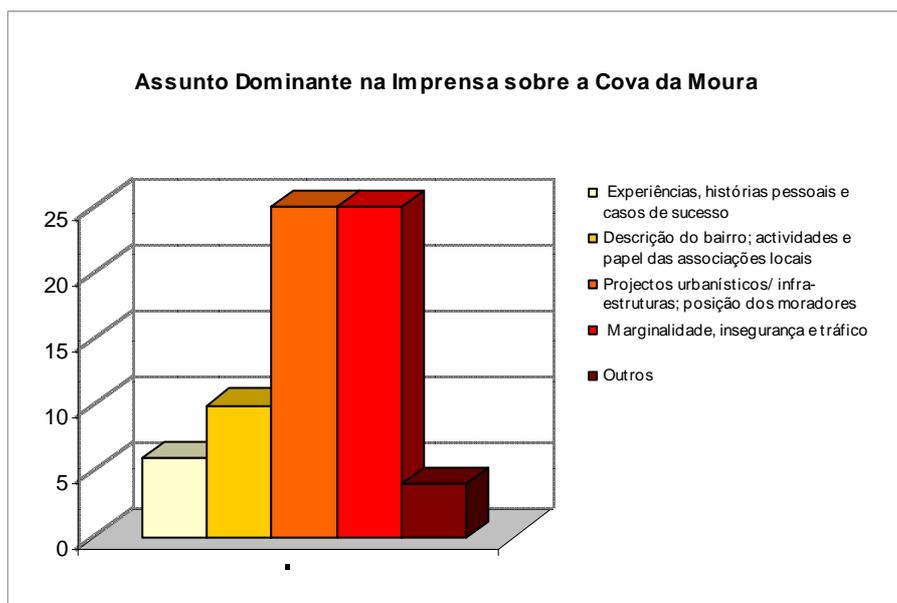
comunidade. A isto junta-se o reganhar de interesse pela dimensão sócio-urbanística, a partir do momento (finais de 2005) em que o Bairro foi incluído na Iniciativa Governamental dos Bairros Críticos.

ANOS	AVALIAÇÃO		
	Positiva	Neutra	Negativa
2001		XXXXXX	XX
2002	XXX	XXXXXXXX	XX
2003	X	XXXXX	X
2004	XX		
2005	XXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
2006	XXX	XX	XXX
TOTAL*	13	29	18

Quadro 35 - Avaliação das Notícias referentes ao Bairro por Anos



* O total considerado não corresponde ao número de artigos consultados, dada a inexistência de informação relativa à data de publicação de algumas notícias.



ASSUNTO	TOTAL	%
Experiências, histórias pessoais e casos de sucesso	6	8,6
Descrição do bairro; actividades e papel das associações locais	10	14,3
Projectos urbanísticos/ infra-estruturas; posição dos moradores	25	35,7
Marginalidade, insegurança e tráfico	25	35,7
Outros	4	5,7
TOTAL	70	100

Quadro 36 - Assunto das Notícias referentes ao Bairro, por Anos

A forma como as notícias são divulgadas pela imprensa afectam de modo particular a Cova da Moura. Num bairro onde a população sofre dificuldades a nível socio-económico, agravadas pela presença de grupos ligados ao tráfico de droga e à marginalidade, estes factores facilmente se traduzem em sentimentos de abandono e de exclusão, que tanto o poder público como a imprensa poderão minimizar. Esta análise pretende assim garantir a necessidade de uma maior responsabilização por parte dos *media* quer na isenção na informação difundida, sobretudo por parte da imprensa sensacionalista, quer pela divulgação de informação que contribua para dignificar e projectar o bairro de forma positiva, através dos seus moradores e associações locais.

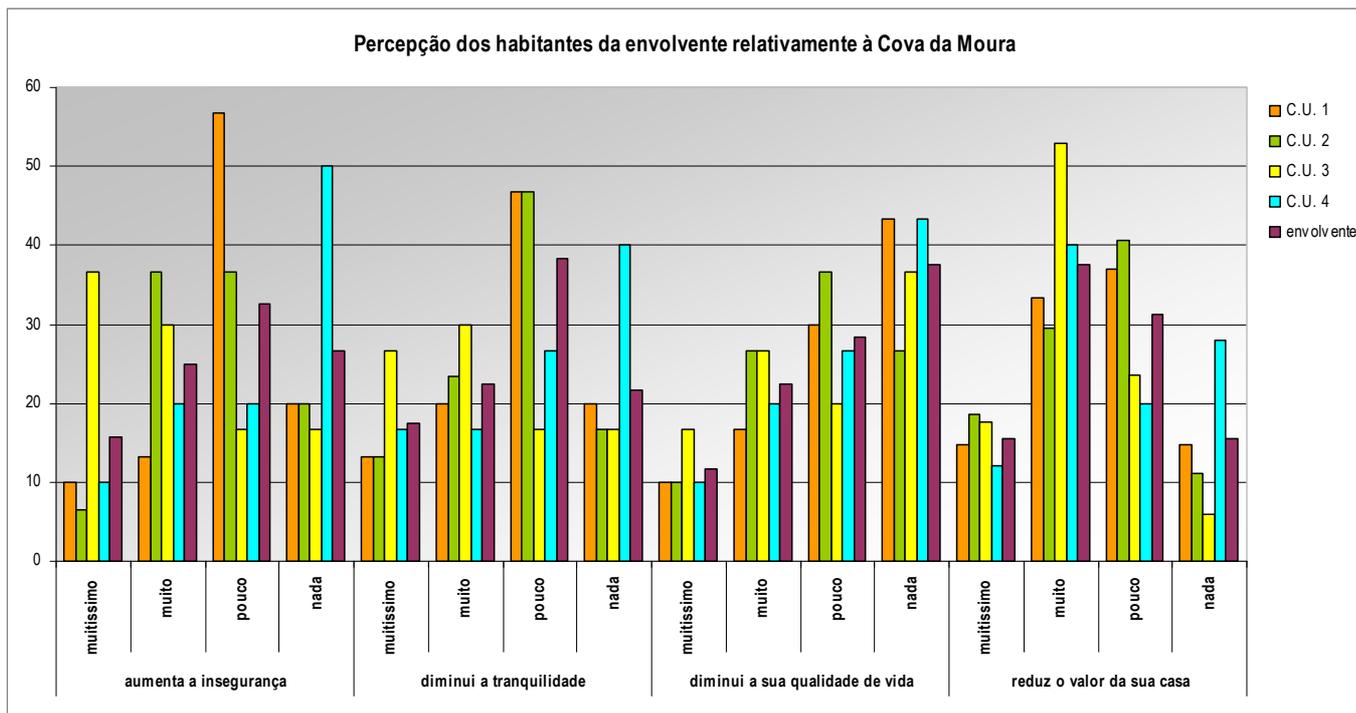
6.4.2 As representações dos moradores da envolvente

No sentido de saber a opinião dos moradores da envolvente e testar alguns preconceitos, foi implementado um inquérito ilustrativo de carácter experimental, à população da envolvente ao bairro da Cova da Moura²⁷. Foram efectuados 120 questionários, distribuídos pelas quatro áreas adjacentes às quatro principais saídas do bairro.

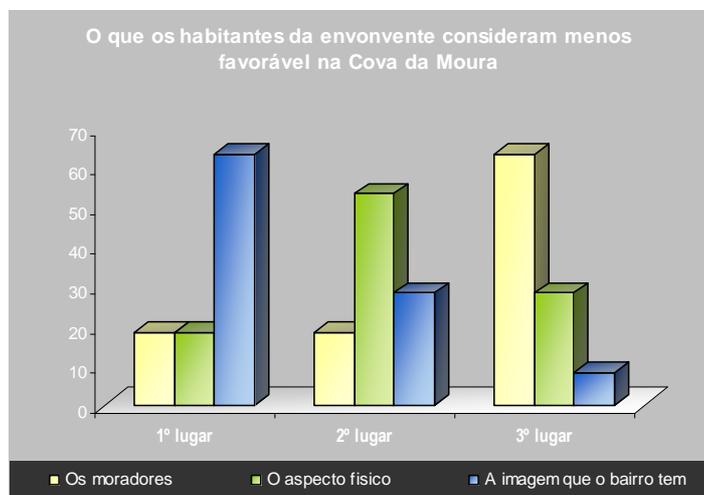
De acordo com os dados recolhidos e conforme se pode observar nos seguintes gráficos, a maioria da população dos conjuntos urbanos CU2 e CU3, situados, respectivamente, a SO e E do Bairro, afirma que a proximidade deste afecta muitíssimo/muito a insegurança, embora a população das restantes áreas se sinta maioritariamente pouco ou nada afectada (ver gráfico abaixo). Quando questionadas sobre o facto da proximidade com o bairro diminuir a sua tranquilidade, a maioria da população da área CU3 afirma que esta diminui muito/muitíssimo, embora a população das restantes áreas não sinta que a sua tranquilidade ou qualidade de vida seja posta em causa pela proximidade com a Cova da Moura. Já no que diz respeito à redução do valor das habitações devido à proximidade do bairro, as opiniões são distintas, uma vez que a maioria dos inquiridos afirma verificar-se uma redução muito ou muitíssimo importante, com destaque, mais uma vez, para os residentes da área CU3.



²⁷ Este inquérito foi elaborado por Carlos Gonçalves, ano âmbito de um trabalho desenvolvido para a disciplina de Problemática Social Urbana do mestrados em Estudos Urbanos da FLUL. Teve a colaboração de duas inquiridoras que trabalharam para o GAT.

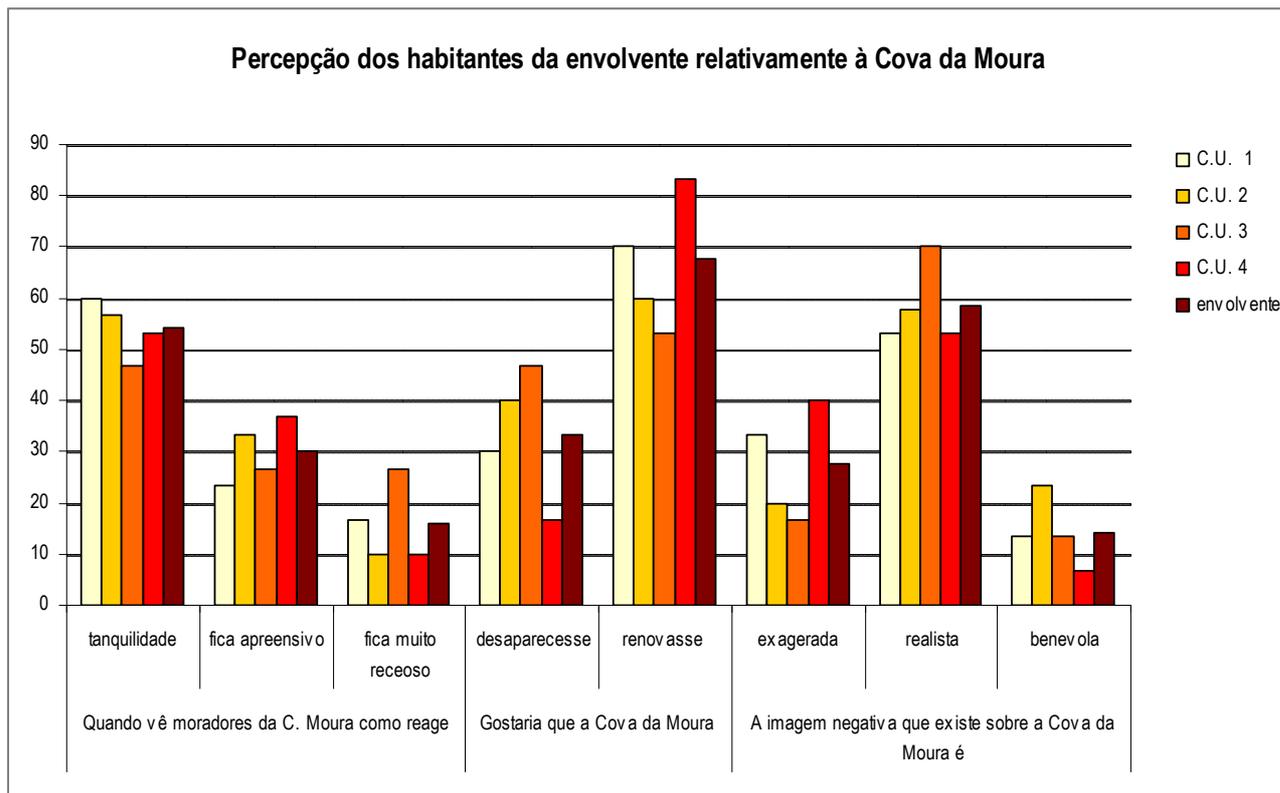


Relativamente à percepção geral sobre a Cova da Moura, os habitantes da envolvente consideram que o aspecto menos favorável do bairro é, em primeiro lugar, a imagem do bairro e em seguida o seu aspecto físico, colocando apenas em terceiro lugar os residentes como factor desfavorável e afirmando sentirem-se tranquilos quando em contacto com os mesmos (embora os níveis de interacção sejam reduzidos e entrem muito raramente no Bairro). Quanto ao futuro da Cova da Moura, cerca de 2/3 gostaria que o bairro fosse renovado²⁸ e não demolido, considerando ainda que a sua imagem negativa é realista, embora exista ainda um significativo número de habitantes que a considere um pouco exagerada.



²⁸ Embora o termo utilizado no questionário fosse “renovado”, explicava-se aos inquiridos que renovado significava, em sede de inquirição, recuperação do Bairro, respeitando a manutenção dos residentes.

No que diz respeito ao relacionamento entre os habitantes da envolvente e os do Bairro, as representações mais negativas e as maiores tensões estão relacionadas com os moradores da CU3, que corresponde à área da freguesia da Buraca, contigua ao Bairro pela parte Leste. Perante este quadro, impõe-se um esforço de promoção da convivência entre estas duas populações, para o qual contribuam as associações locais e a Junta de Freguesia da Buraca, como actores principais.



7. SWOT FINAL (NEGOCIADO E VALIDADO)

A partir do diagnóstico elaborou-se uma proposta preliminar de matriz SWOT para o Bairro. Esta foi progressivamente desenvolvida, incluindo sete domínios de análise considerados estruturantes. O trabalho colaborativo com o GPL permitiu, num primeiro momento, a discussão da proposta de análise SWOT inicial, que foi corrigida com a inclusão de novas sugestões, a correcção de determinados elementos e mesmo a retirada de alguns pontos fortes e fracos considerados redundantes ou pouco relevantes.

Após o trabalho colaborativo, a matriz resultante foi sujeita a uma re-elaboração técnica que, partindo da matriz inicial, incorporou os contributos da reunião de validação com o GPL (ocorrida a 29 de Março), ponderados pelos critérios habitualmente utilizados na construção de uma matriz SWOT. Contudo, esta matriz inclui um acrescento face às análises habituais, uma vez que estabelece uma hierarquização da relevância dos pontos fortes e dos pontos fracos, em função das opiniões expressas pelos participantes na supracitada reunião. Esta hierarquia – identificada com asteriscos – tomou como base as votações dos participantes, sendo considerados como muito relevantes os pontos fortes e fracos que registaram votações superiores à média global adicionada a um desvio-padrão, como relevantes aqueles que obtiveram votações entre a média global e mais um desvio-padrão e como menos relevantes os que tiveram pontuações inferiores à média.

A matriz SWOT hierarquizada com base na aplicação de critérios técnicos foi sujeita a novo escrutínio por parte do GPL, num segundo momento de negociação. Nesta reunião solicitou-se ao grupo de parceiros que verificasse se esta Matriz SWOT traduzia os resultados da construção participada anterior, abrindo-se também a possibilidade para discutir e melhorar certos aspectos, que representavam coerências, contradições ou ideias mal expressas na reunião anterior. No final, da reunião, obteve-se uma Matriz SWOT coerente e tecnicamente sustentada, na qual o grupo de parceiros se revê.

SWOT Final (Validado pelo GPL – Cova da Moura, 3 de Maio, 2006)

	*** Muito relevante	** Relevante	* Pouco relevante
Pontos Fortes (Forças)	Pontos Fracos (Fraquezas)	Oportunidades	Ameaças
DIMENSÃO FÍSICA E URBANÍSTICA			
* Situação topográfica privilegiada em termos de exposição solar e de sistemas de vistas	** Elevada densidade de ocupação e construção nalguns quarteirões		Não consolidação de algumas áreas da encosta com eventuais riscos para o edificado
	* Existência de espaços desordenados e degradados	Revitalização urbanística da área envolvente ao bairro	Aparente manutenção de processos indisciplinados de "novas" construções e ampliações
* Rede viária principal bem identificada, asfaltada e geradora de referências espaciais e centralidade	* Redes de esgotos e água com algumas deficiências de manutenção	Existência de programas como o URBAN II, o PER <i>famílias e Retorno</i> e as <i>Áreas Críticas</i> (Resolução do Conselho de Ministros nº143/2005).	Demolição da Cova da Moura (renovação), assente em PU já existente
	** Rede eléctrica e telefónica aéreas aparentemente desorganizadas e com impacto visual negativo		
	*** Iluminação pública insuficiente nalguns pontos		
	*** Recolha de resíduos sólidos deficiente		
*** Existência de construções susceptíveis de reunir requisitos legais de habitabilidade	** Situações de edificado inacabado e, em alguns casos, com acessos precário e sem condições de habitabilidade	Existência de outras experiências de reabilitação em Portugal (clandestinos, AUGI) e no estrangeiro	
	* Ausência de passeios e de estacionamento; arruamentos mal definidos e subdimensionados		
	* Ausência de espaços públicos, incluindo zonas verdes		

DIMENSÃO “ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR”

<p>*** Localização estratégica: proximidade a Lisboa; boas acessibilidades (rede viária e ferroviária; transportes públicos)</p> <p>Envolvente bem servida de equipamentos, comércio e serviços</p> <p>** Entrada diária de vários técnicos qualificados que trabalham para as instituições locais (associações, Misericórdia, Escola...)</p>	<p>* Ausência de transportes públicos de atravassamento do bairro</p> <p>** Estrutura urbana “virada para dentro” relativamente à envolvente acentuada pela existência de algumas barreiras físicas, sobretudo em relação à Damaia (Rua da Palmeira) e de relativamente poucas entradas abertas e “visíveis” (rede viária interna mal articulada com a externa)</p> <p>** Imagem negativa (insegurança, violência) e existência de poucos serviços percebidos como úteis para a população de fora do bairro limita a entrada desta</p> <p>* “Visitas” frequentes de traficantes e toxicod dependentes oriundos de outros bairros</p>	<p>Rede viária principal interna com capacidade para circulação de veículos</p> <p>Integração do bairro na malha urbana envolvente (criação de “aberturas físicas” ao exterior)</p> <p>Integração da população residente com a envolvente e sociedade em geral</p>	<p>Acentuar do isolamento devido à manutenção de uma estrutura física “fechada” marcada por uma imagem de insegurança</p> <p>Reforço do desinteresse pela ocupação das residências situadas na envolvente devido à má imagem da Cova da Moura e ao incremento do potencial de tensão e dos receios</p>
---	--	--	--

Pontos Fortes (Forças)

Pontos Fracos (Fraquezas)

Oportunidades

Ameaças

DIMENSÃO ECONÓMICA (incluindo mercado de trabalho e condições de acesso a este)

<p>*** Pequeno tecido económico dotado de algum dinamismo, baseado em comércio e serviços de proximidade e, também, em funções que remetem para cultura africana e, em particular, cabo-verdiana (restauração, cabeleiros...)</p> <p>Crescente revitalização económica da área envolvente ao bairro</p> <p>* Acções de formação profissional promovidas pelas associações locais</p> <p>** Importância das hortas urbanas informais (algumas no próprio bairro e outras cultivadas por moradores nas imediações)</p> <p>** Forte investimento dos moradores (financeiro, trabalho...)</p>	<p>** População activa com dificuldades de inserção no mercado de trabalho (com baixas e altas qualificações)</p> <p>* Taxa elevada de população activa com baixo nível de qualificações</p> <p>* Ausência ou reduzida presença de pequenos equipamentos que contribuem para reforçar a “dimensão urbana” do bairro (Multibanco, correios...)</p> <p>* Existência de redes de tráfico de estupefacientes</p> <p>*** Situações de subarrendamento especulativo; exploração de residentes</p>	<p>Saber-fazer e experiência profissional de muitos residentes no domínio da construção civil</p> <p>Desenvolvimento das experiências no domínio do turismo étnico</p> <p>Experiências de instalação de pequenas empresas</p> <p>Recurso ao micro-crédito</p>	<p>Dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho</p> <p>Crescimento dos níveis de desemprego, sobretudo entre os jovens</p> <p>Clima de incerteza em relação ao futuro do bairro</p>
---	---	---	---

DIMENSÃO SOCIAL

** Existência de um capital humano muito jovem com um bom aproveitamento escolar	* População com baixos níveis de escolaridade; elevada taxa de abandono escolar (forte rotação dos alunos ao longo do ano)	Presença regular de técnicos qualificados que colaboram com as instituições com actividade no Bairro	Aumento do número de jovens em situação de risco e de insucesso e abandono escolar
** Forte sentido de comunidade, vizinhança e interajuda	** Presença visível de traficantes e consumidores de estupefacientes	Prevenção da criminalidade e toxic dependência	Aumento do sentimento de medo e insegurança no bairro
* Forte sentido de mobilização dos moradores	*** Elevados níveis de criminalidade e insegurança ** Déficit de policiamento no bairro	Existência de programas e parcerias no âmbito do EQUAL e de outros programas	Tensões e conflitos causados pela ausência de identificação das novas gerações com os valores culturais dos seus progenitores e dificuldade de integração no seu próprio país
** Existência de equipamentos no bairro: escola primária, lar de 3ª idade, ATL, creches e infantário	*** Insuficiência de alguns equipamentos destinados à infância e juventude (parques infantis, jardins de infância/creches, ATL, equipamentos desportivos) ** Déficit de equipamentos e serviços para a 3ª idade	Programas de policiamento como "Policiamento de proximidade" e "Escola Segura"	Aumento da presença de imigrantes em situação irregular
* Redes de solidariedade familiares (avós) e de vizinhança importantes no processo de acompanhamento das crianças	* Sobre-representação das mães adolescentes com efeitos ao nível do abandono escolar e do acompanhamento das próprias crianças (deixadas com irmãos mais velhos) *** Estigmatização do bairro; imagem que se reflecte negativamente nas oportunidades dos residentes		

Pontos Fortes (Forças)

Pontos Fracos (Fraquezas)

Oportunidades

Ameaças

DIMENSÃO CULTURAL E SIMBÓLICA

** Identidade cultural forte – celebração de datas festivas dos calendários português e cabo-verdiano (e.g. Carnaval, Santos Populares, Kola San.Djon)	** Carências de espaços para desenvolver e apresentar actividades culturais	Visibilidade mediática do bairro	Estigmatização do bairro; imagem negativa do bairro que se reflecte nas oportunidades de emprego
* Oferta cultural ligada às tradições africanas (e.g. música, dança, artesanato, gastronomia) e às culturas periféricas apoiadas no hip-hop		Simbolismo do bairro: - Ligado ao processo de retorno de cidadãos portugueses das ex-colónias e ao esforço dos protagonistas; - Ligado à cultura africana e cabo-verdiana	Possível fechamento cultural
* Experiências de eventos culturais arrojados e inovadores relacionados com a presença de artistas exteriores ao bairro			
* Iniciativas no âmbito do turismo étnico			

DIMENSÃO JÚRIDICA E “TECIDO INSTITUCIONAL”

** Tecido associativo dinâmico e experiente, com forte capacidade técnica e relacional

Capacidade das associações ultrapassarem divergências e gerarem estratégias comuns fortes

* Lideranças associativas

*** Construção do bairro sobre propriedade privada / indefinição quanto à propriedade dos terrenos

Divisão administrativa do território (duas freguesias)

Espaço-desafio ao poder instituído – desenvolvimento de soluções localmente muito participadas -

Abandono do bairro pelas entidades públicas e pelo poder político – estratégia de desvalorização “sem remédio” Eternização da Cova da Moura como “estudo de caso”, associado à não concretização de projectos efectivos Interrogações quanto à capacidade das lideranças futuras

DIMENSÃO “CAPITAL SOCIAL”

* Rede relacional do tecido associativo – ligação a outras organizações nacionais e estrangeiras)

* Capacidade de algumas associações em mobilizarem actores externos ao bairro, nacionais e estrangeiros (técnicos, artistas, juristas, etc.)

* Instituições com capacidade de mobilização das populações – confiança das populações nas instituições

* Presença sistemática de técnicos nacionais e estrangeiros ligados a associações, a projectos, a universidades...

* Transnacionalismo dos imigrantes – relações com cabo verde e com outros países

8. REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE INTERVENÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA EXECUTADA NOUTROS PAÍSES

Pensar a qualificação de espaços urbanos degradados implica, por um lado, a definição de uma estratégia espacial de articulação urbanística, ambiental e infra-estrutural, e por outro, uma intervenção ao nível social, através da mobilização da população para a participação na definição e acompanhamento de programas que visem a captura de recursos e investimentos que garantam uma equidade social.

De forma a retirar alguma aprendizagem com as experiências de sucesso que têm sido conseguidas ao longo dos tempos, em diversas áreas críticas urbanas, como é o caso de algumas intervenções que têm sido feitas no Brasil, foi elaborada uma pesquisa de acções/intervenções, que poderão fornecer referências e pistas interessantes para as medidas, os projectos e as opções de intervenção a implementar na Cova da Moura.

Programas de Política Habitacional – A Experiência Brasileira

A partir de 1994, a **Secretaria Municipal de Habitação** (Brasil) desenvolve e implementa sete Programas de Política Habitacional²⁹, entre eles o Programa “Favela-Bairro” que iremos de seguida analisar.

A - Favela-Bairro

Reconhecido como um dos mais conceituados programas de urbanização de áreas críticas³⁰, o Favela-Bairro foi criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1993, sendo coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação. Funciona como instrumento para a integração urbanística e social, de forma a reverter o quadro de degradação urbana que geralmente acompanha, a construção habitacional espontânea por parte de grupos de baixo poder económico. A cidade do Rio de Janeiro tem cerca de 5,5 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente um milhão de pessoas vive nas favelas e quinhentas mil em loteamentos irregulares/clandestinos. A grande parte da população mora em condições ambientais e urbanísticas precárias, tanto em relação à habitação como quanto à

²⁹ Estes Programas são “Favela-Bairro”, “Regularização de Loteamentos”, “Regularização Fundiária e Titulação”, “Novas Alternativas, Vilas e Cortiços”, “Morar sem Risco”, “Morar Carioca” e “Bairrinho”

³⁰ O Favela-Bairro também foi escolhido entre os melhores projectos do mundo e apresentado na Expo 2000, em Hannover, Alemanha. O prémio permitiu que o Favela-Bairro use a marca do evento - Expo 2000 Hannover, Registered Project of the World Exposition Germany -, enquanto selo de qualidade e reconhecimento internacional.

insuficiência, em maior ou menor grau, de infra-estruturas, bens e serviços públicos que constituem o padrão da cidade contemporânea. O objectivo deste programa, é ir além da prática comum de resolver somente os problemas habitacionais substituindo-a pela noção da superação de défice urbano através da "produção de cidade". Ou seja, substituir a acção isolada de construção de habitação pela organização de uma estrutura urbana integrada, onde a população, excluída dos serviços públicos, passe a fazer parte da dinâmica funcional e vital da cidade formal.

Concretamente este programa traduz-se na implementação de melhorias do ponto de vista urbanístico, o que inclui obras de infra-estruturação urbana, acessibilidades e criação de equipamentos urbanos que visam obter ganhos sociais, promovendo a integração e a transformação das favelas em bairros, sempre em permanente discussão com a comunidade. Como objectivos complementares ao Programa Favela-Bairro, criaram-se os programas de **Regulamentação Fundiária e de Geração de Renda**, a serem implementados posteriormente à execução das obras realizadas nas favelas seleccionadas.

Para atingir o objectivo de intervir em 60 favelas e 8 loteamentos em 4 anos, foi criado o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP-RIO), co-financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com a participação do BID, foram investidos 300 milhões de dólares, numa parceria de 40 % da responsabilidade da Prefeitura e 60 % do BID. Actualmente o Favela-Bairro conta já com US\$ 600 milhões, resultantes de dois contratos assinados com este Banco, que considera o projecto um projecto modelo e um exemplo de políticas públicas no combate à pobreza e à exclusão social. A Prefeitura está ainda a negociar com o BID o terceiro contrato do Programa no valor de US\$ 400 milhões.

A implementação do programa e nomeadamente das acções passam, numa fase inicial, pela definição de metas e critérios de actuação, tais como:

- a delimitação criteriosa do problema e área de intervenção,
- a definição de metas imediatas ou menos imediatas,
- a formulação detalhada do programa de acções,
- a identificação das fontes de financiamento / parcerias,
- a definição de metodologias de implementação,
- a previsão de articulação com outros programas (municipais, federais, etc...),
- a definição do arranque do processo.

Em termos práticos, as principais acções para integrar as áreas de favela no tecido urbano da cidade formal são, nomeadamente:

- a. Desenhar a estrutura urbana, respeitando a história, cultura e especificidades da área a intervir;
- b. Introduzir os valores urbanísticos da cidade formal: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos;
- c. Consolidar a inserção das favelas no processo de planeamento da cidade/relação com a envolvente;
- d. Implementar acções de carácter social, através da implantação de equipamentos escolares, desportivos, culturais e de lazer, de programas de apoio ao emprego e de desenvolvimento de competências;
- e. Promover a regularização fundiária.

Em 1994, a Secretaria Municipal de Habitação organizou, em colaboração com o Instituto dos Arquitectos do Brasil, um concurso de metodologias para a intervenção em 18 favelas. A iniciativa constituiu uma inovação pela presença de 15 equipas lideradas por urbanistas que participaram num concurso de ideias, e que integravam tanto gabinetes de jovens profissionais como de arquitectos de prestígio, que pela primeira vez se dedicaram a projectar para as camadas mais pobres da população. Outro factor importante é que as transformações urbanísticas e arquitectónicas são acompanhadas por uma acção de conteúdo social que permanece na favela.

O primeiro elemento importante destas transformações é a criação do **Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO)**, onde a Prefeitura está representada por um arquitecto e um assistente social, e conta com a colaboração da comunidade para ajudar os moradores nas possíveis intervenções no espaço público e privado. O segundo é a criação de um **centro profissionalizante** para artesãos e técnicos, e **tele-salas** de ensino à distância para jovens e adultos, como uma forma de promover a educação e capacitar os indivíduos para a procura de empregos mais qualificados, ambos coordenados pela Secretaria Municipal de Trabalho. O terceiro é o apoio ao **estabelecimento de cooperativas** para fomentar e organizar as actividades comerciais da comunidade. Com a regularização da situação fundiária e a disponibilização de infra-estruturas, a favela passa a dispor de serviços públicos que a identificam com a cidade "formal": educação, saúde, desporto, rede de águas e esgotos, recolha de lixo, telefone, etc.

Os **Postos de Orientação Urbanística e Social** são instalados nas comunidades na fase final do Favela-Bairro. Integram equipas de arquitectos, engenheiros, assistentes sociais e membros da comunidade, que actuam de forma a orientar os moradores para a importância da preservação dos espaços públicos e dos equipamentos implantados. O POUSO também actua na regularização fundiária. O processo de regularização fundiária nas comunidades do Favela-Bairro é iniciado pelo

reconhecimento dos lotes, sendo esta uma medida fundamental para que as ruas tenham morada oficial e sejam reconhecidas no mapa da cidade. O Pouso desenvolve também uma legislação urbanística específica para essas comunidades. Com a finalidade de assegurar a presença do poder público nas comunidades, o Pouso tem a função de se articular com órgãos responsáveis pela recolha de lixo, instalação e manutenção da rede eléctrica, fornecimento de água e outros serviços públicos.

Cabe igualmente à equipa do Pouso orientar as novas construções ou ampliações, de forma a evitar que sejam feitas em áreas públicas ou em locais de risco, mantendo assim o alinhamento das fachadas. O trabalho dos técnicos visa ainda impedir o crescimento de novas construções que não estejam contempladas no plano.

Creches construídas no âmbito do Programa Favela-Bairro (reaproveitamento de antigas construções)



Dois de Maio
Sampaio

Morro do Chacrinha
Tijuca

Te Contei
Parada de Lucas

Urbanismo

A integração da favela no contexto urbano significa dotá-la das mesmas estruturas básicas do espaço formal ou garantir condições de acessibilidade no recurso às mesmas. Assim, estes projectos procuram dar resposta a um conjunto de carências, considerando de forma integrada os problemas de infraestruturação (implantação de saneamento básico), acessibilidades (abertura e pavimentação de ruas), incorporação de equipamentos e serviços de carácter cultural e desportivo de interesse comunitário, incluindo também os aspectos de regularização fundiária e normas de edificabilidade e uso/ocupação do solo, passando ainda por acções de realojamento de famílias que se encontram em áreas de risco, contenção e reflorestamento de encostas, construção de marcos limítrofes de forma a evitar a expansão, definição de lotes, etc. Ou seja, a intervenção permite garantir uma visão de conjunto, coerência, integração e transdisciplinidade dos problemas a serem equacionados, dentro de um complexo quadro de actuação, onde os projectos resultam de um diálogo permanente com os múltiplos interlocutores e são aprovados pelos próprios moradores em assembleia pública.

Desta forma, o desenho urbano deixa de ser encarado como uma estrutura desordenada e desarticulada com a envolvente e passa a funcionar segundo uma composição lógica formal e articulada, na qual são desenhadas praças e locais de convívio, segundo uma estética e imagem dignificadas, que funcionam como espaços que propiciam o encontro e o acesso à cidadania. A introdução de espaços colectivos, percursos definidos pelos pavimentos diferenciados, o enaltecimento da arquitectura, transmitido pelas formas, volumetrias e cores, a prioridade na construção de equipamentos e serviços comunitários são, sem dúvida, referenciais que devem ser ressaltados nestas intervenções, onde se espelham os fluxos naturais, referências e identidades da vida quotidiana destas favelas.

Em suma, a questão física também passa por encarar o urbanismo e a arquitectura como função social capaz de permitir o acesso à cidadania, tornando possível a qualidade dos espaços públicos quotidianos, o que influencia positivamente a auto-estima dos cidadãos. Neste sentido, mostra-se de extrema importância a criação de um espaço público articulado, capaz de reforçar ou potencializar as diversas centralidades, no seu valor simbólico, estruturados com base nas actividades, formas de convívio e intercâmbio entre as diferentes comunidades.

Acção Social

As acções de carácter social são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Habitação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência (SMAS). Paralelamente à intervenção física são implementados programas de atendimento à criança e ao adolescente e de apoio ao emprego. As acções abrangem o reforço escolar, o acompanhamento de jovens que vivem na rua, a violência doméstica, a gravidez precoce e a prevenção ao uso de drogas. A SMAS também actua na administração das creches construídas no âmbito do Favela-Bairro.

Relativamente ao apoio ao emprego, a Prefeitura desenvolve programas de incentivo à escolaridade, apoio ao primeiro emprego para jovens, qualificação de adolescentes na área cultural e capacitação profissional para mulheres com idade acima de 40 anos. O Programa também dispõe de uma Central de Trabalhadores Autónomos (Cenata) que oferece os serviços profissionais de pintores, electricistas, entre outros, residentes nas comunidades abrangidas pelo programa.

Regularização fundiária

A regularização fundiária possibilita o direito à propriedade, beneficiando os moradores - a maioria de baixos rendimentos, permitindo que estes tenham, entre outros direitos, um imóvel reconhecido administrativamente pela prefeitura e referências de crédito em instituições bancárias e comerciais - e a cidade, que passa a ter o controlo urbanístico e tributário do local. Para que as famílias adquiram o

direito à propriedade, a Prefeitura utiliza instrumentos legais disponíveis, como o usucapião, concessão do direito real de uso, termo de doação (áreas municipais) e transferência da propriedade por acordo entre proprietário e ocupantes.

Actualmente, a Secretaria Municipal de Habitação está a negociar com o governo federal a transferência para o Município de 30 áreas ocupadas por favelas (urbanizadas ou em processo de urbanização) e conjuntos habitacionais. O objectivo é entregar o título definitivo da propriedade às famílias que residem nessas áreas, muitas ocupadas há mais de 50 anos.

Nas áreas urbanizadas pelo Favela-Bairro, a Secretaria Municipal de Habitação está a proceder a um minucioso levantamento dos lotes. Um exemplo é a Quinta do Caju (Caju), totalmente regularizada, onde 843 famílias receberam os títulos de propriedade. O local foi urbanizado e transformado numa área municipal regularizada. A Quinta do Caju agora tem legislação de uso e ocupação do solo, com parâmetros urbanos como qualquer outro bairro formal da cidade. Para as 1.982 famílias transferidas de áreas de risco e realojadas em casas construídas pelo Programa Morar Sem Risco, a Prefeitura promoveu a regularização da propriedade através da concessão do Direito Real de Uso. Nos 148 loteamentos regularizados pela Prefeitura, cerca de 36 mil famílias já estão em condições de obter o título de propriedade dos lotes no Registo Geral de Imóveis.

De forma a agilizar este processo, foi criado o **Núcleo de Regularização de Loteamentos**, um canal de articulação entre moradores, lideranças comunitárias, técnicos da Prefeitura, Estado e Governo Federal. As reivindicações debatidas e aprovadas pelos seus integrantes são encaminhadas para um órgão responsável pela resolução dos problemas e ao Programa Morar Legal da Secretaria Municipal de Habitação, que actua na regularização urbanística e fundiária dos loteamentos inscritos no Núcleo.



Fig. 27 - Reunião do Núcleo de Regularização de Loteamentos

O Núcleo tem as suas acções fundamentadas na participação popular nas suas assembleias. Bimestralmente, são realizadas reuniões plenárias, abertas a todos os participantes, num auditório.

Participam também nestes encontros representantes de diversas entidades ligadas à administração central, com responsabilidade no processo. A participação da comunidade dá-se em cada etapa das intervenções do Programa. Através destas reuniões do Núcleo, os moradores participam, dando sugestões e tomando decisões referentes ao processo de regularização urbanística e fundiária dos seus loteamentos.

Além desses encontros, representantes do Conselho de Moradores e de órgãos públicos realizam reuniões paralelas para discutir ou encaminhar temas específicos. Podem ainda ser promovidas assembleias nas comunidades, para esclarecer dúvidas em relação ao projecto e respectivas obras - antes e durante as intervenções.

A disponibilização de uma página na Internet, permite também, de certa forma, envolver as comunidades no processo, mantendo-os informados sobre o desenvolvimento dos trabalhos assim como agilizar os processos de regularização de loteamentos. Relativamente à consulta sobre questões fundiárias, este site permite operações como:

▶ **NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS** - canal de articulação entre o poder público e os moradores de loteamentos regularizados pela Prefeitura.

▶ **COMO SE INSCREVER NO NÚCLEO**

▶ **CONSULTA SOBRE LOTEAMENTOS** (permite consulta de loteamentos inscritos no Núcleo)

▶ **NÃO SEJA ENGANADO COM LOTEAMENTOS CLANDESTINOS**

▶ **CALENDÁRIO DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO NÚCLEO**

▶ **LEGISLAÇÃO**

▶ **RELAÇÃO E TELEFONES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO NÚCLEO**

B - Programa Morar Legal

O Programa “Morar Legal” actua na regularização urbanística e fundiária dos loteamentos irregulares inscritos no Núcleo de Regularização de Loteamentos da Prefeitura. A Prefeitura regularizou 156 loteamentos, e permitiu aos moradores condições para obterem os títulos de propriedade dos seus lotes.

O “Morar Legal” conta com R\$ 105 milhões³¹ financiados pela Prefeitura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Caixa Económica Federal (CEF). As acções deste programa abrangem a execução de acções de saneamento básico, pavimentação, iluminação, construção de creches, praças, áreas desportivas e arborização.

No âmbito da regularização fundiária, o “Morar Legal” também elabora ou modifica o Projecto Aprovado de Loteamento (PAL), procedendo à sua inscrição no Registro Geral de Imóveis (RGI). Após a regularização os loteamentos são encaminhados para registro no cadastro do IPTU.

Para concretização do processo de regularização, os loteamentos são declarados como **Áreas de Especial Interesse Social**, através das leis municipais 2120/94, 2837/99, 3121/2000, que criaram padrões urbanísticos especiais, permitindo um processo de regularização mais rápido e eficiente.

Participação Comunitária

A Coordenação de Participação Comunitária é uma entidade que tem como meta a consolidação da política habitacional do Município nas comunidades urbanizadas pelos programas da Secretaria Municipal de Habitação. Recrutados na própria comunidade, os agentes comunitários têm formação dada pela Prefeitura, com o objectivo de consciencializar os moradores sobre os benefícios das obras a realizar.

Visa também incentivar a preservação do espaço público, o controlo das áreas de forma a evitar novas construções, além de promover o fortalecimento da organização comunitária, estimulando a formação de Conselhos de Moradores.

O Mutirão Obras Comunitárias é um dos mais antigos e eficientes programas de urbanização da Prefeitura. Empregando, sempre que possível, mão-de-obra da própria comunidade, o Mutirão Obras Comunitárias recupera espaços ociosos em pequenas áreas de loteamentos, favelas e vilas existentes na cidade.

³¹ Corresponde, aproximadamente a 40 milhões de euros.

LIÇÕES APRENDIDAS COM OS CASOS ILUSTRATIVOS

Os programas que têm vindo a ser realizados no âmbito da integração das favelas brasileiras no tecido urbano possuem um mérito reconhecido a que não devemos ficar alheios pelo que devemos considerar os seus resultados e ensinamentos e adequá-los a uma lógica local.

Ao contrário do que é comum na prática do planeamento, a Iniciativa Bairros Críticos possui também alguns princípios e intenções inovadores que se assemelham aos do programa “Favela-Bairro”, tanto nos objectivos como no processo, designadamente através da procura de resolução dos problemas de forma integrada, com a participação efectiva das comunidades locais e o envolvimento da administração local e central. Os problemas são comuns e complexos e reflectem-se em várias dimensões, desde a regularização fundiária, às baixas condições sócio-económicas, passando por uma fragilidade ao nível das habitações, equipamentos e do próprio espaço público, factores que acabam por originar também um problema de estigmatização dos próprios bairros, que afecta profundamente as populações residentes.

Assim, a necessidade de intervenção nestas áreas revela-se urgente, quer ao nível urbanístico quer ao nível social. É indiscutível a necessidade de parcerias quer por parte dos agentes públicos - administração central e local – quer dos agentes privados e o envolvimento da própria comunidade para alcançar com sucesso os objectivos traçados por estas experiências. A presente análise pretende dar a conhecer um dos muitos casos de sucesso e fazer-nos reflectir sobre o que foi alcançado e abrir portas para novas formas de intervenção que garantam a qualidade de vida das populações.

9. QUESTÕES DOMINANTES E PILARES DO PLANO DE ACÇÃO

9.1 Síntese de Questões-chave

A partir do diagnóstico atrás apresentado, é possível sintetizar o conjunto de problemáticas e questões-chave que aparecem associadas ao Bairro, designadamente:

- **Regularização fundiária**

Os assentamentos construídos envolvem diversas parcelas (6) ao longo de uma área com 16,5 ha. São parcelas públicas (Fazenda Nacional) e privadas, sendo que duas delas, pertencentes ao mesmo dono, representam 70 % da área matricial envolvida.

A regularização desta situação, que se tem arrastado ao longo dos anos, é hoje do interesse de todos os envolvidos (proprietários de terrenos, moradores, autoridades administrativas) sendo que sem esta questão resolvida, nada de perene poderá ser feito no bairro.

- **Reabilitação urbana e da habitabilidade das construções**

Estas questões colocaram-se logo nos primeiros tempos. Uma vez que os assentamentos não foram precedidos de planeamento urbanístico, nem as construções foram precedidas de projecto. O desenrolar do processo ficou a dever-se à iniciativa dos ocupantes dos terrenos e à sua auto-capacidade de resolução destas questões, que exigem algum domínio técnico.

Há, no entanto, testemunho de iniciativas populares de preservação de espaços (para a construção da futura escola e do futuro clube desportivo, designadamente).

Relativamente a arruamentos e a espaços urbanos públicos, como seria de esperar, a ocupação não conseguiu garantir uma qualidade que satisfaça as actuais aspirações e necessidades da vivência colectiva, pelo que o problema da sua requalificação é uma das questões que se coloca.

Esta (re)qualificação implicará, necessariamente, a demolição de algumas das construções existentes, designadamente porque a densidade de alguns quarteirões, a qualidade das suas construções e a estrutura urbana existente, não são susceptíveis de reabilitação. O enquadramento destas operações de renovação no âmbito da futura proposta urbanística, é, portanto, uma das questões centrais a ter em conta no futuro modelo de intervenção.

Relativamente à habitabilidade das construções, o processo de auto-construção não implica necessariamente um sentimento de baixa qualidade por parte dos utilizadores, pese embora a não obediência provável de muitos espaços à legislação de licenciamento em vigor.

Esta é uma outra questão a ter em conta, sendo que para facilitar o licenciamento e a legalização deste tipo de espaços têm sido debatido nos círculos técnicos ligados a estas questões, a possibilidade de os municípios elaborarem regulamentos específicos com normas menos apertadas e menos exigentes, do que as previstas no quadro legal em vigor. Certos exemplos provenientes de processos de requalificação de clandestinos do passado, alguns dos quais ocorridos na área do próprio concelho da Amadora poderão, eventualmente, ser utilizados como referências de partida.

As questões ligadas à segurança estrutural, pela não existência de projectos de betão armado assinados por um responsável técnico, são questões a inventariar e a avaliar no decurso dos trabalhos da equipa técnica a criar e a instalar.

- **Actividades ligadas à venda e consumo de estupefacientes**

Embora o consumo de drogas por parte de residentes no Bairro pareça ser relativamente reduzido, a venda de estupefacientes tem uma forte expressão, sendo visível em diversos locais (ver subcapítulo referente a esta questão). Esta venda é exercida por pessoas que estão instaladas no Bairro, imigrantes chegados à relativamente pouco tempo e outros indivíduos não residentes mas que ali têm famílias, parentes ou conhecidos, que servem como tecido social de ligação ao local. Em sùmula, pode afirmar-se que a Cova da Moura funciona, essencialmente, como um local de comércio e alguma armazenagem de pequena e média dimensão, situando-se no quadro de algumas rotas nacionais e internacionais de tráfico, sem constituir, em nenhum caso, um nó estruturador central.

As actividades de menor importância ligadas à venda tais como vigilância, mensagens e recados, etc, produzem um poderoso efeito sedutor sobre os jovens que a troco desses serviços conseguem entrar na posse de artigos cobiçados: telemóveis, leitores de música, óculos, roupa de marca, etc. Este efeito é pernicioso porque coloca os mais novos num círculo de dependência cada vez mais apertado, mesmo que não sejam consumidores directos. E também garante ao comércio mão-de-obra futura em caso de necessidade de renovação.

Os consumidores parecem ser, na sua grande maioria, de fora do bairro, deslocando-se, em diversos casos, de automóvel. Pelo que pudemos apurar terá havido neste aspecto uma deterioração da situação, dado que o consumo, antes efectuado fora do bairro, passou a ser feito localmente, transformando as ruas em montras permanentes de degradação humana o que contribui, também, para um quadro de vivência muito negativa para os mais novos.

- **(In)segurança**

As questões de segurança envolvem diversas facetas que interagem, reforçando aquilo que poderemos designar como a “cultura de insegurança” que se vive no bairro.

A insegurança ligada ao futuro incerto das casas

A grande maioria das construções do bairro são feitas com materiais correntemente usados nas tecnologias duradouras, tendo por isso capacidade de perdurar. As construções representam investimentos afectivos e financeiros importantes para as famílias mas, pelo facto de terem sido construídas em terrenos ocupados e sem licenciamento técnico-administrativo, (não podendo por isso a sua propriedade ser administrativamente reconhecida), conferem às famílias, logicamente, um sentimento de insegurança.

Embora as casas sejam objecto de mercado, quer de venda quer de arrendamento, o facto dos seus possuidores não disporem de reconhecimento de propriedade torna impossível, por exemplo, o reconhecimento da sua transmissão a herdeiros (partilhas).

Pesa sobre as famílias a grande incógnita do futuro: as casas vão continuar na sua posse de uso, ou serão demolidas? Das opiniões recolhidas e da movimentação popular de 2002, motivada pelo conhecimento da proposta urbana veiculada pelo município, é de crer que as famílias estarão na sua maioria dispostas a lutar pelo reconhecimento dos seus direitos de uso, como de resto atestam os processos em curso tendentes ao reconhecimento do chamado "usucapião".

A insegurança ligada à existência, diária e corrente, de actividades marginais nos espaços públicos

Estas actividades, no que respeita à droga, são feitas à vista de todos existindo o natural receio de represálias por parte dos elementos dos bandos quanto a queixas ou denúncias, o que cria um ambiente de silêncio pesado e de medo por parte das famílias. As principais vítimas são as crianças e os jovens.

A polícia efectua mostras de força e rusgas periódicas no bairro, de eficácia discutível, notando-se um défice relativamente à segurança, que já parece ter sido mais eficiente no Bairro, designadamente ao nível do desenvolvimento de estratégias de policiamento de proximidade (que ainda hoje se mantêm).

A criminalidade perpetrada em grupo por alguns jovens do Bairro também se constitui como um importante factor de desestabilização e insegurança. Embora em termos globais os índices de criminalidade da Cova da Moura não pareçam ser mais elevados do que os registados no conjunto da AML e no próprio concelho da Amadora, alguns tipos de crime estão particularmente representados no Bairro, com destaque para o tráfico de droga, os crimes contra as pessoas e os roubos que, nalguns casos, são perpetrados com violência e recurso a armas.

A insegurança ligada aos sentimentos de exclusão e estigmatização assentes na má imagem e no isolamento sócio-espacial

O bairro é sentido pelas famílias, e sobretudo pelos mais novos com nacionalidade portuguesa, socialmente integrados e inseridos no mercado de trabalho, como sendo um ambiente onde "as pessoas podem sair para o exterior, mas do exterior ninguém vem ao bairro". Isto corresponde, no fundo, a um certo sentimento de exclusão sócio-espacial que, de alguma forma, também traduz as práticas de distanciamento da população da envolvente.

Este sentimento encontra a sua explicação na história do processo urbano local; na orografia particular do bairro e na estrutura urbana que se foi criando, muito “virada para dentro” e com um reduzido número de entradas, muitas delas estreitas e sinuosas, e de eixos viários de penetração a partir do exterior.

Não existindo motivos particulares de atracção (cultura, desporto, comércio), o bairro assume características predominantemente residenciais, embora possua uma vida própria muito activa, desde o lado comercial aos aspectos desportivos e recreativos.

Um outro importante lado da questão é a imagem externa do bairro. Esta imagem tem sido trabalhada de forma negativa pelos meios de informação, na sequência dos diversos incidentes que, nos últimos anos, tiveram o bairro por palco.

As reportagens colocando-se no ponto de vista da população “exterior” e não procurando avaliar a percepção e o sentimento dos moradores relativamente a estes incidentes, deixam no ar uma imagem muito negativa do bairro e do conjunto das famílias que nele vivem, promovendo a estigmatização e coarctando as oportunidades.

Um exemplo significativo corresponde à frase infeliz recentemente assumida por um responsável de um jornal diário, no quadro de afirmações relativas à Procuradoria-Geral da República “Mesmo na Cova da Moura, não me parece que haja tanto bandido por metro quadrado!”

- **Juventude da população**

Em termos de capital humano, o bairro apresenta um potencial muito significativo, uma vez que a juventude da população deixa antever contributos importantes para uma futura inserção no mercado de trabalho local e regional, sobretudo se for possível assegurar uma boa qualificação dos jovens e, progressivamente, eliminar barreiras de carácter discriminatório que ainda dificultam a inserção laboral dos descendentes de imigrantes, dominantes no Bairro da Cova da Moura. Neste domínio, há, pois, que prevenir os percursos de risco e exclusão e que potenciar as estratégias de qualificação, inserção e estímulo à criatividade.

- **A dinâmica do tecido económico interno**

Como vimos, o bairro possui um conjunto não negligenciável de estabelecimentos de comércio e serviços, com destaque para unidades funcionais de carácter banal e, também, para estabelecimentos especializados em elementos inerentes à cultura africana (cabeleireiros *afro*, restaurantes cabo-verdianos, mercearias com produtos tropicais...). Este aparelho comercial e de serviços de proximidade garante a satisfação de algumas necessidades diárias, confere alguma vitalidade e originalidade ao espaço local, gera alguns rendimentos para a população do bairro e assegura um número de empregos (principais e complementares a outras actividades) que detém algum significado para a população local (as estimativas preliminares apontam para um valor situado entre 12 e 18% do emprego total).

- **A originalidade das ligações a África e da presença cabo-verdiana**

Pela composição da sua população e pelo tipo de actividades mencionado no ponto anterior, o Bairro da Cova da Moura possui, potencialmente, uma oferta original e exótica ligada aos produtos e serviços de origem africana e, em particular, cabo-verdiana, que pode constituir-se como uma “marca de especialidade” no contexto da Amadora e, especialmente, da Área Metropolitana de Lisboa. A isto deve-se adicionar toda a experiência do processo de retorno das ex-colónias e de (re)-inserção na sociedade portuguesa, elemento marcante da história recente do país.

- **O significado do capital social existente no Bairro, quer ao nível dos residentes, quer ao nível das instituições de base local**

Entendendo capital social como a associação entre a densidade relacional existente entre os actores e os elementos que sustentam essas relações (confiança mútua, inter-conhecimento, etc.), pode assumir-se o bairro como um meio onde este tipo de capital assume um nível bastante significativo. Por um lado, várias entrevistas e diagnósticos salientam que, apesar das fracturas sociais presentes, há uma forte identidade local, assim como um sentido de comunidade e de mobilização. Por outro lado, o tecido associativo local apresenta uma razoável capacidade de mobilização e de representação dos diversos interesses locais, conseguindo estabelecer plataformas de diálogo e de interacção comuns. Neste quadro, as formas de capital social do tipo *bonding* (correspondem ao quadro de relacionamentos locais

entre da população e das instituições, isto é, aos laços internos da comunidade) estão bastante presentes na Cova da Moura, parecendo existir um défice aparente ao nível das formas *bridging* do capital social (dizem respeito ao quadro de relações com agentes e populações situadas fora da esfera específica do bairro). Contudo, uma observação mais atenta revela que este aparente défice é de algum modo colmatado pela capacidade que os residentes possuem ao nível do estabelecimento de contactos a grande distância com os seus parentes instalados no país de origem (sobretudo Cabo Verde) e noutros locais integrados no arquipélago migratório Cabo-verdiano (Holanda, França, etc.). Em termos institucionais, por força da capacidade relacional de alguns líderes locais e da integração em vários projectos de intervenção financiados pela administração pública ou por programas comunitários, o próprio capital social de tipo *bridging* tem vindo a ser sucessivamente reforçado. Efectivamente, pode afirmar-se que o capital social das organizações da Cova da Moura parece ser bastante mais significativo do que o existente em associações de tipo idêntico instaladas noutros locais caracterizados por problemáticas semelhantes.

9.2 Problemáticas mais Gerais em que se Inserem os Designados “Bairros Críticos”

Para concluir este breve apontamento devemos procurar avaliar as problemáticas mais vastas em que se inserem estes bairros e as razões profundas que sustentam o rótulo questionável de “crítico” que lhes é posto.

Espaços de coexistência entre os vários mundos que partilham vivências, na nossa sociedade actual, os bairros como a Cova da Moura constituem exemplos vivos de formação de sociabilidades e lições de vida num mundo cada vez mais individualista. Numa altura em que os especialistas do espaço urbano se preocupam com o “fazer cidade”, têm que mergulhar nestas sociedades, em que a riqueza se situa na imbricação espacial e nas relações interpessoais construídas ao longo de anos numa partilha de interajuda, e recolher um conjunto de ensinamentos ao nível dos processos e das práticas.

Apesar de uma parcela dos residentes do Bairro ser mais instável, traduzindo a função de espaço de acolhimento e rotação que o Bairro também possui, a grande maioria está completamente estabelecida e consolidada, visionando uma continuidade residencial.

Com uma vida que acumulou uma experiência continuada num território de convívio, por excelência, entre o mundo administrativo formal e o mundo vivencial informal, a coexistência destas realidades reforçou identidades no quadro de uniões tácticas, e por vezes contraditórias, tendentes a assegurar a

sobrevivência. Pretender regularizar administrativamente, formalizando-a, a realidade informal, afigura-se objectivo politicamente desafiante, em si mesmo.

O investimento individual e solidário dos residentes, em situação de adversidade, com o intuito de melhorar as condições materiais de vida neste local foi-se constituindo como uma mais-valia crescente em termos de capital social e intelectual, que reflecte hoje uma capacitação técnica local invejável e difícil de igualar em bairros semelhantes. A diversificação cultural característica de áreas de imigração acrescenta à criatividade o que falta em recursos financeiros.

Numa fase em que o vasto território europeu debate a problemática da imigração, Portugal pode desempenhar um papel crucial, dada a sua longa história de convivência intercultural, decorrente quer da sua própria emigração quer das diferentes vagas de imigrantes que acabam por procurar estes espaços urbanos, num primeiro momento de aproximação e acolhimento.

De qualquer forma, este tipo de territórios constitui-se, também, como lugares alternativos ao poder instituído, lugares onde a população soube encontrar, sobretudo de forma informal, soluções para as vivências quotidianas nas suas diferentes dimensões que, frequentemente, acabam por ser mais qualificadas do que aquelas que detectamos em muitos bairros “legais” de fraca qualidade.

Efectivamente, se nos concentrarmos na dimensão urbanística encontramos na génese destas formas de urbanização espontânea e informal elementos muito interessantes, como a definição de alguns arruamentos, a reserva de um ou outro espaço para equipamentos, a ligação entre o edificado e as áreas exteriores com hortas. Muito embora, o processo de densificação mencionado em capítulos anteriores tenha desvirtuado alguns aspectos positivos decorrentes do processo inicial de urbanização espontânea, há muitos elementos positivos que ainda hoje prevalecem.

É por tudo isto que as soluções apresentadas ao GAT no momento em que iniciou este trabalho correspondiam a duas possibilidades extremas, uma visando uma solução assente na renovação completa (que tende a ignorar a memória local e os elementos originais ainda presentes) e outra baseada na reabilitação total (sem renovação ou com renovação muito pontual), que procura erradicar os elementos negativos associados à densificação das últimas duas décadas. Entre as duas, emerge uma miríade de combinatórias possíveis, sempre potenciando a forte identidade existente, no contexto de um processo fortemente participativo.

E esta é apenas a entrada urbanística para o problema, devendo referir-se que a solução global exigiu uma perspectiva bem mais complexa e abrangente, que teve em consideração a dimensão social (o que deseja a população – da Cova da Moura e da envolvente, que conflitos e tensões existem, qual o efeito que as diversas soluções têm sobre estes), a dimensão jurídica e fundiária (como se vai resolver a problemática da propriedade dos terrenos; qual o modelo de gestão que se vai implementar e que custos lhe são imputáveis), a dimensão económica (que actividades económicas devem ser preservadas ou apoiadas, como considerar as actividades informais...) e, também, a dimensão cultural e simbólica. Afinal, preservar a dimensão (ou dimensões) da comunidade da Cova da Moura, considerando a memória do actual lugar, parece ser um elemento fundamental no processo de reflexão e tomada de decisão. Talvez por isso, seja crucial reconstruir a imagem do lugar presente e perceber qual o papel que a comunidade hoje designada como Cova da Moura deve ter no concelho da Amadora e, eventualmente, na própria Área Metropolitana de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

- Associação de Moradores do Bairro da Cova da Moura, *Dossier de Documentação reunida sobre a Cova da Moura*, s/d.
- Câmara Municipal da Amadora. *Estudos de Caracterização*. Recuperado em 2006, Abril, 3, de <http://e-geo.fcsh.unl.pt/sites/geoamadora>.
- Comissão de Bairro da Cova da Moura, *Diagnóstico sobre o Bairro da Cova da Moura*, s/d.
- Comissão Social da Freguesia da Buraca. *Dossier de documentação que reúne o Plano de Acção 2006, Relatório de Actividades 2005, Plano de Acção 2005 (Rede Social), Caracterização da Freguesia (CLAS), Diagnóstico Social do Concelho da Amadora (CESIS) e Plano de Acção 2005 (Programa Rede Social/CLAS)*.
- CCDR LVT, *Programa de Iniciativa Comunitária Urban II Amadora – Damaia – Buraca*, s/d.
- Geoldeia, *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II da Amadora - Damaia - Buraca (2001-2006)*. Relatório Final” Dezembro 2003.
- Geoldeia, *Actualização da Avaliação Intercalar do PIC URBAN II Amadora - Damaia – Buraca*. Dezembro 2005.
- Marques da Costa, Fernando (Coord.), – *As Populações do Concelho da Amadora: relações inter-étnicas e representações*. Câmara Municipal da Amadora/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 2002.
- Queiroz, João e Fernambuco, Ana Luísa, *Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura – Programa Escolhas*, Outubro 2001.
- Ribeiro, Jorge; Raposo, Isabel; Campos, Helena; Soeiro, Teresa e Miranda, João (com a colaboração da Comissão de Bairro da Cova da Moura), *Estudo preliminar dos dados recolhidos no inquérito realizado ao Bairro da Cova da Moura*. Julho 2006.
- Letria, Pedro e Malheiros, Jorge, *À Descoberta dos Novos Descobridores*, CNCDP/Junta Metropolitana de Lisboa, 1999.
- Vasco da Cunha, SA, *Estudo de Caracterização / Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura*, 2002.
- *Website* <http://www.rio.rj.gov.br>, pesquisa efectuada em Maio 2006.



ANEXOS

PROPOSTA INDICATIVA DE TERMOS DE REFERÊNCIA DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA

1. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção objecto da elaboração do Plano de Pormenor do Bairro do Alto da Cova da Moura é a que consta da planta de localização que se anexa. No seu perímetro incluem-se para além da área tradicionalmente referenciada ainda o espaço canal da Av. da República e o espaço intersticial entre essa avenida e a estação do caminho-de-ferro.

2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Situado paredes-meias com a fronteira entre o concelho da Amadora e a capital, o território em que se insere a área de intervenção constitui uma unidade territorial fortemente marcada pela delimitação imposta pelas infra-estruturas de circulação e transportes existentes (linha do caminho de ferro, IC19/Radial da Buraca e N6 da Buraca).

Uma leitura retrospectiva acerca da organização espacial da área desta unidade dá-nos um quadro de grandes transformações e de mudança, primeiro gradual e depois explosiva, do uso do solo de rural para urbano, geradoras de sucessivas densificações urbanas. Foi o caminho-de-ferro o perímetro indutor dessa transformação ainda no final do séc. XIX. Mas só na década de 50 os crescimentos populacionais tiveram real significado. Em alternativa às urbanizações de moradias de cariz rural que até aí tinham vingado na periferia de Lisboa, surgiram os primeiros blocos em altura mal integrados num território descontínuo, mal infraestruturado e carente de equipamentos. Esta oferta habitacional coincidente com o período de forte procura que o desenvolvimento industrial da época propiciava não foi suficiente para fazer face ao grande afluxo da população vinda da província, e que abriu espaço para outro tipo de ocupação, de génese ilegal. Sobretudo nos anos 60, surgem os primeiros bairros clandestinos, cuja erradicação as autoridades nunca foram capazes de assegurar através de políticas integradoras de habitação.

As áreas adjacentes ao bairro, são do ponto de vista da estrutura urbana, desenvolvimentos típicos dos anos 60 e 70, de um *standard* pouco interessante mas que progressivamente tem vindo a consolidar-se e a qualificar-se. O recente programa de intervenção Urban II-Damaia-Buraca, para além das vertentes imateriais, promoveu igualmente neste território um conjunto de acções de tratamento do espaço público e de construção de equipamentos que potenciam a troca de utilizações e por consequência maior coesão social. Há pois neste

contexto, apesar dos graves constrangimentos resultantes da génese ilegal do bairro, condições na sua envolvente imediata para se estabelecerem relações sociais e funcionais favoráveis à construção de um mosaico multifacetado espacial, social e culturalmente que é apanágio das cidades cosmopolitas e duráveis.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO

Constituem enquadramento do Plano os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 310/2003 de 10 de Dezembro.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005 de 2 de Agosto.

4. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO

O Plano de Pormenor é constituído por:

Peças desenhadas:

- Planta de Implementação (síntese) – Esc. 1/1000.
- Planta de Condicionamento – Esc. 1/1000.

Peças escritas:

- Regulamento.

O Plano de Pormenor deve ainda ser acompanhado dos seguintes documentos:

Peças escritas:

- Relatório, incluindo a fundamentação para as soluções adoptadas e a sua relação com o Plano de Acção aprovado no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos e ainda a adequabilidade do modelo de ordenamento no Plano com a disciplina do Plano Director Municipal da Amadora e indicar expressamente as alterações que se pretendem introduzir no sentido da modificação ou revogação.
- Programa de Execução do Plano, tendo em consideração as indicações expressas no referido Plano de Acção e Plano de Financiamento.
- Extractos de Regulamento do PDM da Amadora.

Peças desenhadas:

- Planta de Divisão Cadastral existente – Esc. 1/1000.

- Planta da Transformação Cadastral, sobrepondo o parcelamento proposto à divisão existente – Esc. 1/1000.
- Planta de Localização – Esc. 1/25.000.
- Planta de Enquadramento – Esc. 1/5.000.
- Planta da Situação Existente (Levantamento Topográfico) – Esc. 1/1000.
- Extractos das Plantas do Ordenamento e de Condicionantes do PDM da Amadora.
- Planta actualizada das plantas de Ordenamento do PDM no caso de o Plano de Pormenor introduzir alterações.
- Planta de Apresentação – Esc. 1/1000.
- Planta de Caracterização Acústica – Esc. 1/1000.
- Planta de Modelação do terreno – Esc. 1/1000.
- Plantas com os traçados das infra-estruturas rodoviárias, transportes colectivos, circuitos pedonais, ciclovias, sinalização e semaforização e estacionamento para os diversos veículos – Esc. 1/1000.
- Plantas com os traçados das redes de distribuição de água, drenagem das águas residuais e fluviais, da energia eléctrica, da distribuição de gás, de telecomunicações e iluminação pública – Esc. 1/1000.
- Planta dos Espaços Públicos e do Mobiliário Urbano – Esc. 1/1000.
- Maqueta física e ou Perspectivas dos Ambientes Urbanos propostos.

5. FASES E PRAZOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR

Conforme aquilo que se encontra estipulado na legislação em vigor e tendo em conta as características muito particulares do território objecto do plano, o faseamento do trabalho deverá ser balizado no seguinte enquadramento:

1ª Fase – Trabalhos preparatórios - 30 dias

- Designação de técnico para acompanhamento do plano pela CCDR-LVT.
- Período de Audição pública para informação e recolha de sugestões e críticas (30 dias).
- Primeira reunião para esclarecimentos sobre os objectivos dos Termos de referência.

2ª Fase – Proposta Preliminar - 60 dias.

- Elaboração da proposta preliminar.

- Reuniões de participação dos actores-chave para troca de informação e apresentações da evolução dos trabalhos.

Fase intermédia

- Apreciação por parte da CCDR-LVT

3ª Fase – Proposta do Plano - 120 dias

- Elaboração da Proposta de Plano.
- Concertação com as entidades e os Actores - chave.
- Realização de um Fórum público para divulgação dos trabalhos realizados e recolha dos contributos dos interessados.

Fase intermédia

- Pareceres das entidades consultadas e da CCDR-LVT.
- Concertação final para a proposta de plano.

4ª Fase – Discussão Pública - 60 dias

- Inquérito Público, incluindo Fórum público.
- Apreciação dos contributos e reclamações no âmbito do Inquérito Público.

5ª Fase – Elaboração da Versão Final do Plano (60 dias)

- Elaboração da versão final

Fase Final

- Parecer da CCDR-LVT.
- Aprovação da Assembleia Municipal da Amadora.
- Processo administrativo até ao SEOT para ratificação governamental.
- Publicação em Diário da República.

6. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

A Equipa Técnica encarregue da elaboração do Plano de Pormenor terá que ser uma equipa pluridisciplinar, integrando no seu seio técnicos com experiência profissional comprovada e que abranja as especialidades necessárias à elaboração de um plano com as características, complexidade e natureza específicas do presente. Os membros desta equipa deverão igualmente ter sensibilidade para o tratamento das problemáticas urbanísticas das áreas críticas, mostrando abertura para a incorporação de novas metodologias

que privilegiem a recolha de informação e auscultação dos desejos da população, directamente e/ou através de organizações que emanem desta.

Deverá ser ainda indicado um técnico que assegure a coordenação da equipa e que responda directamente pelo processo de elaboração e desenvolvimento do plano.

7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do Plano de Pormenor está enquadrada pelos seguintes instrumentos de gestão territorial:

- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML).
- Plano Director Municipal da Amadora (PDM).
- Plano de Acção do Programa.

8. OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO DO PLANO E ADEQUABILIDADE DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA DISCIPLINA URBANISTA E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A elaboração do Plano de Pormenor surge na sequência da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos, consagrada na Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005 de 2 Agosto.

O Carácter inovador deste programa centrou-se na metodologia de trabalho assente na negociação e concertação entre parceiros com o objectivo de, no final, haver uma base sólida e susceptível de se concretizar tendo em vista a legalização e requalificação urbana de cada território crítico que, no caso concreto desta proposta de termos de referência, corresponde à Cova da Moura.

O Relatório Final comporta, para além do Diagnóstico da situação de referência (Volume I), a definição dos Objectivos Estratégicos, organizados segundo Eixos Estruturantes e o designado Plano de Acção que congrega as Medidas e as respectivas Tarefas, tendentes a dar corpo aos Objectivos Estratégicos. No sentido de tornar mais claro o processo de execução da Iniciativa relativa à Cova da Moura, as tarefas foram organizadas em Projectos, devidamente explicitados em fichas. Foram definidos 26 Projectos, dos quais 7 assumem carácter estruturante (núcleo central) e 6 carácter importante (complemento directo ao núcleo central da intervenção). Identificaram-se ainda 4 Projectos Imediatos, cuja a realização técnica e material não é complexa, mas que podem ter um impacto rápido, importante e visível no Bairro (Volume II). Neste volume identificam-se ainda cenários para as diferentes alternativas urbanísticas e suas implicações, existindo um III

Volume que integra a memória de todo o processo de participação, os contributos, as reuniões e os diversos momentos de decisão interna.

A avaliação das questões existentes, de natureza cadastral, urbanística, sócio-cultural e económica, foi de molde a ponderar como fundamental e prioritário o desenvolvimento de um Plano de Pormenor que harmonize os interesses em presença.

Acrescente-se que o PDM da Amadora desde 1994 que definiu o bairro do Alto da Cova da Moura como uma Área Estratégica de Desenvolvimento para garantir um operação de reconversão urbana, uma vez que mesmo antes dessa época era patente a necessidade de intervir naquela parcela do território.

9. BASE PROGRAMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA

O principal objectivo do Plano de Pormenor é o da legalização e requalificação urbana do bairro, articulando os territórios adjacentes e promovendo as condições de continuidade e interacção com a restante malha urbana. Nesta perspectiva, o Plano deve enquadrar as orientações patentes no essencial, no documento Operação de Qualificação e Inserção Urbana do Bairro do Alto da Cova da Moura.

Quadro 37 - Recolha de Imprensa Escrita sobre o Bairro da Cova da Moura

	Jornal	Título	Data	Avaliação
1	Notícias da Amadora	<i>Cova da Moura – investidos mais de 60.000 contos em saneamento e arruamentos</i>	s/d	neutra
2	Notícias da Amadora	<i>Câmara quer recuperar Cova da Moura</i>	s/d	neutra
3	Correio da Manhã	<i>Áreas degradadas com mais apoio</i>	s/d	neutra
4	Notícias da Amadora	<i>Cova da Moura anima reunião de Câmara</i>	s/d	neutra
5	A Capital	<i>Cova da Moura: mal te quero, bem te quero</i>	s/d	+
6		<i>Autarquia quer fim da Cova da Moura</i>	s/d	-
7		<i>Campanha de distribuição de vestuário e calçado na Cova da Moura</i>	s/d	+
8	Diário de Notícias	<i>Amadora “usa” Cova da Moura e “engana” UE</i>	s/d	neutra
9	Diário de Notícias	<i>“Lixo” da Cova da Moura vai ser um luxo</i>	s/d	-
10	Notícias da Amadora	<i>Moinho da Juventude cresce com a CM - Dedicção de moradores “mantém actividade”</i>	s/d	+
11	Correio da Manhã	<i>Amadora Requalifica a Cova da Moura</i>	8 Maio 2001	neutra
12	Jornal da Região –Amadora	<i>Requalificação da Cova da Moura – Câmara da Amadora entregou proposta ao Governo e espera resposta</i>	20 Junho 2001	neutra
13	Público	<i>Raposo acusa Sócrates de não cumprir promessa</i>	28 Julho 2001	-
14	Correio da Manhã	<i>Amadora exige mais polícia</i>	Dez. 2001	neutra
15	24 Horas	<i>Polícia amigo o bairro está contigo</i>	7 Dez. 2001	neutra
16	Correio da Manhã	<i>Noite de revolta na Cova da Moura</i>	8 Dez. 2001	neutra
17	TSF Notícias	<i>Ministro satisfeito com a actuação da polícia</i>	10 Dez. 2001	neutra
18	Visão	<i>As ilhas da raiva</i>	13 Dez 2001	-
19	JN	<i>Sonhos não têm cor – jovens da Cova da Moura não baixam os braços e lutam pelo futuro</i>	3 Março 2002	+
20	JN	<i>“Sei que sou uma excepção à regra”</i>	3 Março 2002	+
21	JN	<i>Amadora ignora órgão de segurança</i>	11 Março 2002	neutra
22	JN	<i>Moradores indignados com o Governo</i>	26 Março 2002	neutra
23	Notícias da Amadora	<i>Moradores acusam de desleixo poderes local e central</i>	28 Março 2002	neutra
24	JN	<i>Cova da Moura contra projecto camarário</i>	9 Abril 2002	neutra
25	Correio da Manhã	<i>Cova da Moura contra renovação profunda</i>	6 Maio 2002	neutra

26	A Capital	<i>Abaixo-assinado contesta reconversão da Cova da Moura</i>	25 maio 2002	neutra
27	Jornal Regiões	<i>A Cova da Moura vai ser reabilitada</i>	Junho 2002	-
28	A Pena	<i>Barreira explosiva -1/5 habitantes Amadora quer expulsar imigrantes do concelho</i>	25 Julho 2002	-
29		<i>“Cova da Moura com pinta”</i>	9 Set. 2002	+
30	JN	<i>Cova da Moura apresenta queixas a embaixador</i>	Out. 2002	neutra
31	Angolé	<i>À procura da requalificação – o outro lado da Cova da Moura</i>	12 Jan. 2003	+
32	Correio da Manhã	<i>Cabo Verde quer mudar imagem da Cova da Moura</i>	26 Jan. 2003	neutra
33	JN	<i>Ministra de Cabo Verde visitou Cova da Moura</i>	26 Jan. 2003	neutra
34	Diário de Notícias	<i>“Demolir é a única solução para a Cova da Moura”</i>	13 Fev. 2003	neutra
35	A Capital	<i>Governo defende demolição total da Cova da Moura</i>	13 Fev. 2003	neutra
36		<i>Cova da Moura só à lei de demolição</i>	13 Fev. 2003	-
37	Jornal da Região	<i>Queixa na União Europeia</i>	20 Fev. 2003	neutra
38	Público	<i>Turismo no Gueto Suburbano dos Cabeleireiros “Afro”</i>	6 Março 2004	+
39	Público	<i>O Lado Bom da Cova da Moura</i>	14 Nov. 2004	+
40	Diário de Notícias	<i>Um bairro-problema com gente boa lá dentro</i>	18 Fev. 2005	+
41	Diário de Notícias	<i>“Bastam 200 euros para ter uma arma”</i>	18 Fev. 2005	-
42	Diário de Notícias	<i>Morte na Cova da Moura revolta e tira PSP da rua</i>	18 Fev. 2005	-
43	Correio da Manhã	<i>Agente da PSP morto na Cova da Moura – Assassinio cruel</i>	18 Fev. 2005	-
44	Correio da Manhã	<i>Crime – moradores fartos da má imagem da CM. Vida ao lado da morte</i>	18 Fev. 2005	-
45	Correio da Manhã	<i>Dia a dia – a morte do agente Irineu</i>	18 Fev. 2005	-
46	Correio da Manhã	<i>A morte de Irineu – do outro lado da estrada</i>	18 Fev. 2005	+
47	Correio da Manhã	<i>Policías de todo o país no funeral em Soeira – cerco aos assassinos de Irineu</i>	20 Fev. 2005	neutra
48	Correio da Manhã	<i>Homicidas do agente Irineu Dinis continuam a monte – PJ e PSP investigam no bairro</i>	21 Fev. 2005	neutra
49	Correio da Manhã	<i>PSP – Declarações de ministro provocam críticas</i>	23 Fev. 2005	neutra
50	Correio da Manhã	<i>PSP só entra no bairro com reforços – Cova da Moura sem lei</i>	24 Fev. 2005	-
51	Correio da Manhã	<i>Assalto – sete homens armados atacam hipermercado. Terror em loja do Lidl</i>	7 Março 2005	-
52	Correio da Manhã	<i>Preso carrasco de Irineu</i>	23 Março 2005	neutra
53	Correio da Manhã	<i>Patrulha da Esquadra de Alfragide cai em emboscada – CM sangrenta</i>	24 Março 2005	-
54	Diário de Notícias	<i>Cova da Moura divide-se em dois mundos muito diferentes</i>	26 Março 2005	+

55	Correio da Manhã	<i>Operação na Cova da Moura – Traficante apanhado</i>	27 Março 2005	neutra
56	Correio da Manhã	<i>Amadora: policia em grupo nos bairros problemáticos. Vigilância reforçada limpa Cova da Moura</i>	28 Março 2005	-
57	Diário de Notícias	<i>Para lá do fio da navalha</i>	29 Maio 2005	+
58	TSF Online	<i>Sampaio não quer cedências à xenofobia</i>	18 Junho 2005	-
59	JN	<i>Realojamento Massivo é “Fracasso Evidente”</i>	19 Junho 2005	neutra
60	A Tribuna	<i>Cova da Moura - Requalificação do Bairro está em projecto</i>	13 Julho 2005	neutra
61	Globo Online	<i>Palavras pedagógicas</i>	Nov. 2005	neutra
62	Notícias da Amadora	<i>Moradores recusam demolição CM – Governo quer Plano de Acção pronto em Junho</i>	8 Dez. 2005	neutra
63	Correio da Manhã	<i>Vistas largas para abrir Cova da Moura</i>	8 Jan. 2006	neutra
64	Diário de Notícias	<i>Director do “24 Horas” acusado de ofender a Procuradoria</i>	23 Fev. 2006	-
65	Visão	<i>Cova da Moura, parte II</i>	16 Março 2006	-
66	JN	<i>“Bairro tem mais fama que proveito”</i>	20 Março 2006	+
67	JN	<i>Cova da Moura como campo de pesquisa</i>	20 Março 2006	+
68	JN	<i>Três faces de uma juventude inquieta</i>	20 Março 2006	+
69	Correio da Manhã	<i>Rock in Cova da Moura</i>	27 Maio 2006	-
70	Público	<i>Cova da Moura e Vale da Amoreira com Plano de Acção em Julho</i>	12 Junho 2006	neutra